

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS/MG****DECISÃO DOS RECURSOS**
(INFRARRELACIONADOS)**I**
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infra relacionados concorrentes ao Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Esmeraldas/MG, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **Edital nº 1, de 15 de maio de 2024**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
200170001001	Dalylla Ferreira Pinto	Auxiliar de Biblioteca da Educação Básica - ABEB
200170004989	Eric Amaral Dos Santos Leroy	Auxiliar de Biblioteca da Educação Básica - ABEB
200170000234	Miriam Oliveira Silva	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170000775	Rayllande Alves De Lima	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170000819	Guilherme Augusto Rodrigues	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170001090	Renata Barreiro Gomes Leite Da Silva	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170001142	Rafaela Moreira Alves Cardoso	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170001355	Agueda De Oliveira Lana	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170001380	Larissa Maria França Paixão Sena	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170001422	Ana Paula De Lima E Souza	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170001426	Dárley Carlos Abreu Costa	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170001665	Rodrigo Rodrigues Dos Santos Gouveia	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170001954	Brenda Sayonara Silva Barbosa	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170001988	Iasmin Ferreira Silva	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170002545	Jessica Aline Ferreira Da Silva	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170003110	Amauri Aparecido Silva Cardoso	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170003150	Maria Eloiza Elias De Moraes	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170003657	Alex Alves De Jesus	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170004268	Wellington Rubens Martins	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170004393	Melissa De Oliveira Celestino	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170004721	Leandro Francisco Mendes Matos	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170004788	Angela Maria De Jesus Ferreira Carvaho	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170004959	Yasmim Ingrid Da Silva	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170005181	Angélica Gramiscelle Dutra	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170006624	Gabriela Edwiges De Avelar	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170006684	Dener Wesley Alves Rosa	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB

200170006848	Tamiris Silva De Oliveira	Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB
200170002084	Pauliana Vieira Ribeiro Da Rocha	Cuidador da Casa Lar
200170002544	Jessica Aline Ferreira Da Silva	Educador Social
200170001156	Fabricia Gomes Da Silva	Pedagogo da Educação Básica - PDEB
200170001304	Karla De Oliveira Santos	Pedagogo da Educação Básica - PDEB
200170001693	Maiston Leonardo Da Silva	Pedagogo da Educação Básica - PDEB
200170002132	RONALDO ALVES DE OLIVEIRA BRANDÃO	Pedagogo da Educação Básica - PDEB
200170003093	Daniela Gonçalves De Abreu	Pedagogo da Educação Básica - PDEB
200170003513	Juceleia Pereira Castro	Pedagogo da Educação Básica - PDEB
200170004260	Elisangela Messias Barbosa	Pedagogo da Educação Básica - PDEB
200170005055	Gisele Gomes Dos Santos	Pedagogo da Educação Básica - PDEB
200170005189	Patricia Ribeiro Diniz	Pedagogo da Educação Básica - PDEB
200170005201	Priscila Rodrigues Boas	Pedagogo da Educação Básica - PDEB
200170000427	Rogério Ubaldo Broilo Victor	Procurador Municipal
200170000502	Claudio Cesar Paulon Rezende	Procurador Municipal
200170000661	Debora Faria Castro	Procurador Municipal
200170000747	Ricardo Campos Gomes	Procurador Municipal
200170001861	Danilo Abrahão Faria	Procurador Municipal
200170001886	David Willian De Freitas Reis	Procurador Municipal
200170002019	Maristela Vieira Guerra Da Silva	Procurador Municipal
200170002933	Kárisma Martins Araújo	Procurador Municipal
200170004398	Paula Tironi Versiani Penna	Procurador Municipal
200170000064	Lucas Antonio Augusto Gomes	Professor da Educação Básica - Anos Finais do Ensino Fundamental - Licenciatura em Artes
200170003937	Henrique Julio Da Cruz	Professor da Educação Básica - Anos Finais do Ensino Fundamental - Licenciatura em História
200170001146	Camila Kelly Fernandes Garcia	Professor da Educação Básica - Anos Finais do Ensino Fundamental - Licenciatura em Língua Portuguesa
200170002011	Maria Martha Bambirra Rodrigues Silva	Professor da Educação Básica - Anos Finais do Ensino Fundamental - Licenciatura em Língua Portuguesa
200170000134	Ildilizia Ferreira Santos Meneses	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170000336	Maysa Ribeiro De Sousa Bastos	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170000371	Ariston Mike Ferreira Galdino	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170001154	Fabricia Gomes Da Silva	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170001334	Lisete Maria Lima	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170001427	Ana Paula De Lima E Souza	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170001468	Cristina Gomes Da Silva Mendes	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170001697	Maiston Leonardo Da Silva	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170001736	Maria Do Rosário De Moura	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170002082	Pauliana Vieira Ribeiro Da Rocha	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170002151	Maisa Helena De Araujo Silva	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170002216	Ana Terra Vitor Costa Muniz	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170002321	Rosimeire Rosa Martins	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170002589	Elaine Keller Alves	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170002649	Cleonice Da Silva Passos	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170002658	Mariana Pereira Lyrio	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170002994	William Batista Miranda	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170003091	Daniela Gonçalves De Abreu	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170003321	Daniele Cristina Nascimento Alves Cerqueira	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB

200170003976	Aliny Goncalves De Oliveira	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170003994	Izabella Tormilla Diniz	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170004227	Giovanni Reis De Souza	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170004339	Daniely Alves Costa do Carmo Monteiro	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170004730	Claudia Rosely Faria Lopes	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170004965	Mara Alice Barbosa Assis	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170005150	Mirna Elisangela Da Silva	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170005202	Priscila Rodrigues Boas	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170005267	Mara De Souza Rocha Guimarães	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170005330	Elisangela Messias Barbosa	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170005750	Alexandre Ricardo Da Costa	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170005782	Magda Da Conceição Rodrigues	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170005924	Aryane Pereira Da Silva	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170006298	Eliana Cláudia Marques De Oliveira	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170006316	Flavia Fernanda De Oliveira	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170006467	Erivelton Lourenço Cardoso	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170006940	Priscila Ribeiro Da Silva Santos	Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB
200170001093	Graciela Da Conceição Campolina Rodrigues	Técnico de Nível Superior em Psicologia
200170006578	Daniela Aparecida Dos Santos Silva	Técnico de Nível Superior em Psicologia
200170000899	Fábio Júnior Silva	Técnico de Nível Superior em Serviço Social
200170001281	Paula Aparecida De Moraes Sampaio Amorim	Técnico de Nível Superior em Serviço Social
200170001758	Marcela Vieira Pereira De Moraes	Técnico de Nível Superior em Serviço Social
200170003860	Daniela Patrícia Ferreira Dos Santos	Técnico de Nível Superior em Serviço Social

II DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Auxiliar de Biblioteca da Educação Básica - ABEB

Tipo 1 - BRANCA

21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorre o candidato entendendo que os tributos mencionados no item I (I. Impostos sobre propriedade territorial rural; transmissão causa mortis e doação; e, serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência do Estado, nos termos da Constituição da República e da legislação complementar específica.) da questão podem ser instituídos pelo município, o que faria o item estar correto. Informa como embasamento o artigo 156 da CRFB.

Inicialmente, cabe-nos trazer a CRFB, reproduzindo seu artigo 156 “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.”. Neste artigo, podemos ver que está compreendido no item defendido, somente o último imposto. O primeiro, ITR - Imposto sobre propriedade territorial rural é de competência da União, nos termos do art. 153, VI e o segundo Imposto sobre transmissão causa mortis e doação, ITCD ou ITCMD, é de competência dos estados, nos termos do art. 155, I, ambos da CRFB.

Por fim, necessário trazer a Lei orgânica do município, especialmente o artigo 152, que nos informa que “Art. 152 - Ao Município compete instituir: I - impostos sobre: a) propriedade predial e territorial urbana; b) transmissão

“intervivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição; c) Suprimido d) serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência do Estado, nos termos da Constituição da República e da legislação complementar específica; sendo assim, temos o IPTU, ITBI e o ISSQN.

Sendo assim, improcedente o recurso, com manutenção do gabarito.

Tipo 1 - BRANCA

22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorre o candidato entendendo que a opção correta, quanto à participação dos municípios em receitas tributárias federais e estaduais é a letra D “50% do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, a serem creditados na forma das Constituições da República e do Estado.”, estando erradas as demais.

Razão não assiste ao candidato, a alternativa B (50% do produto de arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal.) deve ser a escolha correta, nos termos do artigo 158, I, da Lei Orgânica do Município. As demais opções A, C e D, estão **incorretas** nos termos dos artigos 157, II; 157, I; e 158, II, do mesmo normativo, respectivamente, sendo os percentuais corretos 50%; 100% e 25%, respectivamente nas opções A, C e D.

Art. 157 - Em relação aos impostos de competência da União, pertencem ao Município: I - o produto da arrecadação do imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre valores pagos, a qualquer título, pela administração direta e por autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Município; II – 50% (cinquenta por cento) do produto de arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis situados no Município.

Art. 158 - Em relação aos impostos de competência do Estado, pertencem ao Município: I – 50% (cinquenta por cento) do produto de arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal; II – 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, a serem creditados na forma do disposto no parágrafo único, incisos I e II do artigo 158 da Constituição da República e parágrafo 1º do artigo 150 da Constituição do Estado.

Sendo assim, improcedente o recurso, com manutenção do gabarito.

Tipo 1 - BRANCA

30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumenta-se, no recurso administrativo, que a alternativa que dispõe que “[c]abe ao Prefeito municipal determinar a instauração de processo administrativo disciplinar e designar os membros componentes da Comissão” estaria correta. Contudo, conforme se depreende da leitura do artigo 183 da Lei Municipal nº 1.319/1991, compete ao Secretário Municipal encarregado da administração geral de pessoal determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, de ofício ou mediante representação. Logo, a assertiva é incorreta.

O gabarito correto da questão é aquele que afirma que “[a] falta supostamente praticada pelo servidor, a ser apurada no processo administrativo, deve ser sujeita à pena de demissão, destituição de cargo ou função de confiança ou cassação de aposentadoria e disponibilidade”. Isso conforme o artigo 182 da referida lei.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente, o fato do edital do concurso não sugerir uma bibliografia, não evoca nenhum efeito proibitivo para a utilização de obras da área afeta a prova do concurso. Aliás, o recomendado é que a banca se utilize de obras consagradas, de modo a valer-se apenas de conhecimento já consolidado e validado pela comunidade acadêmica. Segundo, o enunciado da questão deixa claro que o candidato deve responder com base no “Manual para normalização de publicações técnico-científicas” e não na NBR 6029. Conforme pode ser observado na legenda da “Figura 1 - Estrutura de livros”, na página 16 do referido manual, transcrita abaixo:

“Os elementos apresentados em negrito se caracterizam como obrigatórios; os demais são condicionados à necessidade do texto

ELEMENTOS MATERIAIS

- sobrecapa

- **capa**

- **folhas de guarda**

- **lombada ou dorso da publicação**

- **orelhas”.**

Além disso, conforme se observa, na página 5 da NBR 6029, fica claro que as folhas de guarda se “caracterizam” como obrigatórias:

“Elemento obrigatório nos livros ou folhetos encadernados com materiais rígidos e elemento opcional para os livros ou folhetos encadernados com materiais flexíveis.”

Note que o enunciado, ao pedir a característica dos itens, não restringe seu entendimento, pois as folhas de guarda se caracterizam sim como obrigatórias, ou seja, elas possuem a característica de serem obrigatórias em situações específicas. Dessa forma, mantém-se inalterado o gabarito preliminarmente divulgado, conforme corretamente indicado a letra D.

Cargo: Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ideia central de um texto é aquela que permanece do início ao fim. O título costuma auxiliar na identificação da ideia central. Geralmente, o texto também oferece pistas sobre a ideia principal. Tendo em vista as ideias apresentadas ao longo do texto de Rubem Alves, podemos afirmar categoricamente que a ideia principal, ou seja, a ideia central do texto é: “esclarecer que a inveja e a comparação estão intimamente relacionadas”. É possível comprovar tal afirmação através dos seguintes trechos: “Gosta de coisas bonitas. E o resultado é que, quando uma coisa bonita que cresce no nosso quintal (note bem: o demônio só faz sua obra no nosso quintal) é tocada pelo olho onde mora o verme ela imediatamente murcha, apodrece, cai” (2º§); “O verme da inveja nunca faz nada com os tomates da horta alheia. Ele só come os tomates da horta da gente” (4º§); “Mas aí eu olho para o quintal do vizinho. Ele também cultiva tomates. Vejo o tomate que cresce no tomateiro dele. Lindo! Vermelhíssimo, mais bonito que o meu” (5º§); “Esse movimento dos olhos é a maldição da comparação” (6º§).

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
2	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Basicamente, chamamos de “título” a expressão inicial que introduz a redação, mostrando o assunto e o posicionamento do texto. O título do texto de Rubem Alves – “A inveja”, abrange a ideia central da crônica em questão, independente da leitura global do texto. Definidos os propósitos sobre os quais incidirão de forma direta na exposição das ideias, é chegado o momento de focalizarmos nossas atenções para o título do texto, mesmo porque já apreendemos que o tema se caracteriza por apresentar uma abrangência um pouco mais ampla. Já o título, sintetiza a ideia ora em discussão, individualizando-a, tornando-se de fundamental importância para a produção textual. Faz-se necessário que o mesmo esteja em consonância com o tema e, principalmente, se mostrando atrativo, com vistas a despertar a curiosidade no leitor para se interagir com o discurso apresentado, pois a coerência, um dos elementos também considerados primordiais, começa a partir do próprio título. Daí a importância de se preservar a essência, ou seja, a própria intencionalidade discursiva.

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
3	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tendo em vista o contexto em que se encontram empregadas as palavras, observa-se que o significado de “mirrado” é: definhado; emurchecido; murcho; ressecado; ressequido; seco. A palavra “sumarento” significa: suculento. As demais relações estabelecidas para análise são coerentes, a saber: exibicionismo (ostentação); aninha (abriga); e, maldição (condenação).

Fonte:

- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
4	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os pronomes oblíquos átonos assumem as formas “lo”, “la”, “los”, “las”, quando a forma verbal termina em “-r”, “-s” ou “-z”. Essas consoantes finais são suprimidas e os pronomes oblíquos átonos são antecidos pela consoante “l”: Ela vai seduzi- lo rapidamente. As demais correspondências estão corretas, a saber: as preposições são palavras usadas para marcar as relações gramaticais que substantivos, adjetivos, verbos e advérbios desempenham no discurso. Em outras palavras, as preposições são unidades linguísticas dependentes de outras, ou seja, elas não aparecem sozinhas no discurso e servem justamente para estabelecer a ligação entre dois termos (alternativa de resposta B); o adjetivo é uma classe de palavras que atribui características aos substantivos, ou seja, ele indica suas qualidades e estados (alternativa de resposta A); e, por fim, advérbio frequentemente; de modo frequente; várias e repetidas vezes; com frequência (alternativa de resposta D).

Fonte:

- Cipro Neto, Pasquale. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2008.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
7	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considere o 2º§: “E o resultado é que, quando uma coisa bonita que cresce no nosso quintal (note bem: o demônio só faz sua obra no nosso quintal) é tocada pelo olho onde mora o verme ela imediatamente murcha, apodrece, cai. E aí vêm as moscas”. Dessa forma, o conectivo “ela”, segundo o texto, se refere a “coisa bonita”.

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
8	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Adjetivo é toda palavra que caracteriza o substantivo, indicando-lhe qualidade, defeito, estado, condição etc. Dessa forma: o adjetivo “mau” caracteriza o substantivo “olho”; o adjetivo “bonitas” caracteriza o substantivo “coisas”; o adjetivo “primeiro” caracteriza o substantivo “tomate”. No entanto, a palavra “verme se trata de um substantivo, ou seja, classe gramatical de palavras que dá nome aos seres, a tudo que você vê, ouve, sente ou imagina.

Fonte:

- Cipro Neto, Pasquale. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2008.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
10	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A conjunção “mas” é considerada, pela gramática normativa, como uma conjunção adversativa, que serve de elemento de ligação contrapondo dois segmentos coordenados. Mas; porém; contudo; entretanto; no entanto; todavia; não obstante: as conjunções adversativas exprimem oposição, contraste, compensação de pensamentos.

Fonte:

- Cipro Neto, Pasquale. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2008.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
11	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que ambos os argumentos são válidos.

A questão apresenta os seguintes argumentos lógicos:

I. Todas as esmeraldas são pedras verdes. Esta pedra é verde. Logo, esta pedra é uma esmeralda.

II. Sempre que chove, minha mãe faz bolinho de chuva. Está chovendo. Logo, minha mãe fará bolinho de chuva.

Analisando-se o argumento I, constata-se sua invalidade, uma vez que a conclusão não é suportada pelas premissas apresentadas.

De forma simplificada, a alegação de que “todas as esmeraldas são pedras verdes” não garante que “todas as pedras verdes são esmeraldas”, ou seja, uma pedra ser verde não resulta, necessariamente, que seja uma esmeralda; é possível haver outras pedras verdes que não são esmeraldas. Este é o erro do argumento I.

Já o argumento II não houve questionamento de sua validade, uma vez que sua estrutura está devidamente apresentada.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que o gabarito correto está na alternativa B.

A questão traz a seguinte proposição lógica com valor falso:

“Se João é feliz morando em Esmeraldas, então Maria deseja voltar para Minas Gerais e Pedro não irá se mudar da cidade”.

Trata-se de uma condicional, o que implica que seu antecedente é verdadeiro e seu consequente é falso. Logo:

João é feliz morando em Esmeraldas = Verdadeiro

Maria deseja voltar para Minas Gerais e Pedro não irá se mudar da cidade = Falso.

Note-se que a conjunção é falsa, isto é, PELO MENOS uma das proposições é falsa, mas não é possível concluir qual das duas proposições simples é falsa ou se ambas são falsas.

Como comando da questão, é solicitado que se encontre a alternativa que traz uma proposição lógica cujo valor é necessariamente verdadeiro.

Analisando-se as alternativas, tem-se a seguinte conclusão:

A) João é feliz morando em Esmeraldas e Pedro não irá se mudar da cidade.

A alternativa “A” apresenta uma conjunção, mas a proposição Pedro não irá se mudar da cidade não tem seu valor lógico definido, ou seja, não necessariamente é uma proposição verdadeira.

B) Pedro irá se mudar da cidade ou João não é feliz morando em Esmeraldas.

A alternativa “B” apresenta uma disjunção, sendo uma proposição sem valor lógico definido (Pedro irá se mudar da cidade) e uma falsa (João não é feliz morando em Esmeraldas). Logo, essa proposição não é necessariamente verdadeira.

C) Maria não deseja voltar para Minas Gerais ou João é feliz morando em Esmeraldas.

A alternativa “C” apresenta uma disjunção com uma proposição verdadeira. Logo, independentemente do valor lógico da proposição “Maria não deseja voltar para Minas Gerais”, a proposição será verdadeira, ou seja, a alternativa C é necessariamente verdadeira.

D) João não é feliz morando em Esmeraldas ou Maria deseja voltar para Minas Gerais.

A alternativa “D” apresenta a mesma estrutura da “B”, com uma disjunção com uma proposição conhecida falsa e outra cujo valor não é definido. Logo não necessariamente é uma proposição verdadeira.

Diante o exposto, verifica-se que o gabarito preliminar está correto. Ratifica-se o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
16	19

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Houve um equívoco ao informar o gabarito da questão. A questão trata dos conceitos de memória volátil e não volátil, abordando os exemplos de Memória RAM, Memória ROM e Memória Cache. Dentre essas opções, apenas a Memória ROM é não volátil. Portanto, o gabarito correto deve ser alterado para a alternativa **A) V, F, V**.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
17	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão traz em seu enunciado a definição de software proprietário, dessa forma, as alternativas apresentam somente o Microsoft Windows como um Software proprietário, que exige licenciamento e é de propriedade da Microsoft, as demais alternativas, são sistemas operacionais de código fonte aberto, cujo código-fonte está disponível para uso, modificação e distribuição por qualquer pessoa, promovendo maior liberdade e colaboração na comunidade de desenvolvedores.

Fonte:

- https://pt.wikipedia.org/wiki/Software_propriet%C3%A1rio

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
18	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O edital inclui o MS-DOS em seu conteúdo programático, então o que foi abordado está dentro do previsto. Além disso, os recursos mencionados são úteis e podem ser utilizados durante o uso do MS-DOS.

Fonte:

- <https://learn.microsoft.com/pt-br/windows-server/administration/windows-commands/md>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
20	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O edital inclui Conceitos básicos de Internet em seu conteúdo programático, então o que foi abordado na questão está dentro do previsto nas normas editalícias.

Fonte:

- <https://www.cloudflare.com/pt-br/learning/privacy/what-are-cookies/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
23	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta reproduz na literalidade os termos do Art. 130 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG, vejamos:

Art. 130 - Os auxiliares diretos do Prefeito serão sempre nomeados em comissão, demissíveis *ad nutum*, e apresentarão declaração de bens por ocasião da posse e do afastamento do cargo, de não acumulação de cargo e se exigível de não ocorrência de relação de parentesco consanguíneo ou por afinidade.

Fonte:

- https://www.esmeraldas.mg.gov.br/docs/legislacao/LOM_01_1925.pdf

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
25	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta reproduz na literalidade os termos do Art. 184 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG, vejamos:

Art. 184 - O Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município de Esmeraldas, será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, e da União, além de outras fontes, que constituirão o Fundo Municipal de Saúde.

Fonte:

- https://www.esmeraldas.mg.gov.br/docs/legislacao/LOM_01_1925.pdf

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
28	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se atém a previsão expressa em texto de lei, não havendo margem para questionar o enunciado, visto que a interpretação correta da questão é elemento essencial para a identificação da resposta correta. Nesse sentido, vejamos o disposto na Lei Municipal nº 1.319/1991.

Art. 46 – **Remoção** é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição ou de um para outro órgão da mesma repartição.

Art. 47 – A remoção dá-se:

I – de ofício;

II – a pedido.

Parágrafo Único – A remoção depende da existência de cargo vago na lotação, obedecendo-se os seguintes critérios:

- a) tempo de serviço;
- b) idade

Fonte:

- <https://educacao.esmeraldas.mg.gov.br/pagina/undefined>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
37	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme se pode verificar nas fontes abaixo disponibilizadas:

Além do modelo de ofício tradicional, há os seguintes tipos, que poderão ser adotados de acordo com a finalidade:

Ofício circular: é um documento enviado a mais de um órgão. Nesse caso, as siglas ou os nomes dos órgãos a que o documento se destina podem ser adicionados no rodapé.

Ofício conjunto: é um documento enviado conjuntamente por mais de um órgão a somente um destinatário.

Ofício conjunto circular: é um documento enviado conjuntamente por mais de um órgão a vários destinatários.

Variações dos documentos oficiais

Os documentos oficiais possuem algumas variações, a depender no número de remetentes e/ou destinatários:

Circular: documento enviado por um órgão a mais de um órgão receptor;

Conjunto: documento enviado por mais de um órgão, conjuntamente, a apenas um órgão destinatário.

Conjunto Circular: quando mais de um órgão envia o mesmo expediente para mais de um órgão destinatário.

Fontes:

- <https://mundoeducacao.uol.com.br/redacao/oficio.htm>
- <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/padrao-oficio-redacao-oficial/#>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
38	32

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

Corpo de Texto: trata-se do conteúdo da mensagem que será enviada. Não se esqueça que as cartas comerciais são breves e objetivas, portanto, não seja prolixo.

Ainda, no âmbito estrutural, é relevante falar da importância estética do gênero. A carta comercial é um documento de cunho profissional, logo o cuidado com a organização e a apresentação estética é imprescindível, sempre obedecendo às regras estruturais do gênero.

Despedida: conforme as normas formais, despede-se com expressões: saudações, cordialmente, respeitosamente, atenciosamente, etc.

Assinatura: Por fim, aparece o nome do emissor (remetente) da carta, bem como o cargo que ocupa na empresa.

Dessa forma, o gabarito que evidencia a sequência correta é: opção de resposta C: F, V, V.

Fontes:

- <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/carta-comercial.htm>
- <https://www.todamateria.com.br/carta-comercial/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
39	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme se pode verificar nas fontes abaixo disponibilizadas:

Fecho: é a conclusão do requerimento, onde, após a exposição do pedido, geralmente é utilizada a expressão “Nestes termos, pede-se deferimento”.

Fecho: em geral, é utilizada a expressão “nestes termos, pede deferimento”.

Fontes:

- <https://www.portugues.com.br/redacao/requerimento-um-genero-dotado-formalidades>
- <https://mundoeducacao.uol.com.br/redacao/requerimento.htm>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
41	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O material divulgado, referente ao gabarito para o cargo de Auxiliar de Secretaria da Educação Básica - ASEB, está correto. O Texto tachado é uma formatação onde uma linha horizontal é aplicada sobre o meio das palavras ou frases, como se estivesse “riscando” o texto, como demonstrado no começo do texto “Lorem ipsum”. O recuo de primeira linha é uma formatação de parágrafo em que a primeira linha de um parágrafo é deslocada para a direita em relação às demais linhas.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/office/aplicar-ou-remover-formatação-em-texto-tachado-608ce6b6-13e4-42bc-834f-544375ab8295>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
44	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a questão em comento, a primeira afirmativa está correta. O recurso “Enviar e-mail como” permite o envio de mensagens de diferentes endereços associados à conta, sendo possível configurar uma assinatura distinta para cada endereço. Esse recurso é utilizado por usuários que precisam enviar e-mails de várias contas vinculadas, mantendo a flexibilidade na gestão de assinaturas e identidades de e-mail. A terceira afirmativa afirma que o Gmail oferece criptografia de ponta a ponta por padrão, o que NÃO é correto. O Gmail utiliza criptografia TLS (Transport Layer Security) para proteger os e-mails enquanto estão em trânsito entre servidores, o que garante a segurança das mensagens durante a transmissão. No entanto, a criptografia de ponta a ponta, que impede que qualquer pessoa além do remetente e do destinatário leia o conteúdo do e-mail, não é habilitada por padrão no Gmail.

Fonte:

- <https://tecnoblog.net/responde/como-colocar-paragrafo-no-word-recuar-a-primeira-linha>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
46	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o conteúdo de acordo com edital publicado “*noções de organização escolar (currículo ...)*”. No enunciado da supracitada questão, solicita-se que o candidato considere a palavra “currículo” apenas para referir-se às atividades organizadas por instituições escolares na contemporaneidade, indicando quatro alternativas para análise. Destaca-se que é importante repensar, a função socializadora que o currículo escolar deve exercer no âmbito educacional. Analisa-se contemporaneamente, **que o currículo escolar não pode ser visto e nem compreendido, como, um “acúmulo” de disciplinas isoladas, fragmentadas, com conteúdos apresentados de modo tradicional, e transmitidos sem reflexão pelo professor/educador em sala de aula.** Verifica-se, que o currículo escolar é histórico, e vai além de conteúdos e disciplinas, sendo que o currículo deve que ser elaborado de forma a oportunizar condições de conhecimentos para os educandos, na busca de abranger e atender as diversas realidades sociais existentes, de maneira ampla, real, significativa, reflexiva, dinâmica, democrática, inclusiva, ética e moral. Discutir sobre o currículo escolar na contemporaneidade, é de fato, analisar profundamente o sistema educacional, como também, o que o ser humano produziu e continua produzindo ao longo do tempo, tempo esse, chamado história. Portanto, é necessário buscar compreender os conhecimentos elaborados e apropriados por todos os membros da sociedade, assim como, as diversas culturas existentes, ampliadas gradativamente ou até mesmo modificadas de geração em geração. Ainda, **destaca-se que o currículo nunca é simplesmente uma montagem neutra de conhecimentos, que de alguma forma aparece nos livros e nas salas de aula de um país. Sempre parte de uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, as visões que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo.** Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo. (APLLE, 2000, p. 53)

Destarte, apenas os itens III e IV, estão corretos, ratifica-se o gabarito publicado B.

Fontes:

- APLLE, Michael W. **Repensando ideologia e currículo.** In: MOREIRA, A.F.; SILVA, T.T. **Currículo, Cultura e Sociedade.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MORREIRA, A. F. B; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** São Paulo: Vozes, 2008.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
47	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394/1996 Art. 3º O ensino será ministrado com base **nos seguintes princípios:**

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

Portanto, **alternativas “B”, “C” e “D”, incisos III, VI E VII**, são princípios em conformidade com LDB/1996. Entretanto, de acordo com o comando dado na supracitada questão, **NÃO** se refere a um dos princípios, **a erradicação do analfabetismo**, pois trata-se da primeira, das dez diretrizes fixadas do Plano Nacional da Educação.

Fontes:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-plano-nacional-de-educacao-pne-2014-2024>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
49	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supracitada questão aborda o tema, conforme conteúdo programático do edital “*Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*”, e trata-se das alterações que regem o Estatuto. Solicita-se que, dentre as diversas alterações nas alternativas dadas, considere uma importante alteração em 2024.

Destaca-se que a **Lei nº 14.811/2024**, que foi publicada em 15 de janeiro de 2024, prevê a criação da Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inclui disposições criminais e cria obrigações regulatórias específicas para instituições de ensino que atuem com crianças e adolescentes. A nova lei aumenta as penas de alguns crimes previstos no Código Penal, classifica condutas como crimes hediondos, introduz os crimes de *bullying* e *cyberbullying* ao ordenamento e criou uma novidade às instituições que desenvolvam atividades de ensino ou sociais: **a obrigação de emitir e manter certidões atualizadas de antecedentes criminais de seus colaboradores (art. 59-A do ECA).**

Art. 59-A. *As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)*

Parágrafo único. *Os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas*

cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)

As demais alternativas dadas, também são alterações importantes do ECA, mas não recentes, ou seja, de 2024, conforme solicitado no comando da supracitada questão.

Alternativa “A”, refere-se alteração de 2019:

Art. 53-A. É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

Alternativa “C”, refere-se a alteração de 2022

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

X - a promoção e a realização de campanhas educativas direcionadas ao público escolar e à sociedade em geral e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, incluídos os canais de denúncia existentes; (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022)

Alternativa “D”, refere-se a alteração de 2019

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado B.

Fonte:

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
50	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e considerando os quatro níveis de concretização curricular, com relação a estrutura do sistema educacional brasileiro, constituem o **primeiro nível de** concretização curricular, a referência nacional para o ensino fundamental que estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto. O **segundo nível de** concretização diz respeito às propostas curriculares dos Estados e Municípios. Os Parâmetros Curriculares Nacionais poderão ser utilizados como recurso para adaptações ou elaborações curriculares realizadas pelas Secretarias de Educação, em um processo definido pelos responsáveis em cada local. O **terceiro nível de** concretização refere-se à elaboração da proposta curricular de cada instituição escolar, contextualizada na discussão de seu projeto educativo. O **quarto nível de concretização curricular é o momento da realização da programação das atividades de ensino e aprendizagem na sala de aula.**

Portanto, alternativa A está correta, de acordo com os PCNs.

Fonte:

- <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Esmeraldas, a resposta correta é **Administração Regional**.

Desta forma, é necessário que o gabarito seja alterado para a alternativa B.

Vejamos o texto normativo.

Art. 40 - **A Administração Regional** é a unidade descentralizada dos sistemas administrativos, com circunscrição, atribuição, organização e funcionamento definidos em lei.

Parágrafo único - As diretrizes, as metas e as prioridades da administração municipal serão definidas, por Unidade Administrativa, na lei de que trata este artigo, a partir do diagnóstico das carências e reivindicações regionais nas áreas de saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico, meio ambiente, urbanização, assistência social, cultura, esporte e lazer, hierarquizando-se as prioridades, através de audiências públicas.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em regra geral, o adjetivo deve concordar com o substantivo, no entanto, existem algumas particularidades quanto à concordância nominal. A partir dessa observação seguem as considerações em relação às alternativas de resposta: Segue anexo a declaração de comparecimento. A concordância está incorreta, pois “anexo” é adjetivo e deveria concordar com o substantivo feminino “declaração”. O correto seria: Segue anexa a declaração de comparecimento. Portanto, é a alternativa que deveria ser assinalada.

Use no discurso palavras o mais possível belas: alternativa correta, pois “o mais possível” está como expressão superlativa devido à indicação de “o mais”, assim é obrigatório o uso de “possível” no singular. Assim, o mais possível, o quanto possível e o menos possível ficam invariáveis, pois atuam como locuções adverbiais e, como sabemos, advérbio é uma classe de palavras invariável.

As pessoas se retiraram da reunião dadas as circunstâncias. Alternativa correta, pois “dadas” está no contexto como adjetivo, portanto, concorda com “circunstâncias”.

O amor e a solidariedade humana podem ajudar aqueles necessitados. A alternativa está correta, pois o adjetivo “humana” concorda com o substantivo mais próximo que é “solidariedade”.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).

Tipo 1 - BRANCA

3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “Quando me ergui e fui à varanda olhar o mar [...]” e “[...] eu me sentia fatigado e naufrago nesse começo de noite”, o pronome é reflexivo, pois o elemento exerce a ação sobre si mesmo, de modo que o termo sublinhado exerce função sintática relevante, o que torna infundada sua classificação como partícula expletiva. As alternativas são, portanto, incorretas.

Em “[...] de manhã eu vira rolas se amando sobre o telhado [...]”, o pronome é reflexivo recíproco, pois um elemento exerce a função sobre outro, de modo que o termo sublinhado exerce função sintática relevante, o que torna infundada sua classificação como partícula expletiva. A alternativa é, portanto, incorreta.

Já em “Os pássaros já se tinham ido [...]” tem valor tão somente estilístico, e não sintático, o que torna correta a alternativa que o traz. Abaixo, segue previsão de Cegalla para o caso em questão, incluindo exemplo de situação em que o pronome constitui partícula expletiva quando acoplado ao verbo “ir”:

Palavra expletiva ou de realce. Neste caso o pronome se, sem ser rigorosamente necessário, transmite à ação verbal mais vigor, ênfase, ou certa espontaneidade:

As moças sorriam-se, agradecidas. [As moças sorriam, agradecidas.]

"Vai-se a primeira pomba despertada..." (RAIMUNDO CORREIA)

"O auditório riu-se ao ouvir tantas afirmações tolas." (AURÉLIO)

No caso em apreço, o pronome se, não tendo valor gramatical, mas apenas estilístico, não exerce função sintáticas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Tipo 1 - BRANCA

4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Tucanos, araras lindas, papagaios peripatéticos contando histórias [...]” é um exemplo de prosopopeia porque envolve a atribuição de características humanas a animais. Os tucanos, as araras e os papagaios estão realizando uma ação tipicamente humana – contar histórias – o que não é uma característica natural ou comum desses animais. Isso cria uma imagem vívida e imaginativa, o que se destaca como um uso da prosopopeia.

“[...] os açougues, à noite, ficam de luzes acesas: ‘A carne é vaidosa’” é outro exemplo de prosopopeia. Neste caso, a carne é descrita como “vaidosa”, uma característica humana que implica vaidade e orgulho quanto aos próprios méritos. A ideia de que a carne é vaidosa é apresentada como se a carne tivesse a capacidade de demonstrar vaidade, como uma pessoa vaidosa faria.

A descrição “varanda triste” é um exemplo de prosopopeia porque atribui uma emoção humana, a tristeza, a um objeto inanimado, a varanda. A tristeza é um sentimento característico dos seres humanos, e dizer que uma varanda é triste implica que ele possui essa qualidade emocional. Essa figura de linguagem é usada para criar uma atmosfera ou transmitir uma sensação específica sobre o ambiente, em emprego da prosopopeia.

Já o trecho “Recebo um cartão de Paris, não é de amante nem namorada [...]” não apresenta contexto que demonstre a atribuição de características humanas a animais ou objetos inanimados, de modo que a alternativa que a contempla é a correta, pois constitui a exceção requerida pelo enunciado.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A partir da identificação de que a oração reduzida é “*tomando notas*”, pode-se identificá-la como uma oração adverbial modal, pois expressa a maneira, o modo como a oração principal é realizada. Seguem abaixo a previsão e a explicação de Cegalla para esse tipo de orações subordinadas reduzidas:

reduzidas de gerúndio

Estas orações podem ser:

[...]

Adverbiais modais:

Aprendeu-se um ofício praticando-o.

O homem entrou na sala dando empurrões.

"Caminhava ao meu encontro, sinistramente sorrindo." (CECÍLIA MEIRELES)

As alunas espalharam-se pelo pátio, rindo e papagueando.

"O ladrão abriu a porta servindo-se ele gazua." (SAID ALI)

"Tive a ideia extravagante de chegar à cidade andando sobre as árvores." (GRACILIANO RAMOS)

A oração adverbial modal traduz o modo como se realiza o fato expresso pela oração principal.

Como a oração subordinada reduzida não expressa ideia de tempo ou condição, bem como tampouco exerce função de adjetivo, tornam-se incorretas as alternativas diversas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “[...] e depois explicava a Vinicius de Moraes o porquê de os açougues, à noite, ficarem de luzes acesas [...]” está correta porque “*porquê*” é um substantivo e, nesse contexto, representa o motivo ou a razão de algo. Analisem-se cada um dos casos:

Por que: Usa-se em perguntas diretas ou indiretas, ou quando a expressão “por que” pode ser substituída por “pelo qual” e suas variações.

Por quê: Usa-se em perguntas diretas ou indiretas quando está no final da frase, recebendo acento devido à posição final.

Porque: Usa-se como conjunção causal ou explicativa, quando se está dando uma explicação ou causa.

Porquê: Usa-se como substantivo, significando “*motivo*” ou “*razão*”. Geralmente vem precedido de artigo, pronome ou adjetivo.

No caso da frase “[...] e depois explicava a Vinicius de Moraes o porquê de os açougues, à noite, ficarem de luzes acesas [...]”, “*porquê*” está funcionando como um substantivo que significa “*motivo*” ou “*razão*”, por isso leva o acento circunflexo e é precedido pelo artigo definido “o”.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um verbo vicário é um verbo que substitui outro verbo ou uma locução verbal anteriormente mencionada para evitar a repetição. Segue abaixo previsão de Cegalla para verbo vicário como o da resposta apontada como correta: *Verbos vicários são os que substituem outro verbo, na mesma frase, e que se empregam para evitar a repetição do que foi expresso antes. Usam-se como vicários os verbos ser e fazer.*

Exemplos:

Se a professora reclama é porque não a respeitam. [é = reclama]

O pouco que aprendi foi com meu velho pai. [foi = aprendi]

Visita seu mestre todos os anos e o faz como quem cumpre um ritual. [o faz = visita seu mestre]

As moças desfilavam, uma a uma, diante de nós, e o faziam com naturalidade e graça. [o faziam = desfilavam]

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão solicita as quantidades de carrinhos que Arthur, Bento, Carlos e Douglas possuem, **respectivamente**. Avaliando cada alternativa, tem-se que:

- 6, 10, 8 e 12: Correto, pois satisfaz todas as restrições.
- 6, 8, 10 e 18: Incorreto, pois Douglas tem uma quantidade de carrinhos equivalente à soma de carrinhos de Bento e Carlos.
- 8, 10, 8 e 14: Incorreto, pois Arthur não tem menos carrinhos que Carlos.
- 6, 8, 14 e 18: Correto, pois satisfaz todas as restrições.

Por permitir duas respostas corretas, a questão deve ser anulada.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita qual alternativa é **necessariamente** correta. Avaliando cada alternativa:

- “Foi cadastrado pelo menos um funcionário em cada dia útil”: Incorreto, pois algum dia útil pode ter ficado sem cadastro de funcionários.
- “Foram cadastrados pelo menos dois funcionários em cada dia útil”: Incorreto, pois algum dia útil pode ter ficado sem cadastro de funcionários.
- “Em nenhum dia útil foram cadastrados mais de 10 funcionários”: Incorreto, pois em algum dia útil pode haver o cadastro de 10 ou mais funcionários.
- “Foram cadastrados pelo menos quatro funcionários em algum dia útil”: Correto, pois na situação mais igualitária possível, em 3 dias úteis são cadastrados 3 funcionários e nos 2 dias úteis restantes são cadastrados 4 funcionários. Assim foram cadastrados pelo menos quatro funcionários em algum dia útil. Essa alternativa será necessariamente verdadeira em qualquer disposição dos funcionários cadastrados entre os 5 dias úteis.

Tipo 1 - BRANCA

16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Entre R e U, incluindo os extremos, há $12 + 8 + 14 = 34$. Assim, sobram $50 - 34 = 16$ números. Logo, A quantidade de números menores que R é igual 8 e a quantidade de números maiores que U é 8. Assim, R = 9, S = 20, T = 28, U = 42. Assim, Tereza recebeu o número 28.

Tipo 1 - BRANCA

17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para trancar uma célula no Microsoft Excel, utiliza-se o símbolo “\$”. Portanto, esse recurso é improcedente.

Fonte:

- <https://www.hashtagtreinamentos.com/trancar-celulas-no-excel>

Tipo 1 - BRANCA

21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da presente questão não aborda exclusivamente a acumulação de cargos, mas sim trata das disposições acerca dos servidores públicos estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Esmeraldas. A questão tem como comando a identificação da assertiva verdadeira. Logo, o gabarito encontra-se correto, já que a alternativa **B** está em conformidade com o art. 50 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Art. 50 - O servidor admitido por entidade da administração indireta não poderá ser colocado à disposição da administração direta, salvo se para o exercício de cargo comissionado ou função de confiança.

As demais assertivas são erradas. O que se afirma na alternativa **A** está incorreto, uma vez que a regra geral determina que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo se houver compatibilidade de horários. Além disso, estabelece a natureza dos cargos que podem ser cumulados, conforme consta no art. 46 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG. A alternativa **C**, por sua vez, também está incorreta, pois contraria o art. 47, inciso I do mesmo instrumento normativo supracitado:

Art. 47 - Ao Servidor Público em exercício de mandato eletivo se aplicam as seguintes disposições:

I - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Por fim, a alternativa **D** está incorreta, pois a vedação de recontração não se aplica às funções de magistério e saúde, de acordo com o § 2º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG. Logo, a vedação da recontração não se aplica independente da função exercida.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Na presente questão, a alternativa **B** e a alternativa **C** estão incorretas. Logo, existindo duas alternativas incorretas, a questão deverá ser anulada. A alternativa **C** está incorreta, uma vez que conforme o art. 68, inciso II, alínea e, da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG, é vedado a situação narrada na assertiva desde a posse e não desde a expedição do Diploma:

Art. 68 - É vedado ao Vereador:

II - Desde a posse:

e) manter sob sua subordinação direta parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral de qualquer grau;

Do mesmo modo, a alternativa **B** está incorreta, pois está em desacordo com a nova redação ao artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas, cuja atualização entrou em vigor em 12 de dezembro de 2023:

"Art. 66 - A Câmara Municipal é composta por 15 (quinze) vereadores eleitos como representantes do povo, nos termos da Constituição da República".

O que se afirma na alternativa **D** está correto, com base no art. 75 d a Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG. A alternativa **A** está correta, pois está de acordo com o art. 70, caput da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Diante da análise e, com base na atualização legislativa supracitada, o recurso deve ser deferido, reconhecendo que existem duas alternativas corretas para a questão.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão tem como comando a identificação da alternativa incorreta. Logo, o gabarito está correto ao apontar a afirmativa **B**. A alternativa **B** é incorreta, uma vez que a missão temporária mencionada na assertiva também pode ser de caráter cultural, nos moldes do art. 77, inciso II da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG.

A alternativa **A** está correta de acordo com o art. 78 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Art. 78 - É lícito ao Vereador desistir a qualquer tempo da licença que lhe tenha sido concedida.

O que se afirma na alternativa **C** também está correto, com base no art. 77, inciso III da referida Lei:

Art. 77 - O Vereador poderá licenciar-se:

III - para tratar de interesse particular, desde que o período não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa, sem remuneração.

Já a alternativa **D** está correta, pois está de acordo com o estabelecido no art. 79 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Art. 79 - Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador, privado temporariamente de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão solicita que as assertivas sejam analisadas com base nas determinações legais da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas. Desse modo, com base nesse instrumento normativo a alternativa **B** está incorreta, posto que indica a porcentagem errada de investimento mínimo na educação. Na assertiva é mencionado o valor de 20%, contrariando o art. 193, caput da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Art. 193- O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal.

Logo, o gabarito está correto ao apontar a alternativa **A**, já que essa está de acordo com o art. 193, § 2º da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

§ 2º - O Poder Executivo publicará e encaminhará, à Câmara Municipal até o dia dez (10) de março de cada ano, demonstrativo da aplicação de verbas na educação, especificando a destinação das mesmas.

A alternativa **C** está incorreta, pois a proposta do plano deve ser elaborada pelo Poder Executivo e não pela Câmara. Enquanto a aprovação do plano caberá a Câmara e não ao Poder Executivo, conforme estabelecido no art. 194, § 1º da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG.

Por fim, o que se afirma na alternativa **D** está incorreto, pois a idade mencionada está em desacordo com a disposição do art. 192, inciso II da lei supracitada.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão solicita que as assertivas sejam analisadas com base nas determinações legais do Estatuto de Magistério de Esmeralda. Com base nesse instrumento legal, o gabarito está correto ao sinalizar a alternativa **B** como incorreta, já que o professor e o pedagogo terão direito a um período sabático para cada 7 (sete) anos e não 6 (seis), como mencionado na alternativa, de acordo com o art. 91 da Lei nº 1582/1994:

*Art. 91 – O professor e o pedagogo terão direito a um período sabático para **cada 7(sete)** anos de efetivo exercício de magistério, com duração de 120(cento e vinte) dias, para aprimoramento profissional, devidamente comprovado.*

A alternativa **A** está correta, conforme a previsão do parágrafo único do art. 85 da Lei nº 1582/1994:

Art. 85 - Constituem vantagens específicas do professor:

I - pagamento por habilitação se desempenhando a função;

II - férias anuais de 30(trinta) dias e recesso anual de 30(trinta) dias;

III - aposentadoria especial;

Parágrafo Único – Aplica-se aos pedagogos o disposto nos incisos II, III e IV.

Já a alternativa **C** também está correta, já que está de acordo com a previsão do art. 84, inciso II da Lei nº 1582/1994:

Art. 84 – São direitos dos servidores das Escolas Municipais além do previstos nos artigos 39, Par. 2º, da Constituição Federal:

II - adicionais por tempo a razão de 10% (dez por cento) a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício, incidente sobre a remuneração, ficando estabelecido o limite máximo de 80% (oitenta por cento);

Por fim, a alternativa **D** também está correta com base no art. 84, inciso III da Lei nº 1582/1994:

Art. 84 – São direitos dos servidores das Escolas Municipais além do previstos nos artigos 39, Par. 2º, da Constituição Federal:

III - adicional de 10% (dez por cento) sobre o vencimento e gratificação quando completar 30(trinta) anos de serviço público, ou antes disso, se implementado o interstício necessário para aposentadoria;

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Tipo 1 - BRANCA

28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A menção do enunciado da questão, acerca dos profissionais que podem exercer o cargo de diretor escolar, não é relevante para a resolução da questão, posto que a mesma diz respeito as disposições acerca do cargo de diretor escolar com base nas disposições do Estatuto do Magistério de Esmeraldas, não havendo nenhuma assertiva abordando a temática de quais profissionais podem ocupar tal cargo. Apesar disso, o enunciado permanece correto já que o art. 10, caput da Lei nº 1582/1994, é explícito ao mencionar que o cargo de Diretor Escolar será exercido por professores ou pedagogos, em exercício na escola.

O gabarito está correto, já que a alternativa **D** é a incorreta, e consequentemente é a exceção, posto que faltando 12 (doze) meses ou mais para o término do mandato a eleição caberá aos membros do colegiado, entre os servidores interessados que se inscrevem, acolhida a maioria simples. De acordo com as disposições do art. 17, inciso I e II da Lei nº 1582/1994:

Art. 17 – Quando ocorrer, simultaneamente, a vacância dos cargos de Diretor e suplente, serão observados os seguintes critérios:

I – faltando menos de 12(doze) meses para o termino do mandato, caberá ao Colegiado indicar servidores da Escola para exercício dos cargos.

II – faltando 12(doze) meses ou mais, a eleição caberá aos membros do colegiado, entre os servidores interessados que se inscrevem, acolhida a maioria simples.

A alternativa **A** está correta, conforme o § 6º, inciso I, do art. 10 da Lei nº 1582/1994:

Parágrafo 6º - Apurado o segundo turno, será aclamada vencedora a chapa que obtiver a maioria dos votos válidos, havendo empate considerar-se-á eleita a chapa cujo o candidato a diretor comprovar maior tempo de serviço na:

I – escola

A alternativa **B** está correta, pois está de acordo com o § 2º do art. 10 da Lei nº 1582/1994:

Parágrafo 2º - Não poderão se inscrever servidores que estejam cumprindo o estágio probatório ou em exercício de função pública.

Por fim, a alternativa **C** está correta, já que aponta expressamente a previsão do art. 15, inciso II da Lei nº 1582/1994:

Art. 15 – Poderão votar:

II – alunos regularmente matriculados que estejam cursando a 7ª série do 1º grau em diante ou, que sejam maiores de 14 (quatorze) anos de idade.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Diferente do mencionado no fundamento do recurso, o enunciado da questão tem como comando a identificação da assertiva correta e não da incorreta. Logo, o gabarito está correto ao apontar a alternativa **C**, já que a assertiva está em conformidade com o inciso II do art. 39 da Lei nº 1319/1991:

*Art. 39 - O afastamento do servidor com autorização do Prefeito Municipal só é permitido:
II - para exercer função de natureza técnico-especializada, sob contrato, com o Poder Público Federal ou Estadual;*

A alternativa **A** está incorreta, já que menciona erroneamente a quantidade de dias estabelecida na Lei nº 1319/1991, em seu art. 42, caput:

Art. 42 - O servidor que faltar ao serviço, por mais de trinta dias consecutivos, só pode reassumir o exercício após justificar sua ausência.

A alternativa **B** está incorreta, pois estabelece o número de meses incorreto, em disparidade com o § 1º, alínea d' do art. 16 da Lei nº 1319/1991, em que é mencionado o prazo de 06 (seis) meses, diferente da assertiva da questão, que menciona o prazo de 12 (doze) meses. Por fim, a alternativa **D** também está incorreta, pois o prazo é improrrogável, conforme menciona o inciso I do art. 39 da Lei nº 1319/1991.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão tem como comando a identificação da exceção das alternativas corretas, qual seja, a alternativa incorreta. Logo, o gabarito está correto ao apontar a alternativa **A**, já que tal assertiva é incorreta, pois menciona o prazo errado de prescrição, conforme previsto no art. 166, inciso I e II da Lei nº 1319/1991:

*Art. 166 - As penas prescrevem:
I - em cento e oitenta dias as de repreensão e suspensão;
II - em cinco anos as demais.*

O argumento de que a alternativa **D** também é incorreta não prospera, uma vez que a assertiva é a disposição expressa do inciso I do art. 169 da Lei nº 1319/1991 e, logo, é correta, não configurando assim, a exceção solicitada do enunciado. Vejamos:

*Art. 169 - São competentes para aplicar as penas administrativas:
I - O prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, em qualquer caso e, privativamente, no caso de destituição de cargo ou função de confiança, demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.*

Do mesmo modo, a alternativa **B** está correta, conforme dispõe o § 1º e § 2º do art. 159 da Lei nº 1319/1991, bem como a alternativa **C** está correta, com base no art. 172 da lei supracitada.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A LEI DE DIRETRIZES E BASES, LEI 9.394/1996, dispõe, de acordo com Art. 26, “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, **sendo sua prática facultativa ao aluno**; (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

(...)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

Portanto, a lei determina apenas que tenha prole, e não especifica a idade maior ou menor que 12 anos, como consta na alternativa dada. Sendo assim, ratifica-se o gabarito publicado B.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1044.htm

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tanto Piaget como Vygotsky concebem a criança como um ser ativo, atento, que constantemente cria hipóteses sobre o seu ambiente. Há, no entanto, grandes diferenças na maneira de conceber o processo de desenvolvimento. **O comando dado na supracitada questão, refere-se as diferenças entre os dois autores.** Quanto ao papel dos fatores internos e externos no desenvolvimento, **Piaget privilegia a maturação biológica; Vygotsky, o ambiente social**, Piaget, por aceitar que os fatores internos preponderam sobre os externos, postula que o desenvolvimento segue uma sequência fixa e universal de estágios. Vygotsky, ao salientar o ambiente social em que a criança nasceu, reconhece que, em se variando esse ambiente, o desenvolvimento também variará. Neste sentido, não se pode aceitar uma visão única, universal, de desenvolvimento humano.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado B.

Fonte:

- CASTORINA, J. A. O debate Piaget-Vygotsky: a busca de um critério para sua avaliação. CASTORINA, J. A. et al. Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 1997. (p. 07-50) DE LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS. A formação de conceitos para Vygotsky. 1992.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Bock e Bock (2005), ao enfatizarem a importância da abordagem Sócio-histórica na escolha da profissão, criticam os pressupostos das teorias tradicionais do campo da Orientação Profissional. Consideram que estas teorias, ao relacionarem características da personalidade e das ocupações, objetivando apontar o perfil profissional ideal que mais se adapta ao indivíduo, afirmam que tolgem a liberdade de escolha do sujeito, ao mesmo tempo em que afirmam que, em nossa sociedade, não há igualdades de oportunidades. Na perspectiva sócio-histórica, o conceito de vocação pode ser expresso assim: “a vocação do ser humano é exatamente não ter outras vocações” (Bock, 2006,

p. 73). Nesse sentido, Bock (2006) afirma que o ser humano nasce determinado biologicamente para nenhuma profissão ou ocupação. Aguiar & Bock (1995) discutem a função da orientação profissional segundo a visão da Psicologia em bases sócio históricas e trabalha a perspectiva crítica e subjetiva equilibradamente, quer dizer, trabalha o sujeito no seu contexto social e considera a multideterminada deste sujeito. Ferreti, em sua obra vem tentando essa reflexão no campo específico da Informação Profissional- I.P.-(FERRETI, 1981; 1988 b.), sugere algumas transformações quanto aos objetivos e conteúdos da Informação. Para ele, a I.P. deve instrumentar os jovens "para realizar reflexões críticas sobre o ingresso numa profissão, e sobre o exercício da mesma no contexto da ordem econômica vigente no país. (...) seu objetivo básico deve ser o de fornecer informações fidedignas que estimulem a reflexão" (FERRETI, 1981. p. 69). Essa nova orientação deverá ter por base a concepção histórica do trabalho com vistas a situar o aluno frente à dimensão social e coletiva do mesmo, a posicionar o trabalhador como sujeito da história. ***Há que se criar condições para o desenvolvimento da consciência política, ou seja, como afirma a alternativa D, há que se questionar a profissão como mero 'meio de realização individual', enfatizando-se a responsabilidade social e coletiva de construção da sociedade que necessitamos e queremos, pela via da participação social efetiva, através do trabalho.***

Já a **Orientação Vocacional Tradicional** tem sua existência vinculada à sociedade industrial, cuja necessidade de mão-de-obra específica e diversificada se tornou ingente, em função da divisão e da organização do trabalho. Nessa sociedade cabe à escola promover o "desenvolvimento harmonioso" dos indivíduos, mas também formar e selecionar mão-de-obra, em acordo com as imposições da divisão do trabalho: o "trabalho intelectual" (de planejamento e organização da produção) e o "trabalho manual" (de execução, ou produção propriamente dita). ***Nessas definições estão implícitos os pressupostos liberais: na sociedade Democrática os Indivíduos, como cidadãos, têm Igualdade de Oportunidades de acesso aos bens oferecidos pela sociedade e podem livremente escolher e optar por uma profissão, de acordo com sua 'vocaçào', para que se garanta sua 'satisfação' pessoal.*** A escolha deve ser consciente, ou seja, com pleno conhecimento de suas aptidões, características físicas e de personalidade, seus interesses, valores e aspirações sociais, e com o conhecimento das oportunidades que a sociedade lhe oferece em termos de cursos, profissões e mercado de trabalho. O Orientador, de posse destas informações sobre o indivíduo, bem como de informes sobre as oportunidades oferecidas pela sociedade, deveria repassá-las ao orientando, através do processo denominado 'aconselhamento', visando a sua integração no que se convencionou chamar 'mundo do trabalho', promovendo seu ajustamento a ele, inclusive com posterior acompanhamento. (SANTOS, 1973. p. 28-107)

Portanto, apenas alternativa D está correta e de acordo com uma abordagem sócio histórica da orientação profissional.

Fontes:

- FERRETI, C.J. Informação Profissional e Ideologia. ANDE, São Paulo, v. 1, n.2, p. 64-9, 1981.
- BOCK, S. D. Concepções de indivíduo e sociedade e as teorias em orientação profissional. In: BOCK, Ana M. Bahia et al. A escolha profissional em questão. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995, p. 61-70.
- BOCK, S. D. Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2006.
- FERRETI, C. J. Uma nova proposta de orientação profissional. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988a.
- FERRETI, C. J. Opção trabalho: trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988b.
- SANTOS. O. de B. Psicologia aplicada à orientação e seleção profissional. São Paulo: Pioneira, 1973.

Tipo 1 - BRANCA

34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento recursal cita as dez competências gerais de acordo com a BNCC. Entretanto, a supracitada questão, solicita ao candidato que considere a **competência 10**, indicada na Base Nacional Comum Curricular *“Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”*, onde o professor deverá mobilizar em seus alunos competências socioemocionais, de acordo com tal competência. No comando dado, solicita-se do candidato que assinale aquela em desacordo (EXCETO) com a competência 10 indicada. Ressalta-se que

as competências expressam diversas dimensões e explicitam o propósito de uma educação que articule os conhecimentos dos conteúdos com o desenvolvimento de competências importantes para a vida, portanto, no que se refere a **competência 10, a empatia, o respeito e confiança (para a ação coletiva com base em princípios inclusivos e de apoio); a iniciativa social, a determinação e responsabilidade (para se envolver com as ações e praticar o exercício da boa cidadania em uma sociedade diversa); a tolerância ao estresse (para que tudo isso ocorra juntamente com resiliência emocional)**, são competências socioemocionais que a BNCC deixa claro que devem ser promovidas em todos os componentes curriculares e em todas etapas da Educação Básica, uma vez que o aluno deve desenvolver em todas as suas dimensões, para além da compreensão de conteúdo.

A competência socioemocional de acordo com o gabarito, ou seja que não está coerente com competência 10, é “curiosidade para aprender”, pois refere-se a competência 1: “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado D.

Fonte:

- <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>

Tipo 1 - BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, incumbe ao Município atuar prioritariamente, no ensino fundamental e educação infantil.

Art. 211 - § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado D.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Tipo 1 - BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na filosofia moderna o precursor da corrente do Racionalismo foi René Descartes (1596-1650). **Do Racionalismo derivam o inatismo (nativismo, apriorismo) e interacionismo (construtivismo).**

A **concepção inatista** parte do pressuposto de que os eventos que ocorrem após o nascimento não são essenciais ou importantes para o desenvolvimento (DAVIS E OLIVEIRA, 1994). As qualidades e capacidades básicas de cada ser humano, sua personalidade, seus valores, hábitos e crenças, sua forma de pensar, suas reações emocionais e mesmo sua conduta social já se encontrariam basicamente prontas e em sua forma final por ocasião do nascimento, sofrendo pouca diferenciação qualitativa e quase nenhuma transformação ao longo da existência. O papel da educação e do ensino é tentar interferir o mínimo possível no processo do desenvolvimento espontâneo da pessoa. Os **interacionistas** destacam que o organismo e o meio exercem ação recíproca acarretando mudanças no indivíduo. Logo, o desenvolvimento se dá na interação entre organismo e meio e a aquisição de conhecimento é um processo construído pelo indivíduo durante toda a sua vida. O conhecimento não está pronto ou definido ao nascer, nem é adquirido passivamente graças às pressões do meio.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado B.

Fonte:

- DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. Ramos de Psicologia da Educação. 2 ed. São Paulo: Coleção Magistério Série Formação do Professor, 1994

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No comando da supracitada questão, solicita-se que o candidato, analise em verdadeiro ou falso afirmativas dadas, considerando a história da educação brasileira com a vinda da Família Real e da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, com relação a algumas providências educacionais adotadas a fim de atender aos interesses dos nobres que aqui chegavam.

Destarte, a Educação no Período Imperial a pós a chegada da Família Real, o Brasil apresentou desenvolvimento cultural considerável, mas o direito à educação permanecia restrito a alguns. A vinda da Família Real e mais adiante a Independência (1822) fizeram com que o ensino superior tivesse preocupação exclusiva, em detrimento de outros níveis de ensino, evidenciando o caráter classista da Educação, iniciado com o sistema jesuítico, ficando a classe pobre relegada a segundo plano enquanto a classe dominante expandia cada vez mais seus privilégios. O objetivo fundamental da Educação do Período Imperial era a formação das classes dirigentes. Para isso, ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades **preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior** (Piletti, 1991, p. 41). As primeiras iniciativas práticas para preparação profissional de professores em escolas de ensino ocorreram a partir de 1820, com grande influência das ideias iluministas. **Era dada ao professor a incumbência de dar à “luz” do conhecimento ao aluno, buscando em seu ideário difundir a popularização educacional, objetivando o crescimento do país.** Ainda, tendo sido a **primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, ocorreu a garantia em seu Art. 179 apenas “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”.** E em 1827, uma lei determinou a **criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente.**

Apenas duas das afirmativas dadas são falsas, no que se refere a Educação durante o Período Colonial (1500-1822) com a chegada do elemento europeu em terras brasileiras que essa situação iniciou-se, provocando um choque cultural que rebaixou o índio e o negro e enaltecia o branco, o seu projeto de colonização e o seu desejo descomedido de expandir-se territorial e economicamente. Nesse contexto, a **Companhia de Jesus**, que é fundada para contrapor-se ao avanço da Reforma Protestante, foi trazida para o Brasil para desenvolver um trabalho educativo e missionário, com o objetivo de catequizar e instruir os índios e colaborar para que estes se tornassem mais dóceis e, conseqüentemente, mais fáceis de serem aproveitados como mão de obra. E ainda, com a supressão das escolas jesuíticas, **“a reforma pombalina dos estudos menores objetivou, “criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa”** (Piletti, 1993).

Portanto, o gabarito correto é B) V, V, F, V, F.

Fontes:

- PILETTI, Claudino. *Filosofia da Educação*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. *História da Educação no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a teoria de *Ausubel*, a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não literal e não arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.” (MOREIRA, 2010, p. 2). Para tanto foi preciso, também, conceber como educador

metodologias coerentes com tais proposições, isto é, que superassem a transmissão mecânica de conhecimentos e a formação tecnicista em direção à práxis pedagógica, com vistas à formação de um sujeito **ético, reflexivo e humanizado**. O papel do professor é facilitar a aprendizagem, organizando o material de forma clara e relacionando-o ao conhecimento prévio dos alunos. O professor atua como um guia que ajuda os alunos a fazer conexões entre o que já sabem e o que estão aprendendo. Ainda, o conceito de "subsunsor" é central na teoria da aprendizagem de David Ausubel, especificamente em sua teoria da aprendizagem significativa. Um subsunção é uma ideia, conceito ou proposição já presente na estrutura cognitiva do aprendiz, que serve como âncora para a assimilação de novas informações ou conceitos.

Importante destacar que tanto Ausubel quanto Piaget são importantes teóricos da psicologia da aprendizagem, e suas teorias têm contribuições significativas para entender como as pessoas aprendem, entretanto **quanto a aprendizagem significativa no que se refere a construção do conhecimento, Ausubel destaca-se que o novo conhecimento é relacionado e integrado ao conhecimento prévio do aprendiz**. Isso ocorre quando o novo material é relevante e pode ser entendido em termos do que o aluno já sabe, já Piaget enfatiza a construção ativa do conhecimento pelo aluno através da interação com o ambiente, acreditando que as crianças constroem ativamente suas próprias representações mentais do mundo através de processos como assimilação e acomodação, **portanto, item II, não representa uma ideia Ausubel, e sim de Piaget**.

Ainda, no argumento que cita erro de diagramação na palavra "super a", com espaço em letras **r e a**, item III, não procede, destaca-se que não favorece ou induz ao erro ou interpretação do candidato, uma vez que afirmativa está coerente e de acordo com o tema abordado.

Fontes:

- AUSUBEL, D. P. *Aquisição e retenção de conhecimentos*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.
- AUSUBEL, D. P. *The Psychology of Meaningful Verbal Learning*. New York: Grune & Stratton, 1963.
- MOREIRA, M. A. **O que é afinal aprendizagem significativa?** Revista cultural La Laguna Espanha, 201

Tipo 1 - BRANCA

45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supracitada questão aborda o tema do estudo dos grupos nas organizações e suas implicações. Segundo Griffin (2006), os grupos podem ser classificados de acordo com o grau de formalização (**formal ou informal**) e de **permanência** (relativamente permanente ou relativamente temporário).

Os grupos **formais** são aqueles instituídos para realizar o trabalho da organização, que participam ou não do organograma da empresa. E podem ser: De **comando** quando relativamente permanente e se caracteriza por relacionamentos funcionais, como o de um gestor e seus subordinados. Este grupo costuma estar especificado no organograma oficial da empresa e engloba a maioria dos funcionários. Esse grupo é composto por indivíduos que se reportam diretamente a um determinado gestor. Exemplo: Uma diretora de escola e seus professores formam um grupo de comando. De **tarefa** é relativamente temporário e criado para realizar uma tarefa ou atividade específica como, por exemplo, resolver um problema de qualidade e, geralmente, é dissolvido depois de resolver a situação. Trata-se de grupo que também é determinado pelo organograma da organização. Representa um grupo de indivíduos que trabalham juntos para completar uma tarefa de trabalho. No entanto, os limites de um grupo de tarefas não são estabelecidos pelo superior hierárquico imediato; o grupo pode conter pessoas com relações de comando. De **afinidade** é relativamente permanente e caracteriza-se por reunir funcionários do mesmo nível para troca de informações, entendimento de oportunidades e resolução de problemas. Estes grupos são criados pela empresa, através do compartilhamento de atribuições, responsabilidades e interesses dos seus membros, mas não participam do organograma formal da empresa. Apresenta como maior vantagem a ultrapassagem das barreiras setoriais, facilitando a comunicação entre os diferentes departamentos e divisões (GRIFFIN, 2006).

J á os grupos informais podem surgir de fatores físicos, como a proximidade. Mas podem também surgir de fatores mais sutis, como a satisfação de necessidades específicas de um grupo de pessoas, atitudes e valores tidos em comum ou a similitude de percepções de um papel na organização da sociedade (KOLASA, 1978). Griffin (2006) fala que os grupos informais surgem onde quer que a organização estabeleça grupos formais e que podem ser grupos de **amizade ou de interesse**. Os grupos de amizade surgem do relacionamento cordial entre seus membros,

já os grupos de interesse se organizam em torno de uma atividade ou interesse comum. Exemplo: Colegas de trabalho, mesmo sendo de departamentos diferentes que almoçam juntos com frequência.

Portanto, argumentos que dispõem acerca de grupos por afinidade pertencerem a grupos informais não procedem, apenas grupos de interesse são grupos informais, conforme solicitado no comando.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado B.

Fontes:

- FAGUNDES, Patrícia Martins. Reflexões sobre os atuais modelos de gestão na produção da (inter)subjetividade dos trabalhadores. Revista PSICO, Porto Alegre,
- GRIFFIN, Ricky W.; MOORHEAD, Gregory. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Ática, 2006.
- KOLASA, Blair J. Ciência do comportamento na administração. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- MACEDO, Tonia M. Redes informais nas organizações: a cogestão do conhecimento. Revista Ciência da Informação, v. 28, n. 1, 1999.

Tipo 1 - BRANCA

46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os alunos buscam as informações em fontes diversas, não mais apenas no livro didático único, e a aprendizagem decorre das elaborações para a solução de um problema ou posicionamento acerca de problematizações em temas diversos. Identifica-se que, nessas metodologias, a produção de conhecimento pelo aluno acontece na relação com outros alunos e com o professor e, também, com o estudo em equipes. Na educação, as TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio para promover aprendizagens mais significativas, com o objetivo de apoiar os professores na implementação de metodologias de ensino ativas, alinhando o processo de ensino aprendizagem à realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento dos alunos em todas as etapas da Educação Básica. incorporar as tecnologias digitais na educação trata-se de utilizá-las somente como meio ou suporte para promover aprendizagens e despertar o interesse dos alunos, para que construam conhecimentos com e sobre o uso dessas TDICs.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado A.

Fonte:

- <https://www.scielo.br/jj/rk/a/xLqFn9kxxWfM5hHjHjxbC7D/>

Tipo 1 - BRANCA

47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As tendências pedagógicas são de extrema relevância para a Educação, principalmente as mais recentes, pois contribuem para a condução de um trabalho docente mais consciente, baseado nas demandas atuais da clientela em questão. O conhecimento dessas tendências e perspectivas de ensino por parte dos professores é fundamental para a realização de uma prática docente realmente significativa. Argumento que indica alternativa C, como correta não procede, pois refere-se da Didática da Escola Nova que se centra na preocupação de como facilitar o processo ensino-aprendizagem de forma a possibilitar ao aluno uma participação ativa neste processo, respeitando suas características, seus interesses, seus sentimentos, para que a escola seja um local prazeroso e que retrate a vida da maneira mais fidedigna possível. Nesta perspectiva, ressalta-se que o conteúdo era flexível, o papel do professor era auxiliar quando necessário fazendo alguma intervenção, proporcionar situações que levasse o aluno a raciocinar desenvolvendo sua capacidade de reflexão.

Já, a **Pedagogia Crítico Social dos conteúdos** atribui grande importância à Didática, cujo objeto de estudo é o processo de ensino nas suas relações e ligações com a aprendizagem. As ações de ensinar e aprender formam uma unidade, mas cada uma tem a sua especificidade. A Didática tem como objetivo a direção do processo de

ensinar, tendo em vistas finalidades sócio-políticas e pedagógicas e as condições e meios formativos; tal direção, entretanto, converge para promover e autoatividade dos alunos, a aprendizagem. Libânio (1994, p. 70).

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado D.

Fonte:

- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Ed. Cortez, São Paulo, 1994.

Tipo 1 - BRANCA
48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando dado na supracitada questão solicita do candidato que assinale a função do pedagogo administrador. Se a função do **pedagogo é de administrador**, ele será o responsável por gerenciar todo o sistema de ensino da instituição, elaborar as políticas educacionais que sejam adequadas para sua escola e dentro da realidade em que ela está inserida. (LIBÂNEO, PARREIRA, 2007). O pedagogo administrador deverá propor soluções para os problemas que forem surgindo na escola, precisa apresentar técnicas educacionais efetivas tendo como prioridade o processo de ensino aprendizagem, contando com a colaboração de todos nesse processo. Para Fullan e Hargreaves (2012), o pedagogo administrador tem várias funções mas não pode se esquecer da organização escolar, tendo como responsabilidade gerar mudanças e quebrar paradigmas ultrapassados, buscando apresentar uma postura em que os objetivos da escola sejam alcançados e processo de ensino aprendizagem ocorra de forma positiva. **Portanto, alternativa A é o gabarito correto.**

Argumento que cita alternativa C, como correta, não procede, pois trata-se da função do pedagogo supervisor. Para que atue como supervisor em uma instituição escolar, o pedagogo precisa ter como objetivo principal auxiliar seu corpo docente, com vistas em aperfeiçoar o desempenho de toda sua equipe escolar. Segundo Libâneo (2014), o pedagogo como supervisor tem como função buscar e orientar a utilização dos recursos didáticos, de implementar as adaptações curriculares pedagógicas e de aplicar a metodologias de aprendizado, além de, junto com a equipe, propor e discutir a avaliação que dê resultados significativos no desenvolvimento dos alunos. Libâneo (2014) diz que: A atuação do pedagogo como supervisor escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (...), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e trabalho em sala de aula. (LIBÂNEO, 2014, p.54)

Argumento que cita alternativa, B como gabarito correto, também não procede, pois trata-se do pedagogo orientador. Como orientador, o pedagogo tem o papel de dar apoio aos alunos e a toda equipe envolvida no processo de ensino-aprendizagem, buscando alternativas para a diminuição da evasão escolar, do acesso de todos à escola e proporcionar estratégias para o bom funcionamento pedagógico da escola. Sanches (2009), sobre o orientador educacional diz que: A atuação do Orientador Educacional como profissional de ajuda (...) reconhecido como um ser em transição, com um grande potencial a ser trabalhado, um adulto que ainda não o é e quer ser, um alguém aceito com qualidades e defeitos. (SANCHES, 2009, p. 17) Para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça com sucesso e com qualidade, o pedagogo orientador deve estar sempre atento à presença do aluno na escola para que não haja comprometimento da qualidade do trabalho ofertado. (FULAN, HARGREAVES, 2012)

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado A.

Fontes:

- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e Pedagogos, Para Quê? SP: Cortez, 2014
- SANCHES, C. Orientação Educacional e o adolescente. São Paulo: Arte & Ciência, 2009.
- SAVIANI, D. Sentido da pedagogia e papel do pedagogo. ANDE / Revista da Associação Nacional de Educação, n.º 9. 2015.
- VEIGA, I. P.; RESENDE, L. M. G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto políticopedagógico. Campinas: Papirus, 2008
- Hargreaves, A. & Fullan, M. (2012). Professional capital: Transforming teaching in every school. New York, NY: Teachers College Press

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda os **objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs**. As Diretrizes Curriculares Nacionais são um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

Considerando os objetivos informados na supracitada questão, apenas um está em consonância com as DCNs.

Têm estas Diretrizes por objetivos:

*I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais **da Educação Básica** contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;*

II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político pedagógico da escola de Educação Básica;

*III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – **da Educação Básica**, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertencam.*

Portanto, as DCNs referem-se a toda educação básica, e não apenas ao ensino fundamental e médio, como indicado, nos itens I e III, da supracitada questão.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado C.

Fonte:

- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Brasil (1998), o volume III, relativo à experiência do Conhecimento de Mundo, compõe-se de seis documentos referentes aos eixos de trabalho que norteiam como devem ser construídas as diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento, que são : **Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.**

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado D.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.
- <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>

Tipo 1 - BRANCA

2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Bento, enquanto estagiário que atua no serviço público, ainda que transitoriamente, remunerado ou não, está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa. Portanto, na forma do art. 2º da Lei nº 8.429/92, Bento enquadra-se no conceito de agente público. O caso narrado no enunciado da questão, nos termos do art. 9º, I da Lei nº 8.429/92, configura ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito. Os atos de enriquecimento ilícito são hipóteses em que o agente público auferе dolosamente, ou seja, de forma consciente e intencional, uma vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade pública. O enunciado da questão indica claramente que Bento recebeu em proveito próprio quantia mensal (vantagem econômica) por parte de Osvaldo, pessoa que tem interesse direto a ser atingido ou amparado pela ação ou omissão de Bento no desempenho da função pública. O enunciado da questão também deixa claro que Bento, em razão da vantagem econômica recebida por parte de Osvaldo, deixou de praticar os atos que lhe foram confiados em benefício do interesse particular. Importante ainda destacar que a comprovação efetiva de dano ao erário se faz necessária apenas para caracterização da prática de ato de improbidade previsto no art. 10 da Lei nº 8429/92, que corresponde às hipóteses de condutas que importam em dano ao erário.

Fontes:

- MAZZA, Alexandre. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024.
- SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo. (Coleção esquematizado). São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024.

Tipo 1 - BRANCA

3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os Estados e Municípios são competentes para estabelecer lei própria em matéria de processo administrativo. A Lei n. 9.784/99, como regra, é aplicável somente aos processos administrativos federais (art. 1º), contudo, na ausência de legislação local específica, será aplicada aos processos administrativos estaduais e municipais. Esse entendimento está consolidado no enunciado da súmula 633 do STJ e, inexistente legislação local específica disciplinando a matéria, poderá ser aplicado o prazo de cinco anos previsto no art. 54 da Lei nº 9.784/99 quanto aos atos administrativos dos Estados e Municípios. Portanto, correta a alternativa que assevera que o prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal pode ser aplicado de forma subsidiária ao Município Z, se inexistente tal previsão em norma local e específica que regule a matéria.

O art. 54 da Lei nº 9.784/99 regulamenta que o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Portanto, trata-se de prazo decadencial de cinco anos, e não prescricional, como indicado na alternativa do enunciado, e que só se aplica se demonstrado que não houve má-fé do beneficiário. Caso contrário, ou seja, em caso de má-fé, não se aplica o limite decadencial de cinco anos previsto no art. 54.

Fontes:

- Lei nº 9.784/1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm.
- MAZZA, Alexandre. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024.
- SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo. (Coleção esquematizado). São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024.
- Súmula 633 do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: https://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/Sumula_633,634_2019_primeira_secao.pdf.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o art. 14, VI da Lei 14.133/21, não poderá disputar licitação a pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista. Portanto, considerando que o enunciado da questão deixa expressamente consignado que a empresa 321 está sendo demandada judicialmente, ela não poderia ter sido impedida de participar de licitação em decorrência dos fatos ocorridos em 06/07/2019, pois ainda não foi condenada judicialmente com trânsito em julgado.

Fontes:

- Lei nº 14.133/21. Lei de licitações e contratos administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm.
- SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo. (Coleção esquematizado). São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando as afirmativas constantes no enunciado da questão sobre o tema controle administrativo, é possível afirmar que a revisão é o recurso administrativo que poderá ser utilizado por servidor público que for punido pela Administração, para reexame da decisão, caso surjam fatos novos suscetíveis de demonstrar a sua inocência. Por certo, o reexame dos fatos não autoriza a Administração Pública a agravar a penalidade imposta, entretanto, o recurso é cabível a qualquer tempo, não sendo a sua apresentação limitada ao prazo de cinco anos.

Em relação ao controle dos atos administrativos, podemos afirmar que, conforme o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/99, tratando-se de um vício sanável, um ato administrativo ilegal poderá ser convalidado (consertado), desde que inexistente lesão ao interesse público e que não haja comprovação de prejuízos a terceiros. Os vícios do ato administrativo podem ser sanáveis, quando então a Administração poderá anulá-los ou convalidá-los, ou insanáveis, quando a Administração, portanto, tem o dever de anulá-los.

Fontes:

- Lei nº 9.784/99, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. Princípios do Direito Administrativo, 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013.
- SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo. (Coleção esquematizado). São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa constante no inciso I do enunciado da questão é incorreta, considerando que de acordo com o art. 241 da Constituição Federal de 1988, as entidades federativas, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podem celebrar entre si convênios e consórcios públicos visando a persecução de objetivos de interesse comum. Já as entidades públicas da Administração Indireta estão proibidas de participar de tais parcerias. A afirmativa constante no inciso II do enunciado da questão também está incorreta, pois a competência para desapropriar refere-se à habilitação jurídica para expedir o decreto expropriatório ou a lei expropriatória declarando a utilidade pública, a necessidade pública ou o interesse social do bem. Como regra, tal competência é conferida às entidades federativas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Portanto, via de regra, as entidades que integram a

estrutura da Administração Pública indireta não possuem competência para desapropriar. Portanto, correta apenas a afirmativa constante no inciso III.

Fontes:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- MAZZA, Alexandre. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024.

Tipo 1 - BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recorrentes alegam que a alternativa “C) Não é possível a regulação dessa matéria pelo Município, mas somente pelo Estado ou União.” é correta. Porém, a referida alternativa está incorreta, pois o STF em diversas ocasiões já julgou pela possibilidade de Municípios regularem a matéria de forma concorrente, não sendo privativa do Estado ou União.

A vedação à pulverização aérea de agrotóxicos é matéria afeta à saúde e ao meio ambiente, listada entre as competências administrativas comuns e entre as competências legislativas concorrentes da União, dos Estados e dos Municípios (incs. II e VI do art. 23; incs. VI e XII do art. 24, todos da Constituição da República).

[ADI 6.137, rel. min. Cármen Lúcia, j. 29-5-2023, P, DJE de 14-6-2023.]

O Município é competente para legislar concorrentemente sobre meio ambiente, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados. (...) “É constitucional – formal e materialmente – lei municipal que obriga à substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis”.

[RE 732.686, rel. min. Luiz Fux, j. 19-10-2022, P, DJE de 20-4-2023, Tema 970, com mérito julgado.]

O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da CRFB).

[RE 586.224, rel. min. Luiz Fux, j. 5-3-2015, P, DJE de 8-5-2015, Tema 145, com mérito julgado.]

Tipo 1 - BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega que também pode ser objeto de controle legislativo. Porém, não merece prosperar, pois a questão fala expressamente em “mandado de segurança” e, portanto, de instrumento que não tramita perante o Poder Legislativo.

Tipo 1 - BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão impugnada aborda usucapião especial urbana por abandono do lar, em conformidade com o Código Civil. Alegou-se nas razões recursais, em suma, que há mais de uma resposta adequada, eis que, conforme aduz, a alternativa A também está correta, na medida em que estão presentes os requisitos tanto para a usucapião extraordinária, pois “a personagem da questão, esteve como possuidora do imóvel de 2004 até 2024, quando ajuizou a ação de usucapião, o que contabiliza 20 anos de domínio sobre o imóvel, o que por si independe para o fim de usucapião, do ex-companheiro, visto que este havia deixado o imóvel a mais de 5 anos (2019-2024)”

Contudo, as alegações recursais não merecem prosperar.

Isso porque, de acordo com o art. 197, I, do Código Civil, a prescrição não corre entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal. Note-se:

“Art. 197. Não corre a prescrição:

I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;”

Assim, o tempo de convivência entre o casal, de 2004 a 2019, na situação hipotética apresentada, não pode ser computado para fins de prescrição aquisitiva da usucapião.

Dessa forma, Maria não consegue comprovar o requisito temporal mínimo para a usucapião extraordinária em desfavor de João e, por conseguinte, a alternativa A está, de fato, incorreta.

Logo, não há que se falar em mais de uma resposta adequada, pois apenas a alternativa B soluciona corretamente a questão impugnada.

Diante do exposto, julga-se improcedente o recurso e mantém-se o gabarito divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 01 out. 2024.

Tipo 1 - BRANCA

22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão impugnada aborda o registro competente para as espécies de penhor, em conformidade com a Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.

Alegou-se nas razões recursais, em suma, que não há uma resposta adequada, eis que, conforme aduz, todas as alternativas estão incorretas, na medida em que inexistente previsão legal para o penhor de veículos e que a expressão "para surtir efeitos em relação a terceiros" está limitada ao art. 130 da referida lei, sem relação com as alternativas apresentadas.

Contudo, as alegações recursais não merecem prosperar.

Primeiramente, o art. 127, II, da Lei nº 6.015/1973 prevê a transcrição do penhor comum sobre coisas móveis, corroborando a correção da alternativa que indica tal previsão. Note-se:

“Art. 127. No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição:

[...]

II - do penhor comum sobre coisas móveis;”

Além disso, conforme o art. 129, inciso 7º, a própria Lei nº 6.015/1973 estabelece que será realizado o registro de quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor destes, para surtir efeitos em relação a terceiros. *In verbis* :

"Art. 129. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros:

[...]

7º) as quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor destes, qualquer que seja a forma que revistam;”

Assim, esta previsão legal abrange diretamente o chamado "penhor de veículos", expressão que é amplamente aceita pela doutrina, consoante Flávio Tartuce (2024, p. 1126) e pelo próprio art. 1.461 do Código Civil, reforçando a exatidão do enunciado no que se refere a esta modalidade de penhor.

Portanto, não se sustenta a alegação de que a questão apresentaria hipótese inexistente de penhor de veículos. A Lei de Registros Públicos e o Código Civil reconhecem a validade e eficácia dessa forma de penhor, sendo um tema que se presume de conhecimento geral para candidatos(as) ao certame.

No que concerne à afirmação de que a expressão "para surtir efeitos em relação a terceiros" estaria restrita ao art. 130 da Lei nº 6.015/1973, tal interpretação também não se confirma. O próprio art. 129, em seu caput, utiliza expressamente essa expressão, e o art. 127-A traz uma exceção que confirma a regra geral de que os registros ali

contidos são realizados para produzir efeitos perante terceiros, exceto quando explicitamente indicado o contrário. Veja-se:

“Art. 129. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros.”

“Art. 127-A. O registro facultativo para conservação de documentos ou conjunto de documentos de que trata o inciso VII do caput do art. 127 desta Lei terá a finalidade de arquivamento de conteúdo e data, não gerará efeitos em relação a terceiros e não poderá servir como instrumento para cobrança de dívidas, mesmo que de forma velada, nem para protesto, notificação extrajudicial, medida judicial ou negativação nos serviços de proteção ao crédito ou congêneres.”

Ademais, o art. 130 menciona que os atos referidos nos arts. 129 e 127, que incluem o penhor de veículos e o penhor comum sobre coisas móveis, dependem de seu registro ou transcrição para que possam gerar efeitos em relação a terceiros, confirmando, assim, que a fundamentação recursal não encontra respaldo jurídico. Confira-se:

“Art. 130. Os atos enumerados nos arts. 127 e 129 desta Lei serão registrados no domicílio: [...]

§ 1º Os atos de que trata este artigo produzirão efeitos a partir da data do registro.”

Por fim, mister salientar que as hipóteses descritas nos itens II e IV referem-se a atos que estão sujeitos a registro no Registro de Imóveis, conforme art. 167, I, “4)” e “15)”, respectivamente, da Lei nº 6.015/1973 e, por isso, estão incorretas. Repare-se:

“Art. 167 - No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos.

[...]

4) do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences ou sem eles;

[...]

15) dos contratos de penhor rural;”

Logo, não há que se falar em ausência de resposta adequada, pois está correto o que se afirma em I e III, apenas, de modo que o gabarito é a alternativa B.

Diante do exposto, julga-se improcedente o recurso e mantém-se o gabarito divulgado.

Fontes:

- BRASIL. **Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm. Acesso em: 04 jul. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 04 out. 2024.
- TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil.** 14. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Método, 2024.

Tipo 1 - BRANCA

28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão impugnada aborda as tutelas provisórias, em conformidade com o Código de Processo Civil.

Alegou-se nas razões recursais, em suma, que há mais de uma resposta adequada, eis que, conforme aduz, a alternativa D também está correta, na medida em que observa os requisitos legais.

Contudo, as alegações recursais não merecem prosperar.

Isso porque, de acordo com o art. 303, caput e §§ 1º, I, e 3º, do referido Código, não há incidência de novas custas processuais no aditamento à petição inicial após a concessão da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Note-se:

“Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo:

I - o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar; [...]

§ 3º O aditamento a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo dar-se-á nos mesmos autos, sem incidência de novas custas processuais.”

Assim, considerando que a alternativa D vinculou o aditamento à incidência de novas custas processuais, em contrariedade à disposição normativa acima transcrita, torna-se evidente que tal assertiva está, de fato, incorreta. Logo, não há que se falar em mais de uma resposta adequada, pois apenas a alternativa A soluciona corretamente a questão impugnada.

Diante do exposto, julga-se improcedente o recurso e mantém-se o gabarito divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 02 out. 2024.

Tipo 1 - BRANCA

29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão impugnada aborda a liminar em mandado de segurança individual e coletivo, em conformidade com a Lei n.º 12.016, de 7 de agosto de 2009, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Alegou-se nas razões recursais, em suma, que há mais de uma resposta adequada, eis que, conforme aduz, as alternativas B e D também estão corretas, na medida em que ambas correspondem exatamente aos artigos 7º, § 2º, e 22, § 2º, da referida Lei e o enunciado exigiu expressamente "nos termos da lei 12.016/2009", sem menção à declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos citados (Vide ADIN 4296).

Contudo, as alegações recursais não merecem prosperar.

Isso porque, o enunciado, ao contrário do que consta nas razões recursais, foi cristalino ao exigir a conformidade ao entendimento do Supremo Tribunal Federal na interpretação das alternativas. Note-se:

“Nos termos da Lei nº 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:”

Nesse sentido, insta transcrever a ementa do julgado que pacificou o tema no âmbito do Supremo Tribunal Federal:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 1º, §2º, 7º, III E §2º, 22, §2º, 23 E 25, DA LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA (LEI 12.016/2009). ALEGADAS LIMITAÇÕES À UTILIZAÇÃO DESSA AÇÃO CONSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS. SUPOSTA OFENSA AOS ARTS. 2º E 5º, XXXV E LXIX, DA CONSTITUIÇÃO. NÃO CABIMENTO DO “WRIT” CONTRA ATOS DE GESTÃO COMERCIAL DE ENTES PÚBLICOS, PRATICADOS NA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA, ANTE A SUA NATUREZA ESSENCIALMENTE PRIVADA. EXCEPCIONALIDADE QUE DECORRE DO PRÓPRIO TEXTO CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE DE O JUIZ EXIGIR CONTRACAUTELA PARA A CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR. MERA FACULDADE INERENTE AO PODER GERAL DE CAUTELA DO MAGISTRADO. INOCORRÊNCIA, QUANTO A ESSE ASPECTO, DE LIMITAÇÃO AO JUÍZO DE COGNIÇÃO SUMÁRIA. CONSTITUCIONALIDADE DO PRAZO DECADENCIAL DO DIREITO DE IMPETRAÇÃO E DA PREVISÃO DE INVIABILIDADE DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PROIBIÇÃO DE CONCESSÃO DE LIMINAR EM RELAÇÃO A

DETERMINADOS OBJETOS. CONDICIONAMENTO DO PROVIMENTO CAUTELAR, NO AMBITO DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO, À PRÉVIA OITIVA DA PARTE CONTRÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE A LEI CRIAR ÓBICES OU VEDAÇÕES ABSOLUTAS AO EXERCÍCIO DO PODER GERAL DE CAUTELA. EVOLUÇÃO DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. CAUTELARIDADE ÍNSITA À PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RESTRIÇÃO À PRÓPRIA EFICÁCIA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. PREVISÕES LEGAIS EVIDADAS DE INCONSTITUCIONALIDADE. PARCIAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. 1. O mandado de segurança é cabível apenas contra atos praticados no desempenho de atribuições do Poder Público, consoante expressamente estabelece o art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal. Atos de gestão puramente comercial desempenhados por entes públicos na exploração de atividade econômica se destinam à satisfação de seus interesses privados, submetendo-os a regime jurídico próprio das empresas privadas. 2. No exercício do poder geral de cautela, tem o juiz a faculdade de exigir contracautela para o deferimento de medida liminar, quando verificada a real necessidade da garantia em juízo, de acordo com as circunstâncias do caso concreto. Razoabilidade da medida que não obsta o juízo de cognição sumária do magistrado. 3. Jurisprudência pacífica da CORTE no sentido da constitucionalidade de lei que fixa prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança (Súmula 632/STF) e que estabelece o não cabimento de condenação em honorários de sucumbência (Súmula 512/STF). 4. A cautelaridade do mandado de segurança é ínsita à proteção constitucional ao direito líquido e certo e encontra assento na própria Constituição Federal. Em vista disso, não será possível a edição de lei ou ato normativo que vede a concessão de medida liminar na via mandamental, sob pena de violação à garantia de pleno acesso à jurisdição e à própria defesa do direito líquido e certo protegida pela Constituição. Proibições legais que representam óbices absolutos ao poder geral de cautela. 5. Ação julgada parcialmente procedente, apenas para **declarar a inconstitucionalidade dos arts. 7º, §2º, e 22º, §2º, da Lei 12.016/2009**, reconhecendo-se a constitucionalidade dos arts. 1º, § 2º; 7º, III; 23 e 25 dessa mesma lei. (ADI 4296, Relator(a): Marco Aurélio, Relator(a) p/ Acórdão: Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 09/06/2021, publicado em 11/10/2021 - Informativo 1021 do STF)”.

Assim, para o STF, é inconstitucional ato normativo que vede ou condicione a concessão de medida liminar na via mandamental, razão pela qual os arts. 7º, §2º, e 22, § 2º, da referida Lei, foram declarados inconstitucionais e, por conseguinte, não podem ser aplicados.

Dessa forma, considerando a inconstitucionalidade das normas que amparam as assertivas B e D, torna-se evidente que estão, de fato, incorretas.

Logo, não há que se falar em mais de uma resposta adequada, pois apenas a alternativa C soluciona corretamente a questão impugnada.

Diante do exposto, julga-se improcedente o recurso e mantém-se o gabarito divulgado.

Fontes:

- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4.296**, Relator(a): Marco Aurélio, Relator(a) para o Acórdão: Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 09/06/2021, publicado em 11/10/2021. Disponível em: Informativo 1021 do STF.
- BRASIL. **Lei n.º 12.016, de 7 de agosto de 2009**. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12016.htm. Acesso em: 02 out. 2024.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos alegam que é necessária a alteração do gabarito da letra B para a letra D, pois a data correta seria 01/05/2019. Argumentam que se aplicariam os artigos 151, VI, e 174 do CTN e o artigo 2º, § 3º, da Lei de Execução Fiscal. Destacam que o parcelamento da dívida suspende a exigibilidade de modo que apenas após a constatação do não pagamento do parcelamento que se poderia contar o prazo.

Os recursos não merecem prosperar, pois desconsideram as regras de contagem de prazo prescricional no caso de IPTU. No caso, aplica-se o decidido pelo STJ no julgamento do Tema Repetitivo 980, ocorrido no REsp 1641011 / PA:

“Acórdão submetido ao regime do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 256-I do RISTJ, incluído pela Emenda Regimental 24 de 28.9.2016), cadastrados sob o Tema 980/STJ, fixando-se a seguinte tese: (i) o termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação ; (ii) o parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu .” (REsp n. 1.641.011/PA, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, julgado em 14/11/2018, DJe de 21/11/2018.)

É preciso atentar-se que o parcelamento foi concedido de ofício, como descrito no enunciado da questão. Nesses casos, não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, pois o parcelamento não contou com anuência do contribuinte.

Assim, o gabarito deve ser mantido, sendo a data 01/04/2019.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos alegam que o prazo prescricional seria de 2 anos, em razão do previsto no artigo 169 do CTN em relação à ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição. Argumentam que, no caso, essa seria a possibilidade.

No caso, a ação funda-se no disposto no artigo 165, I, do CTN, e o prazo aplicável é o de 5 anos, previsto no artigo 168 do mesmo Código, afastando as alternativas C e D.

Quanto ao marco inicial de contagem de prazo, aplica-se o enunciado da Súmula 625 do STJ, que prevê o seguinte: pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública . Assim, o marco inicial de contagem do prazo é o dia da extinção do crédito tributário, 10/05/2019. Importa destacar que o enunciado da questão foi clara em questionar o prazo prescricional e o marco inicial de sua contagem, no caso de propositura de ação de repetição de indébito tributário contra o Município. Nada se questionou acerca de ação anulatória de decisão administrativa, como argumentado nos recursos.

Portanto, o gabarito deve ser mantido.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No único recurso apresentado afirma-se que STF e STJ tem posicionamentos diferentes sobre o tema e que “na questão está expresso que o Município está discordando do valor declarado, o que de acordo com os Tribunais Superiores, deveria levar a instauração de um processo administrativo para verificação do valor”.

Quanto ao posicionamento de STF e STJ sobre o tema, não foram apresentadas as referências em relação aos entendimentos citados.

Ademais, a questão busca avaliar o conhecimento do candidato quanto à base de cálculo do ITBI, cabendo trazer o posicionamento consolidado do STJ sobre o tema:

“8. Para o fim preconizado no art. 1.039 do CPC/2015, firmam-se as seguintes teses: a) a base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação; b) o valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (art. 148 do CTN); c) o Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente. (REsp n. 1.937.821/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 24/2/2022, DJe de 3/3/2022. Ementa parcial.)”

Considerando o entendimento, o valor pedido inicialmente é irrelevante, assim como a média entre o valor de venda e o valor venal, excluindo-se as alternativas B e C.

Além disso, o valor de R\$290.000,00 não pode ser considerado, pois foi estabelecido previamente através de valor de referência e de maneira unilateral pelo Município, como destacado na questão, o que torna incorreta a letra D.

Assim, a resposta correta é o valor de R\$200.000,00.

Ademais, obviamente, o fisco pode instaurar procedimento administrativo, mas a questão não apresentou nenhum questionamento quanto ao procedimento a ser adotado para afastamento do valor declarado do negócio, tampouco deu a entender que a negociação tenha sido ilícita. Ficou claro em todo momento que se tratava de uma negociação lícita e da declaração verdadeira, questionando-se apenas qual a base de cálculo.

Portanto, o recurso é improcedente.

Tipo 1 - BRANCA

38

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Os recursos alegam que a assertiva I do enunciado foi equivocadamente considerada correta, embora esteja errada por não corresponder ao que dispõe o artigo 100, § 17, da Constituição da República.

Razão assiste aos recorrentes.

De fato, na assertiva I consta o seguinte:

I – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão ANUALMENTE, em base MENSAL, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.

Todavia o artigo 100, § 17, da Constituição disciplina o tema nos seguintes termos:

Art. 100. (...) § 17. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão MENSALMENTE, em base ANUAL, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

Portanto, a assertiva é de fato errada.

Assim, o gabarito deve ser alterado, uma vez que são corretas as alternativas II e III, sendo o gabarito a alternativa D.

Tipo 1 - BRANCA

40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos recursos argumenta-se que “a afirmativa I pode ser considerada verdadeira ou falsa, sem prejuízos, pois no enunciado se permite a análise tanto pelo CTN quanto pelas cortes superiores”. Também se afirma que a opção III da referida questão também se encontra correta, pois “as limitações ambientais que recaem sobre a parte de bem imóvel localizado em área de preservação ambiental permanente, interditam os direitos de uso e gozo inerentes à propriedade e à posse, referidas no art. 32 do CTN, implicando a não incidência do imposto”, não havendo posicionamento pacífico no STJ sobre o tema.

Os recursos não devem prosperar.

A assertiva I é falsa por violar o disposto na Súmula 626 do STJ:

A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

A assertiva II é verdadeira por corresponder exatamente à redação da Súmula 539 do STF.

Já a assertiva III é falsa por violar a jurisprudência do STJ:

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido que a restrição à utilização da propriedade referente à área de preservação permanente em parte do imóvel urbano não afasta a incidência do IPTU, tendo em vista que o fato gerador da exação permanece íntegro. (REsp 1482184/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 24/03/2015)

Portanto, o gabarito deve ser mantido.

Tipo 1 - BRANCA

44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Visando elucidar a correção da questão guerreada, apresenta-se a transcrição das afirmativas e seus respectivos julgamentos conforme a Lei Municipal nº 1.319/1991:

- I. Servidor em regime de acumulação lícita requer a percepção do adicional de férias calculado sobre a remuneração dos dois cargos.
 - Julgamento: Verdadeiro, conforme expressa previsão do art. 111.
- II. Servidor que exerce cargo insalubre e perigoso solicita a acumulação dos adicionais referentes a estas condições.
 - Julgamento: Falso, conforme previsão do art. 104, §1º. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.
- III. Servidor requer que não haja prejuízo de seu vencimento, remuneração ou qualquer outro direito ou vantagem legal, em razão da falta ao serviço por oito dias em decorrência de falecimento de seu ascendente.
 - Julgamento: Verdadeiro. Conforme art. 144, inciso II, sem prejuízo do vencimento, remuneração ou qualquer outro direito ou vantagem legal, o servidor pode faltar ao serviço por oito dias, por motivo de falecimento de seu ascendente.
 - Acrescente-se que não prosperam as razões recursais que embasaram seus argumentos no art. 58, visto que tal dispositivo legal disciplina a contagem de tempo de serviço do servidor, o que não se confunde com o direito assegurado de não haver desconto pela falta ao serviço em decorrência da hipótese do art. 144, II.

Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Cargo: Professor da Educação Básica - Anos Finais do Ensino Fundamental - Licenciatura em Artes

Tipo 1 - BRANCA

7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “ [...] e depois explicava a Vinicius de Moraes o porquê de os açougues, à noite, ficarem de luzes acesas [...] ” está correta porque “*porquê*” é um substantivo e, nesse contexto, representa o motivo ou a razão de algo. Analisem-se cada um dos casos:

Por que: Usa-se em perguntas diretas ou indiretas, ou quando a expressão “por que” pode ser substituída por “pelo qual” e suas variações.

Por quê: Usa-se em perguntas diretas ou indiretas quando está no final da frase, recebendo acento devido à posição final.

Porque: Usa-se como conjunção causal ou explicativa, quando se está dando uma explicação ou causa.

Porquê: Usa-se como substantivo, significando “*motivo*” ou “*razão*”. Geralmente vem precedido de artigo, pronome ou adjetivo.

No caso da frase “[...] e depois explicava a Vinicius de Moraes o porquê de os açougues, à noite, ficarem de luzes acesas [...]”, “*porquê*” está funcionando como um substantivo que significa “*motivo*” ou “*razão*”, por isso leva o acento circunflexo e é precedido pelo artigo definido “o”.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Tipo 1 - BRANCA

9

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão solicita as quantidades de carrinhos que Arthur, Bento, Carlos e Douglas possuem, **respectivamente**. Avaliando cada alternativa, tem-se que:

- 6, 10, 8 e 12: Correto, pois satisfaz todas as restrições.
- 6, 8, 10 e 18: Incorreto, pois Douglas tem uma quantidade de carrinhos equivalente à soma de carrinhos de Bento e Carlos.
- 8, 10, 8 e 14: Incorreto, pois Arthur não tem menos carrinhos que Carlos.
- 6, 8, 14 e 18: Correto, pois satisfaz todas as restrições.

Por permitir duas respostas corretas, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA

14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita qual alternativa é **necessariamente** correta. Avaliando cada alternativa:

- “Foi cadastrado pelo menos um funcionário em cada dia útil”: Incorreto, pois algum dia útil pode ter ficado sem cadastro de funcionários.
- “Foram cadastrados pelo menos dois funcionários em cada dia útil”: Incorreto, pois algum dia útil pode ter ficado sem cadastro de funcionários.
- “Em nenhum dia útil foram cadastrados mais de 10 funcionários”: Incorreto, pois em algum dia útil pode haver o cadastro de 10 ou mais funcionários.
- “Foram cadastrados pelo menos quatro funcionários em algum dia útil”: Correto, pois na situação mais igualitária possível, em 3 dias úteis são cadastrados 3 funcionários e nos 2 dias úteis restantes são cadastrados 4 funcionários. Assim foram cadastrados pelo menos quatro funcionários em algum dia útil. Essa alternativa será necessariamente verdadeira em qualquer disposição dos funcionários cadastrados entre os 5 dias úteis.

Tipo 1 - BRANCA

22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Na presente questão, a alternativa **B** e a alternativa **C** estão incorretas. Logo, existindo duas alternativas incorretas, a questão deverá ser anulada. A alternativa **C** está incorreta, uma vez que conforme o art. 68, inciso II, alínea e, da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG, é vedado a situação narrada na assertiva desde a posse e não desde a expedição do Diploma:

Art. 68 - É vedado ao Vereador:

II - Desde a posse:

e) manter sob sua subordinação direta parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral de qualquer grau;

Do mesmo modo, a alternativa **B** está incorreta, pois está em desacordo com a nova redação ao artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas, cuja atualização entrou em vigor em 12 de dezembro de 2023:

"Art. 66 - A Câmara Municipal é composta por 15 (quinze) vereadores eleitos como representantes do povo, nos termos da Constituição da República".

O que se afirma na alternativa **D** está correto, com base no art. 75 d a Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG. A alternativa **A** está correta, pois está de acordo com o art. 70, caput da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Diante da análise e, com base na atualização legislativa supracitada, o recurso deve ser deferido, reconhecendo que existem duas alternativas corretas para a questão.

Cargo: Professor da Educação Básica - Anos Finais do Ensino Fundamental - Licenciatura em História

Tipo 1 - BRANCA

9

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão solicita as quantidades de carrinhos que Arthur, Bento, Carlos e Douglas possuem, **respectivamente**. Avaliando cada alternativa, tem-se que:

- 6, 10, 8 e 12: Correto, pois satisfaz todas as restrições.
- 6, 8, 10 e 18: Incorreto, pois Douglas tem uma quantidade de carrinhos equivalente à soma de carrinhos de Bento e Carlos.
- 8, 10, 8 e 14: Incorreto, pois Arthur não tem menos carrinhos que Carlos.
- 6, 8, 14 e 18: Correto, pois satisfaz todas as restrições.

Por permitir duas respostas corretas, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA

22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Na presente questão, a alternativa **B** e a alternativa **C** estão incorretas. Logo, existindo duas alternativas incorretas, a questão deverá ser anulada. A alternativa **C** está incorreta, uma vez que conforme o art. 68, inciso II, alínea e, da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG, é vedado a situação narrada na assertiva desde a posse e não desde a expedição do Diploma:

Art. 68 - É vedado ao Vereador:

II - Desde a posse:

e) manter sob sua subordinação direta parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral de qualquer grau;

Do mesmo modo, a alternativa **B** está incorreta, pois está em desacordo com a nova redação ao artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas, cuja atualização entrou em vigor em 12 de dezembro de 2023:

"Art. 66 - A Câmara Municipal é composta por 15 (quinze) vereadores eleitos como representantes do povo, nos termos da Constituição da República".

O que se afirma na alternativa **D** está correto, com base no art. 75 d a Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG. A alternativa **A** está correta, pois está de acordo com o art. 70, caput da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Diante da análise e, com base na atualização legislativa supracitada, o recurso deve ser deferido, reconhecendo que existem duas alternativas corretas para a questão.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão tem como comando a identificação da alternativa incorreta. Logo, o gabarito está correto ao apontar a afirmativa **B**. A alternativa **B** é incorreta, uma vez que a missão temporária mencionada na assertiva também pode ser de caráter cultural, nos moldes do art. 77, inciso II da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG.

A alternativa **A** está correta de acordo com o art. 78 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Art. 78 - É lícito ao Vereador desistir a qualquer tempo da licença que lhe tenha sido concedida.

O que se afirma na alternativa **C** também está correto, com base no art. 77, inciso III da referida Lei:

Art. 77 - O Vereador poderá licenciar-se:

III - para tratar de interesse particular, desde que o período não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa, sem remuneração.

Já a alternativa **D** está correta, pois está de acordo com o estabelecido no art. 79 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Art. 79 - Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador, privado temporariamente de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento recursal cita as dez competências gerais de acordo com a BNCC. Entretanto, a supracitada questão, solicita ao candidato que considere a **competência 10**, indicada na Base Nacional Comum Curricular “*Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários*”, onde o professor deverá mobilizar em seus alunos competências socioemocionais, de acordo com tal competência. No comando dado, solicita-se do candidato que assinale aquela em desacordo (EXCETO) com a competência 10 indicada. Ressalta-se que as competências expressam diversas dimensões e explicitam o propósito de uma educação que articule os conhecimentos dos conteúdos com o desenvolvimento de competências importantes para a vida, portanto, no que se refere a **competência 10, a empatia, o respeito e confiança (para a ação coletiva com base em princípios inclusivos e de apoio); a iniciativa social, a determinação e responsabilidade (para se envolver com as ações e praticar o exercício da boa cidadania em uma sociedade diversa); a tolerância ao estresse (para que tudo isso ocorra juntamente com resiliência emocional)**, são competências socioemocionais que a BNCC deixa claro que devem ser promovidas em todos os componentes curriculares e em todas etapas da Educação Básica, uma vez que o aluno deve desenvolver em todas as suas dimensões, para além da compreensão de conteúdo.

A competência socioemocional de acordo com o gabarito, ou seja que não está coerente com competência 10, é “curiosidade para aprender”, pois refere-se a competência 1: “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado D.

Fonte:

- <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No comando da supracitada questão, solicita-se que o candidato, analise em verdadeiro ou falso afirmativas dadas, considerando a história da educação brasileira com a vinda da Família Real e da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, com relação a algumas providências educacionais adotadas a fim de atender aos interesses dos nobres que aqui chegavam.

Destarte, a Educação no Período Imperial a pós a chegada da Família Real, o Brasil apresentou desenvolvimento cultural considerável, mas o direito à educação permanecia restrito a alguns. A vinda da Família Real e mais adiante a Independência (1822) fizeram com que o ensino superior tivesse preocupação exclusiva, em detrimento de outros níveis de ensino, evidenciando o caráter classista da Educação, iniciado com o sistema jesuítico, ficando a classe pobre relegada a segundo plano enquanto a classe dominante expandia cada vez mais seus privilégios. O objetivo fundamental da Educação do Período Imperial era a formação das classes dirigentes. Para isso, ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades **preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior** (Piletti, 1991, p. 41). As primeiras iniciativas práticas para preparação profissional de professores em escolas de ensino ocorreram a partir de 1820, com grande influência das ideias iluministas. **Era dada ao professor a incumbência de dar à “luz” do conhecimento ao aluno, buscando em seu ideário difundir a popularização educacional, objetivando o crescimento do país.** Ainda, tendo sido a **primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, ocorreu a garantia em seu Art. 179 apenas “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”**. E em 1827, uma lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente.

Apenas duas das afirmativas dadas são falsas, no que se refere a Educação durante o Período Colonial (1500-1822) com a chegada do elemento europeu em terras brasileiras que essa situação iniciou-se, provocando um choque cultural que rebaixou o índio e o negro e enaltecia o branco, o seu projeto de colonização e o seu desejo descomedido de expandir-se territorial e economicamente. Nesse contexto, a **Companhia de Jesus**, que é fundada para contrapor-se ao avanço da Reforma Protestante, foi trazida para o Brasil para desenvolver um trabalho educativo e missionário, com o objetivo de catequizar e instruir os índios e colaborar para que estes se tornassem mais dóceis e, conseqüentemente, mais fáceis de serem aproveitados como mão de obra. E ainda, com a supressão das escolas jesuíticas, **“a reforma pombalina dos estudos menores objetivou, “criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa”** (Piletti, 1993).

Portanto, o gabarito correto é B) V, V, F, V, F.

Fontes:

- PILETTI, Claudino. *Filosofia da Educação*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. *História da Educação no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Tipo 1 - BRANCA

9

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão solicita as quantidades de carrinhos que Arthur, Bento, Carlos e Douglas possuem, **respectivamente**. Avaliando cada alternativa, tem-se que:

- 6, 10, 8 e 12: Correto, pois satisfaz todas as restrições.
- 6, 8, 10 e 18: Incorreto, pois Douglas tem uma quantidade de carrinhos equivalente à soma de carrinhos de Bento e Carlos.
- 8, 10, 8 e 14: Incorreto, pois Arthur não tem menos carrinhos que Carlos.
- 6, 8, 14 e 18: Correto, pois satisfaz todas as restrições.

Por permitir duas respostas corretas, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA

22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Na presente questão, a alternativa **B** e a alternativa **C** estão incorretas. Logo, existindo duas alternativas incorretas, a questão deverá ser anulada. A alternativa **C** está incorreta, uma vez que conforme o art. 68, inciso II, alínea e, da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG, é vedado a situação narrada na assertiva desde a posse e não desde a expedição do Diploma:

Art. 68 - É vedado ao Vereador:

II - Desde a posse:

e) manter sob sua subordinação direta parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral de qualquer grau;

Do mesmo modo, a alternativa **B** está incorreta, pois está em desacordo com a nova redação ao artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas, cuja atualização entrou em vigor em 12 de dezembro de 2023:

"Art. 66 - A Câmara Municipal é composta por 15 (quinze) vereadores eleitos como representantes do povo, nos termos da Constituição da República".

O que se afirma na alternativa **D** está correto, com base no art. 75 d a Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG. A alternativa **A** está correta, pois está de acordo com o art. 70, caput da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Diante da análise e, com base na atualização legislativa supracitada, o recurso deve ser deferido, reconhecendo que existem duas alternativas corretas para a questão.

Tipo 1 - BRANCA

3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “Quando me ergui e fui à varanda olhar o mar [...]” e “[...] eu me sentia fatigado e naufrago nesse começo de noite”, o pronome é reflexivo, pois o elemento exerce a ação sobre si mesmo, de modo que o termo sublinhado exerce função sintática relevante, o que torna infundada sua classificação como partícula expletiva. As alternativas são, portanto, incorretas.

Em “[...] de manhã eu vira rolas se amando sobre o telhado [...] ”, o pronome é reflexivo recíproco, pois um elemento exerce a função sobre outro, de modo que o termo sublinhado exerce função sintática relevante, o que torna infundada sua classificação como partícula expletiva. A alternativa é, portanto, incorreta.

Já em “*Os pássaros já se tinham ido [...]*” tem valor tão somente estilístico, e não sintático, o que torna correta a alternativa que o traz. Abaixo, segue previsão de Cegalla para o caso em questão, incluindo exemplo de situação em que o pronome constitui partícula expletiva quando acoplado ao verbo “ir”:

Palavra expletiva ou de realce. Neste caso o pronome se, sem ser rigorosamente necessário, transmite à ação verbal mais vigor, ênfase, ou certa espontaneidade:

As moças sorriam-se, agradecidas. [As moças sorriam, agradecidas.]

"Vai-se a primeira pomba despertada..." (RAIMUNDO CORREIA)

"O auditório riu-se ao ouvir tantas afirmações tolas." (AURÉLIO)

No caso em apreço, o pronome se, não tendo valor gramatical, mas apenas estilístico, não exerce função sintáticas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Tipo 1 - BRANCA

6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O termo “*Céu*” é grafado com letra inicial maiúscula por designar alto conceito religioso, uma vez que é frequentemente usado para se referir ao paraíso, ao local onde se acredita que as almas dos justos vão após a morte, conforme várias tradições religiosas. É um conceito espiritual ou teológico.

A grafia de letra maiúscula nas iniciais de altos conceitos religiosos é prevista tanto por Cegalla, quanto por Bechara: *Escrevem-se com letra inicial maiúscula:*

[...]

e) nomes de altos conceitos religiosos ou políticos: Igreja, Nação, Estado, Pátria, União, República, Império, etc.

Emprega-se letra inicial maiúscula:

[...]

5.º) Nos nomes que designam altos conceitos religiosos, políticos ou nacionalistas: Igreja (Católica, Apostólica, Romana), Nação, Estado, Pátria, Raça, etc.

Não há que se falar em expressão de tratamento, ponto cardeal ou personificação, pois nenhum desses fenômenos se estabelece no termo.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2009.

Tipo 1 - BRANCA

7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “[...] e depois explicava a Vinicius de Moraes o porquê de os açougues, à noite, ficarem de luzes acesas [...]” está correta porque “*porquê*” é um substantivo e, nesse contexto, representa o motivo ou a razão de algo. Analisem-se cada um dos casos:

Por que: Usa-se em perguntas diretas ou indiretas, ou quando a expressão “por que” pode ser substituída por “pelo qual” e suas variações.

Por quê: Usa-se em perguntas diretas ou indiretas quando está no final da frase, recebendo acento devido à posição final.

Porque: Usa-se como conjunção causal ou explicativa, quando se está dando uma explicação ou causa.

Porquê: Usa-se como substantivo, significando “*motivo*” ou “*razão*”. Geralmente vem precedido de artigo, pronome ou adjetivo.

No caso da frase “[...] e depois explicava a Vinicius de Moraes o porquê de os açougues, à noite, ficarem de luzes acesas [...]”, “porquê” está funcionando como um substantivo que significa “motivo” ou “razão”, por isso leva o acento circunflexo e é precedido pelo artigo definido “o”.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Tipo 1 - BRANCA
9

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão solicita as quantidades de carrinhos que Arthur, Bento, Carlos e Douglas possuem, **respectivamente**. Avaliando cada alternativa, tem-se que:

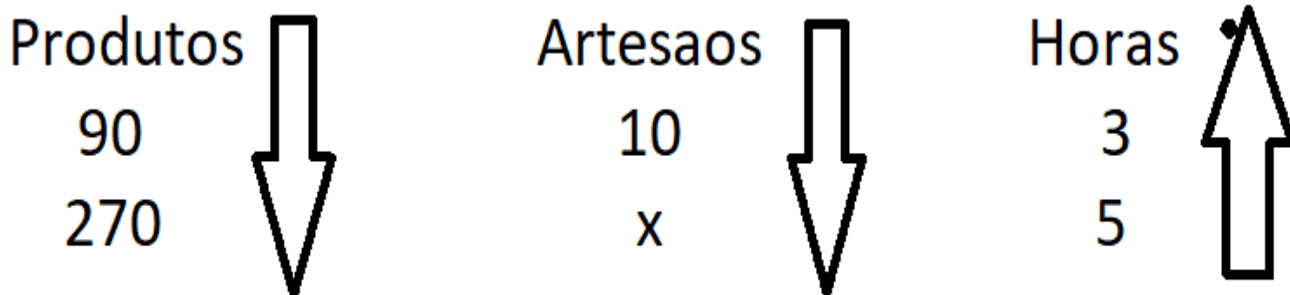
- 6, 10, 8 e 12: Correto, pois satisfaz todas as restrições.
- 6, 8, 10 e 18: Incorreto, pois Douglas tem uma quantidade de carrinhos equivalente à soma de carrinhos de Bento e Carlos.
- 8, 10, 8 e 14: Incorreto, pois Arthur não tem menos carrinhos que Carlos.
- 6, 8, 14 e 18: Correto, pois satisfaz todas as restrições.

Por permitir duas respostas corretas, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o enunciado, considera-se que todos os artesãos trabalham em mesmo ritmo de trabalho. Logo, são igualmente eficientes. Pode-se montar o seguinte esquema de regra de três composta:



Assim, o valor de x deve satisfazer:

$$\frac{90}{270} * \frac{5}{3} = \frac{10}{x} \rightarrow x = 18$$

Tipo 1 - BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme as informações do enunciado:

- No primeiro dia, ele percorreu $(96/6) * 800 = 12800$ metros
- No segundo dia, ele percorreu $(96/16) * 1600 = 9600$ metros
- No terceiro dia, ele percorreu $(96/2) * 400 = 19200$ metros

Assim, no terceiro dia, Juliano percorreu 6.400 metros a mais do que no primeiro dia.

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Na presente questão, a alternativa **B** e a alternativa **C** estão incorretas. Logo, existindo duas alternativas incorretas, a questão deverá ser anulada. A alternativa **C** está incorreta, uma vez que conforme o art. 68, inciso II, alínea e, da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG, é vedado a situação narrada na assertiva desde a posse e não desde a expedição do Diploma:

Art. 68 - É vedado ao Vereador:

II - Desde a posse:

e) manter sob sua subordinação direta parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral de qualquer grau;

Do mesmo modo, a alternativa **B** está incorreta, pois está em desacordo com a nova redação ao artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas, cuja atualização entrou em vigor em 12 de dezembro de 2023:

"Art. 66 - A Câmara Municipal é composta por 15 (quinze) vereadores eleitos como representantes do povo, nos termos da Constituição da República".

O que se afirma na alternativa **D** está correto, com base no art. 75 d a Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG. A alternativa **A** está correta, pois está de acordo com o art. 70, caput da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Diante da análise e, com base na atualização legislativa supracitada, o recurso deve ser deferido, reconhecendo que existem duas alternativas corretas para a questão.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão tem como comando a identificação da alternativa incorreta. Logo, o gabarito está correto ao apontar a afirmativa **B**. A alternativa **B** é incorreta, uma vez que a missão temporária mencionada na assertiva também pode ser de caráter cultural, nos moldes do art. 77, inciso II da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG.

A alternativa **A** está correta de acordo com o art. 78 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Art. 78 - É lícito ao Vereador desistir a qualquer tempo da licença que lhe tenha sido concedida.

O que se afirma na alternativa **C** também está correto, com base no art. 77, inciso III da referida Lei:

Art. 77 - O Vereador poderá licenciar-se:

III - para tratar de interesse particular, desde que o período não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa, sem remuneração.

Já a alternativa **D** está correta, pois está de acordo com o estabelecido no art. 79 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Art. 79 - Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador, privado temporariamente de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão solicita que as assertivas sejam analisadas com base nas determinações legais da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas. Desse modo, com base nesse instrumento normativo a alternativa **D** está incorreta, posto que a idade mencionada na assertiva está em desacordo com a disposição expressa do art. 192, inciso II da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

*Art. 192 - Para o atendimento pedagógico às crianças de até **cinco anos de idade**, o Município :*

II - atuará, por meio de equipe multidisciplinar, composta por pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, médico, odontólogo, enfermeiro e nutricionista, entre outros profissionais técnicos;

A alternativa **B** também está incorreta, posto que indica a porcentagem errada de investimento mínimo na educação. Na assertiva é mencionado o valor de 20%, contrariando o art. 193, caput da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas. Do mesmo modo, a alternativa **C** está incorreta, pois a proposta do plano deve ser elaborada pelo Poder Executivo e não pela Câmara. Enquanto a aprovação do plano caberá a Câmara e não ao Poder Executivo, conforme estabelecido no art. 194, § 1º da lei supracitada.

Logo, o gabarito está correto ao apontar a alternativa **A**, já que essa está de acordo com o art. 193, § 2º da lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

§ 2º - O Poder Executivo publicará e encaminhará, à Câmara Municipal até o dia dez (10) de março de cada ano, demonstrativo da aplicação de verbas na educação, especificando a destinação das mesmas.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão diz respeito a identificação da assertiva correta. Nesse sentido, o gabarito está correto ao apontar a letra **A**, já que essa está de acordo com o art. 99, inciso II, alínea b' da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

Art. 99 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

II - do Prefeito:

b) a instituição dos regimes jurídico e previdenciário dos servidores públicos;

A alternativa **C** está incorreta, pois as matérias de lei descritas na alternativa requerem o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, e não da maioria como consta na assertiva, conforme art. 98, § 1º, I, alínea a' e b' da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG:

§ 1º - São matéria de lei, entre outras previstas nesta Lei Orgânica, que dependem do voto favorável:

I - de dois terços dos membros da Câmara:

a) o Plano Diretor;

b) os Códigos Municipais;

É notório que a maioria não corresponde a dois terços, bem como que as matérias que necessitam da maioria de votos estão elencadas no art. 98, § 1º, II da Lei supracitada.

Do mesmo modo, a alternativa **B** e **D** estão incorretas, pois o quórum está em desacordo com o estabelecido no art. 97, I e art. 97, § 2º da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas/MG, respectivamente.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão solicita que as assertivas sejam analisadas com base nas determinações legais do Estatuto de Magistério de Esmeralda. Com base nesse instrumento legal, o gabarito está correto ao sinalizar a alternativa **B** como incorreta, já que o professor e o pedagogo terão direito a um período sabático para cada 7 (sete) anos e não 6 (seis), como mencionado na alternativa, de acordo com o art. 91 da Lei nº 1582/1994:

*Art. 91 – O professor e o pedagogo terão direito a um período sabático para **cada 7(sete) anos de efetivo exercício de magistério, com duração de 120(cento e vinte) dias, para aprimoramento profissional, devidamente comprovado.***

A alternativa **A** está correta, conforme a previsão do parágrafo único do art. 85 da Lei nº 1582/1994:

Art. 85 - Constituem vantagens específicas do professor:

I - pagamento por habilitação se desempenhando a função;

II - férias anuais de 30(trinta) dias e recesso anual de 30(trinta) dias;

III - aposentadoria especial;

Parágrafo Único – Aplica-se aos pedagogos o disposto nos incisos II, III e IV.

Já a alternativa **C** também está correta, já que está de acordo com a previsão do art. 84, inciso II da Lei nº 1582/1994:

Art. 84 – São direitos dos servidores das Escolas Municipais além do previstos nos artigos 39, Par. 2º, da Constituição Federal:

II - adicionais por tempo a razão de 10% (dez por cento) a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício, incidente sobre a remuneração, ficando estabelecido o limite máximo de 80% (oitenta por cento);

Por fim, a alternativa **D** também está correta com base no art. 84, inciso III da Lei nº 1582/1994:

Art. 84 – São direitos dos servidores das Escolas Municipais além do previstos nos artigos 39, Par. 2º, da Constituição Federal:

III - adicional de 10% (dez por cento) sobre o vencimento e gratificação quando completar 30(trinta) anos de serviço público, ou antes disso, se implementado o interstício necessário para aposentadoria;

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão tem como comando a identificação da exceção dentre as assertivas, qual seja, a alternativa incorreta. Nesse sentido, a alternativa **C**, realmente está correta, e, conseqüentemente, não poderá ser a resposta adequada à questão, já que aponta expressamente a previsão do art. 15, inciso II da Lei nº 1582/1994:

Art. 15 – Poderão votar:

*II – **alunos regularmente matriculados que estejam cursando a 7ª série do 1º grau em diante ou, que sejam maiores de 14 (quatorze) anos de idade.***

Desse modo, o gabarito da questão está correto ao trazer a letra **D**, já que essa é a exceção requerida no enunciado, posto que faltando 12 (doze) meses ou mais para o termino do mandato a eleição caberá aos membros do colegiado, entre os servidores interessados que se inscrevem, acolhida a maioria simples. De acordo com as disposições do art. 17, inciso I e II da Lei nº 1582/1994:

Art. 17 – Quando ocorrer, simultaneamente, a vacância dos cargos de Diretor e suplente, serão observados os seguintes critérios:

I – faltando menos de 12(doze) meses para o termino do mandato, caberá ao Colegiado indicar servidores da Escola para exercício dos cargos.

II – faltando 12(doze) meses ou mais, a eleição caberá aos membros do colegiado, entre os servidores interessados que se inscrevem, acolhida a maioria simples.

A alternativa **A** e **B** estão corretas, conforme o § 6º, inciso I, do art. 10 e § 2º do art. 10 da Lei nº 1582/1994, respectivamente.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Tipo 1 - BRANCA

30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão tem como comando a identificação da exceção das alternativas corretas, qual seja, a alternativa incorreta. Logo, o gabarito está correto ao apontar a alternativa **A**, já que tal assertiva é incorreta, pois menciona o prazo errado de prescrição, conforme previsto no art. 166, inciso I e II da Lei nº 1319/1991:

Art. 166 - As penas prescrevem:

I - em cento e oitenta dias as de repreensão e suspensão;

II - em cinco anos as demais.

O argumento de que a alternativa **D** também é incorreta não prospera, uma vez que a assertiva é a disposição expressa do inciso I do art. 169 da Lei nº 1319/1991 e, logo, é correta, não configurando assim, a exceção solicitada do enunciado. Vejamos:

Art. 169 - São competentes para aplicar as penas administrativas:

I - O prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, em qualquer caso e, privativamente, no caso de destituição de cargo ou função de confiança, demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Do mesmo modo, a alternativa **B** está correta, conforme dispõe o § 1º e § 2º do art. 159 da Lei nº 1319/1991, bem como a alternativa **C** está correta, com base no art. 172 da lei supracitada.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Tipo 1 - BRANCA

31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A LEI DE DIRETRIZES E BASES, LEI 9.394/1996, dispõe, de acordo com Art. 26, “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”.

*§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, **sendo sua prática facultativa ao aluno**: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)*

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

(...)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

Portanto, a lei determina apenas que tenha prole, e não especifica a idade maior ou menor que 12 anos, como consta na alternativa dada. Sendo assim, ratifica-se o gabarito publicado B.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1044.htm

Tipo 1 - BRANCA

32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tanto Piaget como Vygotsky concebem a criança como um ser ativo, atento, que constantemente cria hipóteses sobre o seu ambiente. Há, no entanto, grandes diferenças na maneira de conceber o processo de desenvolvimento. **O comando dado na supracitada questão, refere-se as diferenças entre os dois autores.** Quanto ao papel dos fatores internos e externos no desenvolvimento, **Piaget privilegia a maturação biológica; Vygotsky, o ambiente social**, Piaget, por aceitar que os fatores internos preponderam sobre os externos, postula que o desenvolvimento segue uma sequência fixa e universal de estágios. Vygotsky, ao salientar o ambiente social em que a criança nasceu, reconhece que, em se variando esse ambiente, o desenvolvimento também variará. Neste sentido, não se pode aceitar uma visão única, universal, de desenvolvimento humano.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado B.

Fonte:

- CASTORINA, J. A. O debate Piaget-Vygotsky: a busca de um critério para sua avaliação. CASTORINA, J. A. et al. Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 1997. (p. 07-50) DE LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS. A formação de conceitos para Vygotsky. 1992.

Tipo 1 - BRANCA

33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Bock e Bock (2005), ao enfatizarem a importância da abordagem Sócio-histórica na escolha da profissão, criticam os pressupostos das teorias tradicionais do campo da Orientação Profissional. Consideram que estas teorias, ao relacionarem características da personalidade e das ocupações, objetivando apontar o perfil profissional ideal que mais se adapta ao indivíduo, afirmam que tolhem a liberdade de escolha do sujeito, ao mesmo tempo em que afirmam que, em nossa sociedade, não há igualdades de oportunidades. Na perspectiva sócio-histórica, o conceito de vocação pode ser expresso assim: "a vocação do ser humano é exatamente não ter outras vocações" (Bock, 2006, p. 73). Nesse sentido, Bock (2006) afirma que o ser humano nasce determinado biologicamente para nenhuma profissão ou ocupação. Aguiar & Bock (1995) discutem a função da orientação profissional segundo a visão da Psicologia em bases sócio históricas e trabalha a perspectiva crítica e subjetiva equilibradamente, quer dizer, trabalha o sujeito no seu contexto social e considera a multideterminada deste sujeito. Ferreti, em sua obra vem tentando essa reflexão no campo específico da Informação Profissional- I.P.-(FERRETI, 1981; 1988 b.), sugere algumas transformações quanto aos objetivos e conteúdos da Informação. Para ele, a I.P. deve instrumentar os jovens "para realizar reflexões críticas sobre o ingresso numa profissão, e sobre o exercício da mesma no contexto da ordem econômica vigente no país. (...) seu objetivo básico deve ser o de fornecer informações fidedignas que estimulem a reflexão" (FERRETI, 1981. p. 69). Essa nova orientação deverá ter por base a concepção histórica do trabalho com vistas a situar a aluno frente à dimensão social e coletiva do mesmo, a posicionar o trabalhador como sujeito da história. ***Há que se criar condições para o desenvolvimento da consciência política, ou seja, como afirma a alternativa D, há que se questionar a profissão como mero 'meio de realização individual', enfatizando-se a responsabilidade social e coletiva de construção da sociedade que necessitamos e queremos, pela via da participação social efetiva, através do trabalho.***

Já a **Orientação Vocacional Tradicional** tem sua existência vinculada à sociedade industrial, cuja necessidade de mão-de-obra específica e diversificada se tornou ingente, em função da divisão e da organização do trabalho. Nessa sociedade cabe à escola promover o "desenvolvimento harmonioso" dos indivíduos, mas também formar e selecionar mão-de-obra, em acordo com as imposições da divisão do trabalho: o "trabalho intelectual" (de

planejamento e organização da produção) e o "trabalho manual" (de execução, ou produção propriamente dita). **Nessas definições estão implícitos os pressupostos liberais: na sociedade Democrática os Indivíduos, como cidadãos, têm Igualdade de Oportunidades de acesso aos bens oferecidos pela sociedade e podem livremente escolher e optar por uma profissão, de acordo com sua 'vocação', para que se garanta sua 'satisfação' pessoal.** A escolha deve ser consciente, ou seja, com pleno conhecimento de suas aptidões, características físicas e de personalidade, seus interesses, valores e aspirações sociais, e com o conhecimento das oportunidades que a sociedade lhe oferece em termos de cursos, profissões e mercado de trabalho. O Orientador, de posse destas informações sobre o indivíduo, bem como de informes sobre as oportunidades oferecidas pela sociedade, deveria repassá-las ao orientando, através do processo denominado 'aconselhamento', visando a sua integração no que se convencionou chamar 'mundo do trabalho', promovendo seu ajustamento a ele, inclusive com posterior acompanhamento. (SANTOS, 1973. p. 28-107)

Portanto, apenas alternativa D está correta e de acordo com uma abordagem sócio histórica da orientação profissional.

Fontes:

- FERRETTI, C.J. Informação Profissional e Ideologia. ANDE, São Paulo, v. 1, n.2, p. 64-9, 1981.
- BOCK, S. D. Concepções de indivíduo e sociedade e as teorias em orientação profissional. In: BOCK, Ana M. Bahia et al. A escolha profissional em questão. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995, p. 61-70.
- BOCK, S. D. Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2006.
- FERRETTI, C. J. Uma nova proposta de orientação profissional. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988a.
- FERRETTI, C. J. Opção trabalho: trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988b.
- SANTOS. O. de B. Psicologia aplicada à orientação e seleção profissional. São Paulo: Pioneira, 1973.

Tipo 1 - BRANCA

34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento recursal cita as dez competências gerais de acordo com a BNCC. Entretanto, a supracitada questão, solicita ao candidato que considere a **competência 10**, indicada na Base Nacional Comum Curricular “*Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários*”, onde o professor deverá mobilizar em seus alunos competências socioemocionais, de acordo com tal competência. No comando dado, solicita-se do candidato que assinale aquela em desacordo (EXCETO) com a competência 10 indicada. Ressalta-se que as competências expressam diversas dimensões e explicitam o propósito de uma educação que articule os conhecimentos dos conteúdos com o desenvolvimento de competências importantes para a vida, portanto, no que se refere a **competência 10, a empatia, o respeito e confiança (para a ação coletiva com base em princípios inclusivos e de apoio); a iniciativa social, a determinação e responsabilidade (para se envolver com as ações e praticar o exercício da boa cidadania em uma sociedade diversa); a tolerância ao estresse (para que tudo isso ocorra juntamente com resiliência emocional)**, são competências socioemocionais que a BNCC deixa claro que devem ser promovidas em todos os componentes curriculares e em todas etapas da Educação Básica, uma vez que o aluno deve desenvolver em todas as suas dimensões, para além da compreensão de conteúdo.

A competência socioemocional de acordo com o gabarito, ou seja que não está coerente com competência 10, é “curiosidade para aprender”, pois refere-se a competência 1: “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado D.

Fonte:

- <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na filosofia moderna o precursor da corrente do Racionalismo foi René Descartes (1596-1650), para ele o conhecimento somente é alcançado através da análise de proposições lógicas e possíveis de serem analisadas pelo ser humano. O ambiente gera um estímulo que gera a aprendizagem no indivíduo, este uma vez transformado exerce influência sobre esse ambiente e o transforma novamente, o ambiente transformado gera um novo estímulo e assim sucessivamente, em uma via de mão dupla. É a corrente filosófica que iniciou com a definição do raciocínio e da aprendizagem não como uma operação sensorial, mas sim como uma operação mental, discursiva e lógica que usa uma ou mais proposições para extrair conclusões, se uma ou outra proposição é verdadeira, falsa ou provável.

Do Racionalismo derivam o inatismo (nativismo, apriorismo) e interacionismo (construtivismo).

A **concepção inatista** parte do pressuposto de que os eventos que ocorrem após o nascimento não são essenciais ou importantes para o desenvolvimento (DAVIS E OLIVEIRA, 1994). As qualidades e capacidades básicas de cada ser humano, sua personalidade, seus valores, hábitos e crenças, sua forma de pensar, suas reações emocionais e mesmo sua conduta social já se encontrariam basicamente prontas e em sua forma final por ocasião do nascimento, sofrendo pouca diferenciação qualitativa e quase nenhuma transformação ao longo da existência. O papel da educação e do ensino é tentar interferir o mínimo possível no processo do desenvolvimento espontâneo da pessoa. Os **interacionistas** destacam que o organismo e o meio exercem ação recíproca acarretando mudanças no indivíduo. Logo, o desenvolvimento se dá na interação entre organismo e meio e a aquisição de conhecimento é um processo construído pelo indivíduo durante toda a sua vida. O conhecimento não está pronto ou definido ao nascer, nem é adquirido passivamente graças às pressões do meio.

Já a teoria de Carl Rogers (1902-1987) segue uma **abordagem humanista**, muito diferenciada das anteriores, pois seu objetivo não é o controle do comportamento, o desenvolvimento cognitivo ou a formulação de um bom currículo e sim o crescimento pessoal do aluno. Esta abordagem considera o aluno como pessoa e o ensino deve facilitar a sua autorrealização visando à aprendizagem que transcende e engloba as aprendizagens afetiva, cognitiva e psicomotora.

Portanto, como o próprio argumento recursal cita: “(...) **A abordagem humanista, embora valorize o crescimento pessoal e a autorrealização, não se fundamenta nas premissas do Racionalismo. (...)**” Gabarito correto B, afirmativas, I e IV.

Fonte:

- DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. Ramos de Psicologia da Educação. 2 ed. São Paulo: Coleção Magistério Série Formação do Professor, 1994

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Vasconcelos (2012), a Educação Escolar é um processo coletivo, sistemático e intencional de interação com a realidade, através do relacionamento humano baseado no trabalho com o conhecimento e na organização da coletividade, cuja finalidade é colaborar na formação do educando na sua totalidade - consciência, caráter, cidadania -, tendo como mediação fundamental os saberes que possibilitam a emancipação humana. **A gestão da sala de aula emerge da busca de sistematização do trabalho do professor, e considera-se três dimensões:**

Relacionamento Interpessoal: Tem a ver com essa capacidade de o professor se aproximar mais intimamente, com maior cuidado e profundidade, diante de uma dificuldade do aluno, seja em termos de aprendizagem ou de disciplina; é a capacidade de uma relação mais próxima; é a exigência da relação significativa com um outro, o “olho no olho”, sujeitos em proximidade, o contato humano. É uma dimensão que vai além da coletiva: o professor trabalha com todos, mas conhece cada um de seus alunos, e desta forma pode melhor ajudá-los na aprendizagem e no desenvolvimento humano. A segunda grande dimensão da Gestão da Sala de Aula é a **Organização da Coletividade**, aquilo que, muitas vezes, chamamos de clima de trabalho ou disciplina. A situação pedagógica, apesar

de não dispensar, de forma alguma, o momento de elaboração individual —condição para a construção do conhecimento no sujeito—, é marcada pela dinâmica do coletivo, já que não se trata de apenas um aluno adquirindo conhecimento, mas toda uma classe. Em sala, há um alto nível de interação coletiva, não só professor-alunos, mas também aluno-aluno. A Organização da Coletividade é uma dimensão também decisiva, porque se não há um clima de participação, de interação, de respeito, de comunicação em sala de aula, não há como propiciar a apropriação do conhecimento, o enriquecimento da experiência pedagógica, a partir daquilo que a escola está oferecendo. Essa dimensão é, inclusive, nos dias atuais, um dos pontos mais delicados, que normalmente os professores destacam. A terceira dimensão da Gestão da Sala de Aula é o **Trabalho com o Conhecimento**. É um dos aspectos mais clássicos, mais socialmente esperados da escola. Trata-se do processo de apropriação da herança cultural e construção crítica, criativa, significativa e duradoura do conhecimento. É um dos aspectos centrais da educação escolar (e também de maior visibilidade) visto que a escola é uma instituição que permite, entre outras coisas, a interação dos novos sujeitos com o conhecimento acumulado da humanidade, de forma organizada, sistematizada.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado B.

Fonte:

- VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção do Conhecimento em Sala de Aula, 18a ed. São Paulo: Libertad, 2012

Tipo 1 - BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No comando da supracitada questão, solicita-se que o candidato, analise em verdadeiro ou falso afirmativas dadas, considerando a história da educação brasileira com a vinda da Família Real e da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, com relação a algumas providências educacionais adotadas a fim de atender aos interesses dos nobres que aqui chegavam.

Destarte, a Educação no Período Imperial a pós a chegada da Família Real, o Brasil apresentou desenvolvimento cultural considerável, mas o direito à educação permanecia restrito a alguns. A vinda da Família Real e mais adiante a Independência (1822) fizeram com que o ensino superior tivesse preocupação exclusiva, em detrimento de outros níveis de ensino, evidenciando o caráter classista da Educação, iniciado com o sistema jesuítico, ficando a classe pobre relegada a segundo plano enquanto a classe dominante expandia cada vez mais seus privilégios. O objetivo fundamental da Educação do Período Imperial era a formação das classes dirigentes. Para isso, ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades **preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior** (Piletti, 1991, p. 41). As primeiras iniciativas práticas para preparação profissional de professores em escolas de ensino ocorreram a partir de 1820, com grande influência das ideias iluministas. **Era dada ao professor a incumbência de dar à “luz” do conhecimento ao aluno, buscando em seu ideário difundir a popularização educacional, objetivando o crescimento do país.** Ainda, tendo sido a **primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, ocorreu a garantia em seu Art. 179 apenas “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”**. E em 1827, uma lei determinou a **criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente.**

Apenas duas das afirmativas dadas são falsas, no que se refere a Educação durante o Período Colonial (1500-1822) com a chegada do elemento europeu em terras brasileiras que essa situação iniciou-se, provocando um choque cultural que rebaixou o índio e o negro e enaltecia o branco, o seu projeto de colonização e o seu desejo descomedido de expandir-se territorial e economicamente. Nesse contexto, a **Companhia de Jesus**, que é fundada para contrapor-se ao avanço da Reforma Protestante, foi trazida para o Brasil para desenvolver um trabalho educativo e missionário, com o objetivo de catequizar e instruir os índios e colaborar para que estes se tornassem mais dóceis e, conseqüentemente, mais fáceis de serem aproveitados como mão de obra. E ainda, com a supressão das escolas jesuíticas, **“a reforma pombalina dos estudos menores objetivou, “criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar,**

pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa” (Piletti, 1993).

Portanto, o gabarito correto é B) V, V, F, V, F

Fontes:

- PILETTI, Claudino. *Filosofia da Educação*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. *História da Educação no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Tipo 1 - BRANCA

40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Defendendo a concepção de que os professores façam pesquisa sobre a sua prática, Ponte (2002) aponta quatro razões: a primeira razão é para que os professores possam se assumir como autênticos protagonistas no campo curricular e profissional, tendo mais meios para enfrentar os problemas emergentes da prática. A segunda, como um modo privilegiado de desenvolvimento profissional e organizacional; a terceira razão é para contribuir para a construção de um patrimônio de cultura e conhecimento dos professores como grupo profissional, e a quarta, como contribuição para o conhecimento mais geral sobre os problemas educacionais. Para o autor, neste modelo a atividade profissional é, sobretudo, instrumental e eficazes são os profissionais que enfrentam os problemas concretos postos pela prática aplicando rigorosamente teorias e técnicas científicas. No entanto, o problema fundamental que se coloca para a perspectiva técnica na aula, é a sua incapacidade para enfrentar a natureza dos fenômenos educativos, pois a realidade social, ao contrário da realidade física, resiste a ser enquadrada em esquemas fixos preestabelecidos, resiste a generalizações universalmente válidas para todo o tempo e contexto. A realidade social e concreta, a realidade da aula “é sempre complexa, incerta, mutante, singular e carregada de opções de valor”.

Portanto, o docente, deve aprender conhecimentos e desenvolver competências e atitudes adequadas à intervenção prática, apoiando-se no conhecimento que os cientistas básicos e aplicados elaboram; não necessita chegar ao conhecimento científico, mas dominar as rotinas de intervenção técnica que se derivam, portanto, não se deve manter uma postura rigorosamente técnica. Assim, a competência docente não é uma técnica composta por uma série de destrezas baseadas em conhecimentos concretos ou na experiência, nem uma simples descoberta pessoal. O professor não é um técnico nem um improvisador, mas sim um profissional que pode utilizar o seu conhecimento e a sua experiência para se desenvolver em contextos pedagógicos práticos preexistentes.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado C.

Fontes:

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários à Prática Educativa*. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Pesquisa, Formação e Prática Docente*. In: André, M. (Org.). *O papel da Pesquisa na formação e na Prática dos Professores*. 12 ed. Campinas-SP: Editora Papirus, 2012.
- PONTE, J. P. *Investigar a nossa própria prática*. In: GTI (org), *Refletir e investigar sobre a prática profissional*. Lisboa: APM. 2002

Tipo 1 - BRANCA

43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A avaliação diagnóstica é a análise inicial feita para entender o conhecimento prévio dos alunos. Realizada no início de um período letivo ou ao longo do processo de ensino, verifica o que os alunos já sabem e identifica o que precisam aprender. Serve como ponto de partida para todo o trabalho a ser desenvolvido pelo educador ao longo do ano. Já a avaliação formativa é um processo contínuo que ocorre durante todo o período letivo, após a avaliação diagnóstica inicial. Sua principal função é monitorar o progresso dos alunos, fornecendo feedback constante que

permite ajustes imediatos no planejamento pedagógico conforme necessário. É integrada ao ensino diário, acompanhando os processos e percursos individuais de aprendizagem e promovendo uma aprendizagem ativa e contínua.

No enunciado da questão, o professor

- já identificou que os alunos apresentam dificuldades em interpretar textos literários e identificar figuras de linguagem;
- decidiu aplicar uma avaliação que envolve a leitura de um conto, seguida de questões que exigem análise e identificação de figuras de linguagem; e
- após a aplicação, ele planeja utilizar os resultados para ajustar suas estratégias de ensino, oferecendo atividades complementares e reforços necessários para que todos os alunos alcancem os objetivos de aprendizagem.

Essas ações caracterizam uma avaliação formativa, pois

- o professor está monitorando o progresso dos alunos durante o processo de ensino.
- está utilizando os resultados da avaliação para ajustar imediatamente suas práticas pedagógicas.
- visa promover melhorias contínuas no aprendizado dos alunos, acompanhando-os em seu percurso de aprendizagem.

Embora a avaliação diagnóstica também identifique dificuldades, ela é realizada antes do processo de ensino, servindo como ponto de partida. No caso apresentado, o professor já está no decorrer do período letivo e está fazendo ajustes contínuos, características inerentes à avaliação formativa.

Fontes:

- HAYDT, Regina Célia. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Tipo 1 - BRANCA

44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando as afirmativas dispostas na questão verifica-se que:

I. *A crase em “alçado à perspectiva” está corretamente aplicada, indicando a fusão da preposição “a” com o artigo “a”, seguindo a regra de crase antes de palavras femininas.*

- Avaliação: Correta. A crase está corretamente empregada em “alçado à perspectiva”, resultante da fusão da preposição “a” exigida pelo verbo “alçar” (no sentido de elevar) com o artigo definido feminino “a” que acompanha o substantivo “perspectiva”. Conforme Bechara (2009, p. 556), a crase ocorre diante de substantivos femininos precedidos de artigo definido após verbos que exigem a preposição “a”.

II. *A ocorrência de crase em “alçado à perspectiva” também respeita a regra de regência verbal.*

- Avaliação: Correta. O verbo “alçar”, quando usado no sentido de elevar ou promover, é transitivo direto e indireto, exigindo a preposição “a” antes do complemento indireto. Assim, a crase respeita a regência verbal, conforme Cunha e Cintra (2008, p. 499), que abordam a importância da regência na correta aplicação da crase.

III. *Em “Os PCNs sugerem que o ensino de Língua Portuguesa [...]” e “[...] que consiga utilizar as mais diversas modalidades da língua”, o conectivo “que” exerce a mesma função sintática.*

- Avaliação: Incorreta. O conectivo “que” exerce funções sintáticas diferentes nas orações citadas:
 - Em “Os PCNs sugerem que o ensino de Língua Portuguesa [...]”, o “que” introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta, funcionando como objeto direto do verbo “sugerem”. Segundo Rocha Lima (2016, p. 546), as orações subordinadas substantivas exercem funções típicas de substantivo, como sujeito ou objeto.
 - Em “[...] que consiga utilizar as mais diversas modalidades da língua”, o “que” introduz uma oração subordinada adjetiva restritiva, modificando o antecedente “falante competente”. Conforme Azeredo (2018,

p. 395), as orações subordinadas adjetivas caracterizam ou restringem o sentido de um substantivo antecedente.

Portanto, as funções sintáticas do conectivo "que" não são as mesmas nos dois casos, tornando a afirmativa III incorreta.

IV. Em *"O ensino de língua passa a primar pela perspectiva de formar um falante competente [...]"*, o verbo "primar", quanto à transitividade, é transitivo indireto.

- Avaliação: Correta. O verbo "primar" é transitivo indireto, exigindo a preposição "por". Na frase, "primar pela perspectiva", temos a preposição "por" contraída com o artigo "a" (pela). De acordo com Ferreira (2010, verbete "primar"), o verbo "primar" significa destacar-se ou exceder em algo, requerendo complemento introduzido pela preposição "por".

O próprio candidato reconheceu em seu recurso que a afirmativa III está incorreta: *"III, no entanto, não é correta, pois os conectivos 'que' têm funções sintáticas diferentes nas orações citadas."* Isso reforça a manutenção da alternativa C como a correta.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 48ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

Tipo 1 - BRANCA

47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No poema "Autopsicografia", Fernando Pessoa apresenta uma reflexão metapoética sobre o processo criativo:

O poeta é um fingidor

Finge tão completamente

Que chega a fingir que é dor

A dor que deveras sente.

Nesta estrofe, o poeta admite que sente uma dor verdadeira ("a dor que deveras sente"), mas ao escrevê-la, ele a "finge", ou seja, recria essa dor por meio da linguagem poética. Esse ato de fingir não implica falsidade, mas sim a capacidade artística de transformar emoções pessoais em experiências universais.

A segunda estrofe reforça esse conceito:

E os que leem o que escreve,

Na dor lida sentem bem,

Não as duas que ele teve,

Mas só a que eles não têm.

Aqui, Pessoa destaca que os leitores sentem a dor expressa no poema, mas não exatamente as dores que ele, poeta, experimentou. Em vez disso, os leitores conectam-se com suas próprias emoções através da obra.

Essa abordagem está alinhada com os princípios do Modernismo, movimento literário que rompe com as convenções tradicionais, incluindo o subjetivismo e o sentimentalismo exacerbado do Romantismo. O Modernismo propõe novas formas de expressão e reflexão sobre a arte e a realidade.

Portanto, a alternativa D é a que melhor representa a mensagem do poema, ao reconhecer que o poeta utiliza sua habilidade de fingir para transformar sentimentos verdadeiros em arte que provoca emoções nos leitores.

Fontes:

- MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa através dos textos**. 6ª ed. São Paulo: Cultrix, 2010.
- REIS, Carlos. **Fernando Pessoa e a Modernidade Literária**. Coimbra: Almedina, 2014.
- SARAIVA, Antônio José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 17ª ed. Porto: Porto Editora, 2001.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A paródia é um recurso literário que consiste em imitar um texto, estilo ou autor de forma humorística ou satírica, frequentemente com o objetivo de comentar ou reinterpretar o original.

No caso em questão,

- Carlos Drummond de Andrade, em "No meio do caminho", apresenta uma reflexão profunda sobre os obstáculos da vida, simbolizados pela "pedra". O poema é marcado pela repetição e pela carga emocional, levando o leitor a contemplar o significado dos desafios enfrentados ao longo da existência.
- o cartum "Vida de Passarinho" utiliza a referência à "pedra no meio do caminho", mas transforma a situação em algo prático e humorístico. Em vez de uma reflexão filosófica, o personagem do cartum lida com o obstáculo de maneira direta.

A alternativa C captura essa relação ao afirmar que o cartum "parodia o poema de Drummond ao transformar a reflexão filosófica sobre os obstáculos da vida em uma situação prática e humorística." Isso reflete a essência da paródia: reutilizar elementos de um texto conhecido para criar um novo significado, geralmente com humor.

A alternativa D, por outro lado, sugere que o cartum critica a abordagem do poema ao sugerir que os obstáculos não têm importância e podem ser ignorados. No entanto, não há evidência de que o cartum esteja criticando ou desmerecendo o poema de Drummond. A intenção da paródia não é necessariamente criticar, mas reinterpretar ou oferecer uma nova perspectiva, frequentemente de forma lúdica.

Fontes:

- BAKHTIN, Mikhail. **A Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUTCHEON, Linda. **Teoria da Paródia**. Lisboa: Edições 70, 1985.
- KRISTEVA, Julia. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Cargo: Professor da Educação Básica - Anos Iniciais - PEB

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas. A habilidade prevista nessa questão concerne à capacidade do candidato para localizar, no percurso do texto, uma informação que, explicitamente, consta na sua superfície. Como se vê, corresponde a uma habilidade bastante elementar.

Assim, espera-se que o leitor seja capaz de identificar uma determinada informação entre várias outras expressas no texto. Na questão, encontra-se explícito, no 1º parágrafo do texto, que as alterações semânticas ocorridas em algumas palavras têm como finalidade **favorecer a comunicação**: "Uma característica engraçada das palavras é o fato de terem significados mais ou menos precisos. *É conveniente, para que a gente consiga comunicar.*" **Portanto, o gabarito é letra C.**

Fontes:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.
- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. 2ed. São Paulo: Atual, 2005.

- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
2	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que as palavras analisadas pelo autor, no contexto das redes sociais, são *conteúdo*, *amigo*, *seguidor* e *compartilhar*. Ao definir o significado dessas palavras, em um contexto muito específico, é possível verificar no texto que a alternativa A está correta, uma vez que os quatro termos *conteúdo*, *amigo*, *seguidor* e *compartilhar* adquiriram, nas redes sociais, significados distintos do usual, ou seja, diferentes do sentido literal registrado nos dicionários. "Conteúdo" passou a significar "ausência de conteúdo, vazio" por não apresentar informações relevantes; "amigo" passou a significar qualquer pessoa que está autorizada pelo usuário da conta a ver suas publicações; "seguidor" pode significar não só alguém que acompanha as publicações, como também uma espécie de "perseguidor", porque deseja o mal do dono da conta; "compartilhar" passou a significar exibir, mostrar ao outro o que se faz, o que possui.

A alternativa B está correta porque, como o autor afirma, algumas palavras revelam sentido oposto ao do dicionário. Isso acontece com os termos *conteúdo* e *amigo*, já que, nas redes sociais, essas palavras significam (literal ou metaforicamente), respectivamente, ausência de conteúdo, vazio e pessoa desconhecida ou com quem não se estabelece vínculo de afeto, confiança. Faz-se necessário esclarecer que a ideia de oposição não se estabelece apenas no par amigo - inimigo. A ideia de ser amigo de alguém porque se mantém com essa pessoa laços de afeição, admiração, confiança e a ideia de alguém que não se conhece (porque nunca viu ou porque nunca conviveu) também estabelece oposição. Ser amigo e não ser amigo - mas não necessariamente por ser inimigo - é uma oposição.

A alternativa C também está correta, pois as quatro palavras analisadas no texto pelo enunciador sofreram um processo de alteração semântica para se adequarem às necessidades dos usuários das redes sociais, que também são os usuários ou falantes da língua. O autor já deixou claro no 1º parágrafo do texto que tais alterações de sentido são importantes "para que a gente consiga comunicar."

Já a letra D está incorreta, visto que os termos *conteúdo*, *amigo*, *seguidor* e *compartilhar*, nos contextos em que foram analisados pelo autor, não se relacionam necessariamente com o registro de linguagem. Nas redes sociais, a linguagem pode ser utilizada tanto no registro formal quanto no informal, a depender do conteúdo exibido, seu público-alvo, os objetivos da interação, entre outros fatores.

Por fim, faz-se necessário esclarecer que, para se responder à questão com segurança, é imprescindível que o candidato considere os significados descritos para os termos *conteúdo*, *amigo*, *seguidor* e *compartilhar* a partir do ponto de vista do autor do texto e em um contexto bastante específico que é o das redes sociais. **Portanto, o gabarito é letra D.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. 2ed. São Paulo: Atual, 2005.

- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
3	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O fenômeno semântico descrito no enunciado da questão, bem como as análises e exemplos apontados pelo autor em relação ao significado dos termos *conteúdo*, *amigo*, *seguidor* e *compartilhar* nas redes sociais, mais a comparação com os significados dicionarizados desses termos, configuram o fenômeno da alteração semântica, que é o chamado neologismo.

Neologismo é um fenômeno linguístico que consiste na criação de uma palavra ou expressão nova, ou na atribuição de um novo sentido a uma palavra já existente. É uma nova palavra criada na língua, e geralmente surge quando o indivíduo quer se expressar, mas não encontra a palavra ideal.

Existem diferentes tipos de neologismo. O tipo descrito no texto em análise é chamado de neologismo semântico. A palavra já existe, mas ganha uma nova conotação, um novo significado. Portanto, os termos *conteúdo*, *amigo*, *seguidor* e *compartilhar* já existiam na língua, mas em função das recentes demandas sociocomunicativas impostas pelo contexto das redes sociais, essas palavras adquiriram novos significados.

Palavras **homônimas** são aquelas que têm pronúncia e/ou grafia idênticas, mas significados diferentes. Por exemplo: cauda (parte traseira do animal) e calda (líquido doce usado em confeitais).

As palavras **parônimas** são pares de palavras que têm escrita e grafia quase iguais, ligeiramente diferentes, como, por exemplo, *tráfego* e *tráfico*, *comprimento* e *cumprimento*.

Já a palavra **polissemia** é constituída pelo prefixo “poli”, que significa “muitos” e o sufixo “semia”, que tem a ver com sentido. Logo, uma palavra polissêmica tem muitos sentidos, ou seja, é uma palavra só, com vários significados, como, por exemplo, a palavra **ponto**: ponto de ônibus, ponto na prova, ponto no dedo...

Na questão em análise, é imprescindível que o candidato considere os sentidos atribuídos aos termos *conteúdo*, *amigo*, *seguidor* e *compartilhar* **pelo autor do texto** no contexto em questão.

Assim, ao analisar o significado dessas quatro palavras, o enunciador afirma que elas adquiriram, nas redes sociais, significados distintos do usual, ou seja, diferentes do sentido literal registrado nos dicionários. “Conteúdo” passou a significar “ausência de conteúdo, vazio” por não apresentar informações relevantes; “amigo” passou a significar qualquer pessoa que está autorizada pelo usuário da conta a ver suas publicações; “seguidor” pode significar não só alguém que acompanha as publicações, como também uma espécie de “perseguidor”, porque deseja o mal do dono da conta; “compartilhar” passou a significar exibir, mostrar ao outro o que se faz, o que possui.

Dessa forma, como o significado desses termos sofreu alteração por ocasião do surgimento das redes sociais, em que os indivíduos criaram novas formas de relacionamento, agora por meio de plataformas virtuais, essas mesmas relações apresentam mudanças, que precisam ser descritas ou nomeadas. Por um princípio de economia linguística e também de renovação lexical, não foram criadas palavras inéditas, o que houve foi uma mudança no sentido de palavras já existentes, o que é característica do neologismo semântico. Quando os novos sentidos se cristalizarem na língua e forem reconhecidos e legitimados pelos usuários, poder-se-á falar em polissemia. No entanto, como o autor analisa o sentido recém-alterado das palavras *conteúdo*, *amigo*, *seguidor* e *compartilhar*, há de se falar em neologismo.

Ao procurar o sentido dos termos *conteúdo*, *amigo*, *seguidor* e *compartilhar* no dicionário online Michaelies, por exemplo, verifica-se que apenas os significados tradicionais desses termos são encontrados. Se esses termos fossem polissêmicos, certamente os significados apontados pelo autor no texto já estariam registrados. Confira:

CONTEÚDO (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/conteudo>)

1 Aquilo que está contido ou encerrado em algum recipiente; matéria incluída no interior de um espaço; contento.

2 Aquilo de que algo é constituído: *O conteúdo orgânico de certos pigmentos.*

3 Assunto, tema ou argumento encontrado em determinado livro, documento, carta etc.; matéria, teor, tese.

4 Força ou intensidade de ideias, sentimentos, sensações etc.; grande valor ou interesse; expressão, importância, relevo. *São textos vazios, carecem de conteúdo.*

AMIGO (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/amigo/>)

adj

- 1 Que demonstra afeto ou amizade; afeiçãoado, afetuoso: *Ele é uma pessoa amiga.*
- 2 Em que se manifesta amizade ou afeto; amical, cordial: *Apreciamos muito sua atitude amiga.*
- 3 Que gera boas expectativas; que dá sinal de algo bom; favorável, propício: *Creio que agora é o momento amigo para falar com ele.*

adj sm

- 1 Que ou aquele que se liga a outrem por laços de amizade; camarada, capeba (sm), companheiro, consócio: *Não sei de nenhum membro de nossa equipe que seja tão amigo quanto ele. Viveu cercado de muitos amigos.*
- 2 Que ou aquele que sente admiração, apreço ou consideração (por alguém ou algo); admirador, apreciador, amante: *Não se lembrava de ter tido um único diretor amigo. Sociedade dos Amigos da Arte.*
- 3 Diz-se de ou povo ou país que mantém relações cordiais com outro(s); aliado, associado, coligado: *Nunca se sabe ao certo se é um país amigo. Em momentos cruciais, vários povos tiveram naquele país um amigo.*

sm

- 1 coloq Pessoa que tem com outra relações sexuais não formalizadas pelo casamento; amante, amásio.
- 2 Partidário de alguém ou adepto de alguma causa; simpatizante: *Os amigos da fauna pantaneira.*
- 3 Indivíduo que é dado a um hábito ou vício: *Amigo de conversas que prosseguem noite adentro. Amigo da cachaça.*
- 4 coloq Forma usada para dirigir-se a alguém, em geral a um desconhecido, quando se deseja obter alguma informação: *Ô amigo, sabe me dizer onde fica a farmácia mais próxima?*
- 5 Que é afeiçãoado ou entusiasta de; aficionado, admirador, amante: *Os amigos de Clarice Lispector.*

SEGUIDOR (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/SEGUIDOR/>)

adj sm

- 1 Que ou aquele que segue; continuador.
- 2 Que ou aquele que segue ou vai atrás de alguém ou de algo; perseguidor.
- 3 Que ou aquele que é adepto de um partido, de uma religião, de uma filosofia etc.; partidário, prosélito, sequaz.

sm

Tecn Peça de mecanismo presente em máquinas, motores térmicos, comandos de válvulas etc. que se apoia no came e realiza um movimento periódico de vaivém, decorrente do movimento de rotação produzido pelo came.

COMPARTILHAR (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/compartilhar/>)

- 1 Ter ou tomar parte em.

- 2 Partilhar com.

Conforme Alves (2006, p. 43): “consideramos neologismo aquela palavra cujo registro não se encontre dicionarizado ou aquela forma lexical (...) que tem seu sentido diferenciado daqueles registrados nos dicionários...” Ainda segundo Alves, (2002, p. 53): “Conservando o mesmo significante, o neologismo pode decorrer de uma mudança no significado, gerando a polissemia.”

Fica claro, portanto, que o neologismo semântico é fenômeno anterior à polissemia, ou seja, para que exista a polissemia, inicialmente, uma palavra ou expressão precisa adquirir novo sentido, ou seja, passar pelo fenômeno da neologia. **Dessa forma, o gabarito é letra D.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CEGALLA, Domingos Pascoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nacional, 1994.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. 2ed. São Paulo: Atual, 2005.
- CEREJA, William; COCHAR, Thereza; CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- <https://bomdelingua.com.br/2017/12/22/diferencas-entre-polissemia-e-homonimia/>
- http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ03_53-68.html
- ALVES, Gisele. Para um glossário neológico da obra “O guesa”, de Sousandrade, uma proposta. Disponível em:
- https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15411/1/GAlvesDISS_PRT.pdf Acesso em 01/10/2024.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
4	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As palavras são providas de sentido e, na maioria das vezes, são polissêmicas; ou seja, podem assumir, em contextos diferentes, significados também diferentes. Assim, para a compreensão de um texto, é fundamental que se identifique, entre os vários sentidos possíveis de uma determinada palavra, aquele que foi particularmente utilizado no texto.

O candidato precisa decidir, então, entre várias opções, aquela que apresenta o sentido com que a palavra foi usada no texto. Ou seja, o que se sobressai aqui não é apenas que o candidato conheça o vocabulário dicionarizado, pois todas as alternativas trazem significados que podem ser atribuídos à palavra analisada. O que se pretende é que, com base no contexto, o candidato seja capaz de reconhecer o sentido com que a palavra está sendo usada no contexto em apreço.

O termo "vácuo", de acordo com o dicionário online Michaelis, pode significar: 1. Espaço vazio (...) existente entre os corpos celestes; 2. Esvaziamento absoluto ou quase absoluto de matéria; 3. Sentimento de esvaziamento intelectual ou espiritual; 4. Zona atmosférica afetada por correntes descendentes. Para selecionar o significado adequado, faz-se necessário considerar o contexto em que o termo "vácuo" foi utilizado. No texto, o autor empregou o termo "vácuo" no sentido de ausência de conteúdo relevante. Há conteúdo, ele existe, mas é completamente dispensável, sem importância, pois não acrescenta nada de produtivo ao repertório sociocultural de quem assiste. O autor exemplifica o que constituiria um conteúdo vazio, sem relevância "vou criar um conteúdo filmando o meu gato dormindo". Dessa forma, o sentido que mais se adequa é o 3: *sentimento de esvaziamento intelectual ou espiritual*.

Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. 2ed. São Paulo: Atual, 2005.
- CEREJA, William; COCHAR, Thereza; CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/vacu>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
5	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A significação das palavras não é fixa, nem estática. Por meio da imaginação criadora do homem, as palavras podem ter seu significado ampliado, deixando de representar apenas a ideia original (básica e objetiva).

É o que ocorre na linguagem conotativa, figurada ou metafórica, em que as palavras são empregadas com um sentido novo, para dar maior expressividade à comunicação.

Dessa forma, as figuras de linguagem constituem uma forma de expressão que consiste no emprego de palavras em sentido figurado, isto é, em um sentido diferente daquele em que convencionalmente são empregados.

As figuras de linguagem são normalmente utilizadas para tornar mais expressivo o que queremos dizer. Empregadas tanto na modalidade escrita quanto na falada, em registro formal ou informal, ampliam o significado de uma palavra, suprem a falta de termos adequados, criam significados diferentes.

A linguagem do título do texto é conotativa. "Significado mole em palavra dura". O significado é "mole" no sentido de ser flexível, passível de modificação, alteração, adaptação. Por outro lado, a palavra é "dura" remete à ideia de resistente, inflexível em relação à forma. Portanto, houve uma atribuição de características de um ser a outro por semelhança, ou seja, houve uma transferência de significados. Trata-se, portanto, de uma **metáfora**. Além disso, os

conceitos de "mole" e "dura" se opõem quanto ao sentido. Nesse caso, há uma **antítese**. Portanto, o gabarito é a **letra A**.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. 2ed. São Paulo: Atual, 2005.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo *et al*. **Interpretação de textos e semântica para concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
8	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), a redação oficial deve caracterizar-se por:

- clareza e precisão;
- objetividade;
- concisão;
- coesão e coerência;
- impessoalidade;
- formalidade e padronização; e
- uso da norma padrão da língua portuguesa.

O uso de neologismos em comunicações oficiais e atos normativos deve ser evitado para não infringir os princípios da **clareza e precisão**, uma vez que termos recém-criados na língua, por ainda não serem conhecidos pela maioria dos falantes, podem dificultar a compreensão dos textos oficiais ou mesmo impossibilitar sua leitura. Portanto, o gabarito é letra A.

Os demais princípios - objetividade, concisão, coerência, coesão e impessoalidade (exceto formalidade) -, descritos logo abaixo, não são influenciados pelo uso de neologismos.

CLAREZA: deve ser a qualidade básica de todo texto oficial. Pode-se definir como claro aquele texto que possibilita imediata compreensão pelo leitor. Não se concebe que um documento oficial ou um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência é requisito do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto oficial ou um ato normativo não seja entendido pelos cidadãos. O princípio constitucional da publicidade não se esgota na mera publicação do texto, estendendo-se, ainda, à necessidade de que o texto seja claro.

Para a obtenção de clareza, sugere-se:

- a) utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum, salvo quando o texto versar sobre assunto técnico, hipótese em que se utilizará nomenclatura própria da área;
- b) usar frases curtas, bem estruturadas; apresentar as orações na ordem direta e evitar intercalações excessivas. Em certas ocasiões, para evitar ambiguidade, sugere-se a adoção da ordem inversa da oração;
- c) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto;
- d) **não utilizar regionalismos e neologismos;**
- e) pontuar adequadamente o texto;
- f) explicitar o significado da sigla na primeira referência a ela; e
- g) utilizar palavras e expressões em outro idioma apenas quando indispensáveis, em razão de serem designações ou expressões de uso já consagrado ou de não terem exata tradução.

PRECISÃO: complementa a clareza e caracteriza-se por:

- a) articulação da linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da ideia veiculada no texto;
- b) manifestação do pensamento ou da ideia com as mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico; e

c) escolha de expressão ou palavra que não confira duplo sentido ao texto.

OBJETIVIDADE: os textos devem ser redigidos de forma direta, sem redundâncias. As informações fundamentais devem ser explicitadas, e as secundárias devem detalhá-las ou exemplificá-las, sem excessos de palavras ou ideias.

CONCISÃO: o texto deve conter apenas o essencial. Deve transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras. Para tanto, é necessário o conhecimento do assunto e a revisão textual, a fim de evitar redundâncias desnecessárias de ideias ou expressões inúteis.

COESÃO E COERÊNCIA: o texto deve dispor de forma lógica e ordenada as partes importantes, de modo a favorecer a conexão e a harmonia entre seus elementos: uma ideia deve levar à outra. Esse é o princípio da coesão. Quando o ordenamento é incorreto a compreensão dos sentidos do texto é prejudicada.

A coerência textual ocorre quando: as ideias do texto são apresentadas de forma lógica e encadeada, sem interrupções; as ideias do texto não se contradizem; um mesmo termo não é repetido exaustivamente, prejudicando a mensagem do texto.

IMPESSOALIDADE: o signatário dos documentos representa a administração pública, devendo, pois, tratar o assunto de forma impessoal. Os textos devem ser elaborados em nome do serviço público e em atendimento ao interesse geral dos cidadãos. Assim, a comunicação deve ser isenta de interferência da individualidade dos diversos servidores ou empregados públicos que a elaboram.

O uso de neologismos também pode infringir o princípio da formalidade, pois alguns neologismos são característicos da linguagem informal, tais como fazer um bico (trabalho temporário), ficar uma arara (ficar irritado), entre outros.

FORMALIDADE: As comunicações oficiais devem ser sempre formais. Não só ao correto emprego deste ou daquele pronome de tratamento, mais do que isso, a formalidade diz respeito à polidez e à civilidade no trato com o destinatário. A formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária uniformidade das comunicações. Ora, se a administração federal é una, é natural que as comunicações que expede sigam um mesmo padrão.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em:

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
9	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considere A, B e C as dimensões do paralelepípedo onde são guardados os anéis.

O volume V desse paralelepípedo é $A \cdot B \cdot C$.

O novo volume do paralelepípedo onde são guardados os brincos será

$$1,1 \cdot A \cdot 1,1 \cdot B \cdot 1,1 \cdot C = 1,331 A \cdot B \cdot C = 1,331 \cdot V$$

Assim, o volume será aumentado em 33,1%.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considere, sem perda de generalidade, que haja 100 médicos neste hospital. Pode-se montar a seguinte tabela:

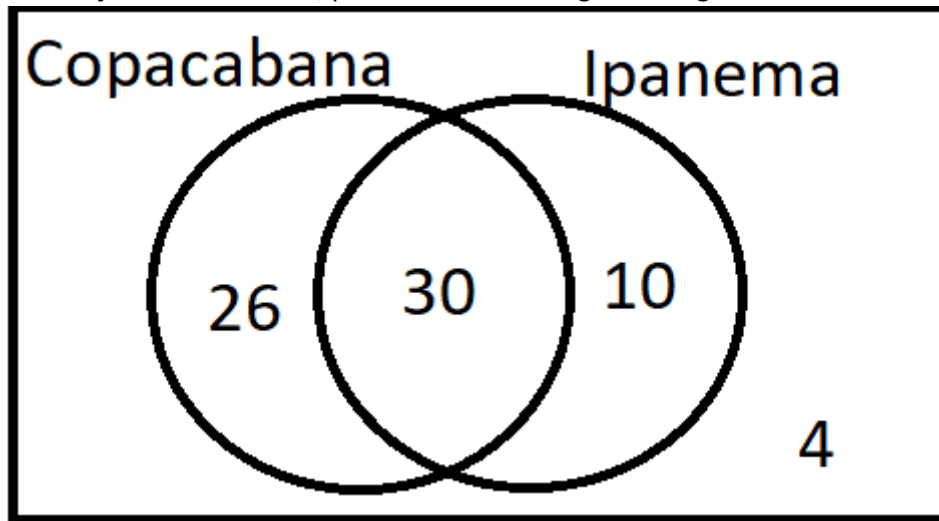
	50 anos ou mais	< 50 anos	Total
Residência	9	21	30
Não residência	49	21	70
Total	58	42	100

Assim, a probabilidade desejada é $58/100 = 0,58$.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
11	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



Assim, há um total de $26+30+10+4 = 70$ turistas.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
12	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as informações do enunciado:

1º assento: laranja

2º assento: roxo

3º assento: rosa

4º assento: vermelho

Se esse padrão se repete para todos os demais assentos, nota-se que os assentos múltiplos de 4 serão da cor vermelho. Assim, o 205º assento será da cor laranja, pois 204 é múltiplo de 4.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
13	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme as orientações do enunciado:

· **Sueli** atua na área de **geometria**. Portanto, ela não pode ser a professora que atua na área de equações diferenciais. Assim, pela primeira informação, a professora que atua em equações diferenciais e é doutora pela UFES deve ser **Poliana** ou **Amanda**.

· Como **Amanda** não atua na área de equações diferenciais (terceira informação), isso implica que a professora que atua na área de equações diferenciais deve ser **Poliana**. Logo, pode-se concluir que **Poliana** atua na área de **equações diferenciais** e é doutora pela **UFES**.

· Agora, como **Sueli** atua na área de **geometria**, e a única área restante é a de **álgebra**, isso significa que **Amanda** atua na área de **álgebra**.

· Portanto, Sueli, que não é doutora pela UFRJ, deve ser doutora pela **UFMG**. Isso deixa a **UFRJ** como a instituição da **Amanda**.

Além disso, pode-se, portanto, montar o seguinte esquema:

	UFMG	UFRJ	UFES	Equações	Algebra	Geometria
Poliana	N	N	S	S	N	N
Amanda	N	S	N	N	S	N
Sueli	S	N	N	N	N	S
Equações	N	N	S			
Algebra	N	S	N			
Geometria	S	N	N			

Logo, a única alternativa correta é que "Amanda atua na área de álgebra e é doutora pela UFRJ".

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
14	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ordem em que esses profissionais foram escolhidos não afeta a formação do grupo. De acordo com a teoria de análise combinatória, o número de grupos distintos que podem ser formados é:

$$C_2^3 * C_2^5 = 30$$

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
16	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pode ser resolvida fazendo o seguinte esquema:

	ESCOLHIDO				
	Aline	Bruno	Cleide	Denise	Emerson
Aline	n				
Bruno		n			
Cleide			n		
Denise				n	
Emerson					n

Lembre-se que cada pessoa não pode escolher a si mesma e cada pessoa só pode ser escolhida uma única vez. Com as informações do enunciado, obtem-se o esquema final:

	Aline	Bruno	Cleide	Denise	Emerson
Aline	n	s	n	n	n
Bruno	n	n	n	s	n
Cleide	n	n	n	n	s
Denise	n	n	s	n	n
Emerson	s	n	n	n	n

Portanto, Cleide escolheu Emerson.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
17	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

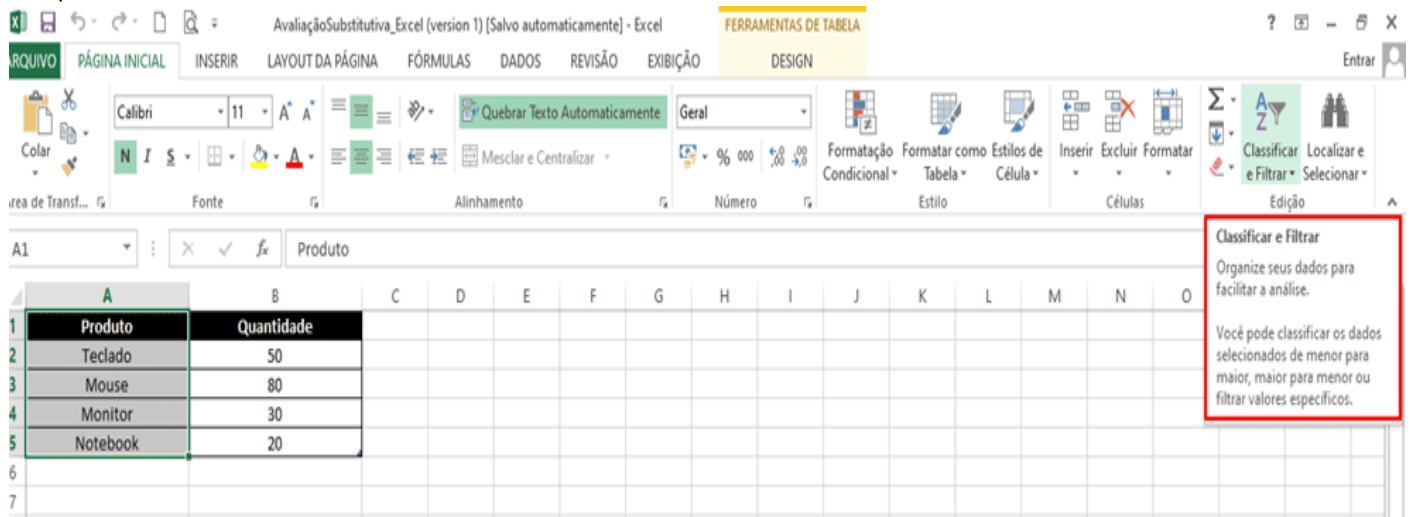
A alternativa correta é a letra A) Classificar e filtrar.

Classificar dados em um intervalo ou tabela

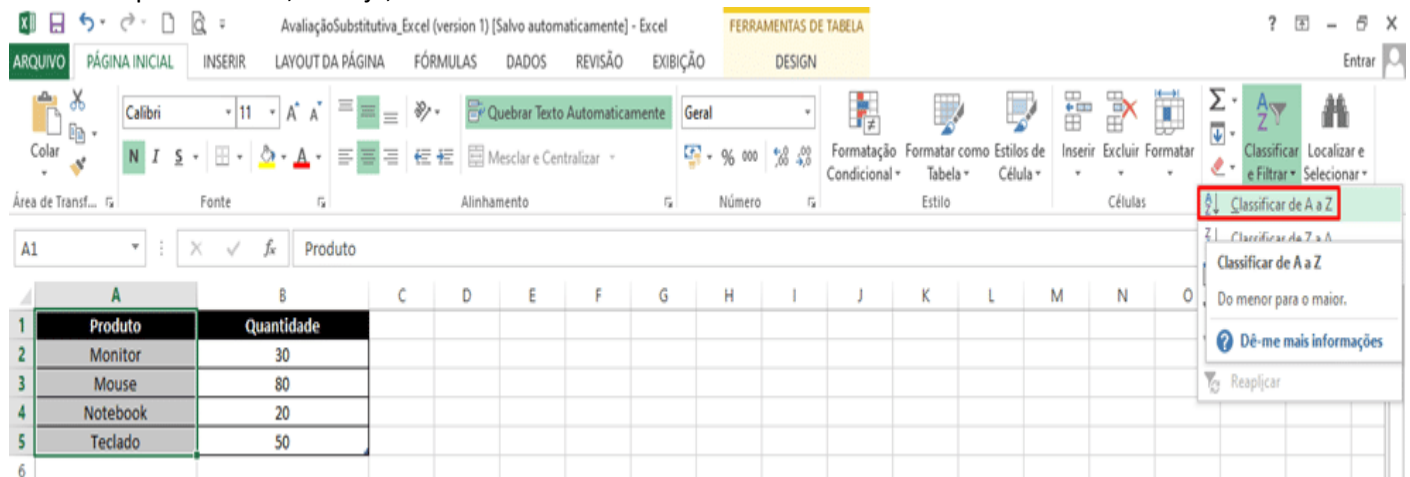
A classificação de dados é uma parte integral da análise de dados. Você também pode organizar uma lista de nomes em ordem alfabética, compilar uma lista dos níveis de estoque de produto do maior para o menor, ou organizar linhas por cores ou ícones. A classificação de dados ajuda a visualizar e a compreender os dados de modo mais rápido e melhor, organizar e localizar dados desejados e, por fim, tomar decisões mais efetivas.

Você pode classificar dados por texto (A a Z ou Z a A), números (dos menores para os maiores ou dos maiores para os menores) e datas e horas (da mais antiga para o mais nova e da mais nova para o mais antiga) em uma ou mais colunas. Também é possível classificar de acordo com uma lista personalizada criada por você (como Grande, Médio e Pequeno) ou por formato, incluindo cor da célula, cor da fonte ou conjunto de ícones. Para localizar os valores superiores ou inferiores em um intervalo de células ou em uma tabela, como as 10 primeiras notas ou os 5 valores de venda mais baixos, use o Filtro Automático ou a formatação condicional.

Na questão como ficaria:



Do menor para o maior, ou seja, em ordem crescente.



Em nenhuma versão do Microsoft Excel, houve uma opção chamada "Localizar e Ordenar" como parte das ferramentas principais de gerenciamento de dados. O que existe (e sempre existiu) são as funcionalidades de "Localizar" e a ordenação é feita pela funcionalidade Classificar e Filtrar.

Localizar: É acessada pelo comando "Localizar" (ou atalho Ctrl + F), que permite buscar por valores, texto ou formatação em células específicas.

Classificar e Filtrar: A opção de "Classificar e Filtrar" é usada para organizar e ordenar dados em planilhas. Ela permite ordenar colunas em ordem crescente ou decrescente e aplicar filtros para exibir dados específicos.

Portanto, a alternativa correta é a letra A) Classificar e filtrar.

Fonte:

- **Classificar dados em um intervalo ou tabela.** Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/classificar-dados-em-um-intervalo-ou-tabela-62d0b95d-2a90-4610-a6ae-2e545c4a4654>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
19	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

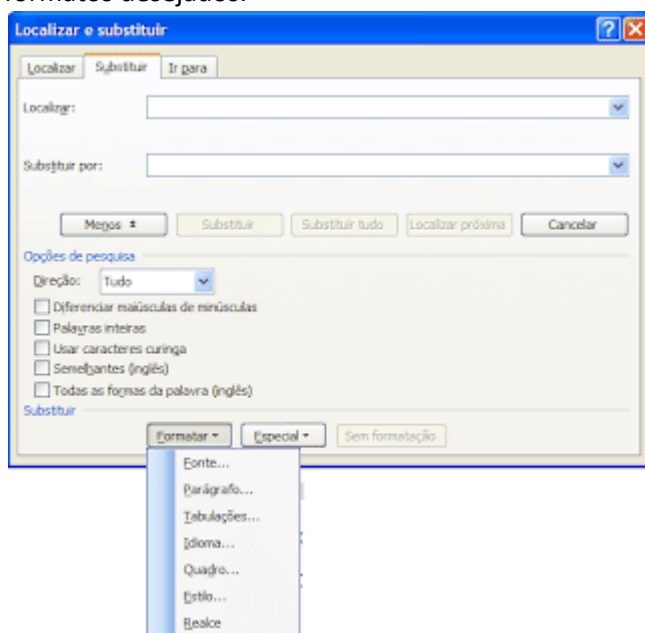
A alternativa correta é a letra C) Pode ser usada para substituir palavras, frases e formatações de texto.

No Microsoft Word, a função "Substituir" permite ao usuário não apenas substituir palavras individuais, mas também frases completas e até formatações de texto. Além disso, o Word oferece opções avançadas, como procurar por textos com determinadas formatações e substituí-los por outras formatações ou conteúdo. Essa função pode ser acessada através da aba "Página Inicial", na seção "Edição", clicando em "Substituir".

Localizar e substituir formatação específica

Você pode procurar e substituir ou remover a formatação de caracteres. Por exemplo, localize uma palavra ou frase específica e altere a cor da fonte, ou localize formatação específica, como negrito, e remova-a ou altere-a. Como fazer:

1. No menu **Editar**, clique em **Localizar**.
2. Se não for exibido o botão **Formatar**, clique em **Mais**.
3. Na caixa **Localizar**, siga um destes procedimentos:
 - Para procurar por um texto sem uma formatação específica, insira o texto.
 - Para procurar por um texto com uma formatação específica, insira o texto, clique em **Formatar** e selecione os formatos desejados.
 - Para procurar apenas por uma formatação específica, exclua todo o texto, clique em **Formatar** e selecione os formatos desejados.



4. Clique em **Localizar tudo**.
5. Na barra de ferramentas **Formatação**, clique nos botões para fazer alterações. Por exemplo, selecione uma cor de fonte diferente, clique em **Negrito**, e, em seguida, clique em **Ítalo**. As alterações que você fizer serão aplicadas a todo o texto realçado.
6. Clique em qualquer lugar do documento para remover o realce do texto.

Localizar e substituir marcas de parágrafo, quebras de página e outros itens

Além de buscar por formatação específica, é possível buscar por caracteres especiais.

Analisando as outras alternativas:

- A) Só permite substituir palavras, não frases completas. - Incorreta

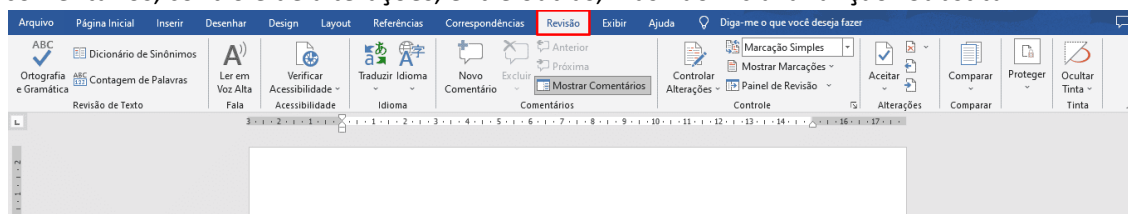
A função "Substituir" no Word permite a substituição tanto de palavras quanto de frases inteiras. O usuário pode pesquisar por uma sequência de palavras (ou uma frase) e substituí-la por outra. Portanto, a função não se limita apenas à substituição de palavras isoladas.

B) Permite ao usuário reverter alterações feitas após a substituição. - Incorreta

A função "Substituir" em si não possui uma opção de "reverter" as alterações automaticamente. No entanto, o usuário pode desfazer a substituição usando o atalho de desfazer (Ctrl + Z) ou o botão "Desfazer", mas isso não é uma função específica da ferramenta "Substituir". O Word apenas permite desfazer ações recentes de forma geral.

D) Pode ser acessada através da aba "Revisão" e depois clicando em "Substituir". - Incorreta

A função "Substituir" não está localizada na aba "Revisão". A ferramenta "Substituir" está acessível pela aba "Página Inicial", no grupo "Edição". A aba "Revisão" é voltada para funcionalidades relacionadas à verificação ortográfica, comentários, controle de alterações, entre outras, mas não inclui a função "Substituir".



Na aba Revisão do Word 2019, encontram-se ferramentas relacionadas à verificação de texto, comentários, controle de alterações e revisão do documento. Os principais componentes da aba Revisão são:

1. Revisão de Texto:

- Ortografia e Gramática: Verifica erros ortográficos e gramaticais no documento.
- Dicionário de Sinônimos: Sugere sinônimos para a palavra selecionada.
- Contagem de Palavras: Exibe o número de palavras, caracteres e outras informações do documento.
- Ler em Voz Alta: Reproduz em voz alta o texto do documento.

2. Acessibilidade:

- Verificar Acessibilidade: Analisa o documento para garantir que ele seja acessível a pessoas com deficiências.
- Traduzir: Permite traduzir o texto para outro idioma.
- Idioma: Define o idioma para a verificação ortográfica e gramatical.
- Dicionário: Permite gerenciar dicionários personalizados.

3. Idiomas:

- Traduzir: Permite traduzir o texto para outro idioma.
- Idioma: Define o idioma para a verificação ortográfica e gramatical.
- Dicionário: Permite gerenciar dicionários personalizados.

4. Comentários:

- Novo Comentário: Adiciona um novo comentário ao documento.
- Excluir: Exclui o comentário selecionado.
- Anterior/Próximo: Navega pelos comentários do documento.
- Mostrar Comentários: Mostra ou oculta comentários no documento.

5. Controle de Alterações:

- Controlar Alterações: Ativa ou desativa o controle de alterações, permitindo que o documento registre todas as edições feitas.
- Painel de Revisão: Exibe as alterações em um painel lateral ou inferior.
- Mostrar Marcações: Configura quais alterações e comentários serão visíveis.
- Aceitar/Recusar: Aceita ou recusa alterações realizadas no documento.
- Anterior/Próximo: Navega pelas alterações no documento.

6. Comparar:

- Comparar: Compara dois documentos para exibir diferenças entre eles.
- Combinar: Combina as revisões de vários documentos em um único documento.

Portanto, a alternativa correta é a letra C) Pode ser usada para substituir palavras, frases e formatações de texto.

Fontes:

- Localizar e substituir Texto. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/localizar-e-substituir-texto-c6728c16-469e-43cd-afe4-7708c6c779b7>

- Aceitar ou rejeitar alterações controladas no Word. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/aceitar-ou-rejeitar-altera%C3%A7%C3%B5es-controladas-no-word-b2dac7d8-f497-4e94-81bd-d64e62eee0e8>
- Comparar e mesclar duas versões de um documento. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/topic/comparar-e-mesclar-duas-vers%C3%B5es-de-um-documento-f5059749-a797-4db7-a8fb-b3b27eb8b87e>
- Controle de alterações no Word. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/controlar-altera%C3%A7%C3%B5es-no-word-197ba630-0f5f-4a8e-9a77-3712475e806a>
- Inserir, excluir ou alterar um comentário. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/topic/inserir-excluir-ou-alterar-um-coment%C3%A1rio-5cb1af25-4dfe-4484-9713-2c80391ecf12#:~:text=Inserir%20um%20coment%C3%A1rio,bal%C3%A3o%20na%20margem%20do%20docume%20nto.>
- Verificar ortografia e gramática no Office. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/verificar-ortografia-e-gram%C3%A1tica-no-office-5cdec7-d81d-47de-9096-efd0ee909227#:~:text=Na%20guia%20Revis%C3%A3o%2C%20clique%20em,ser%C3%A3o%20mostrados%20co%20mo%20texto%20verde.>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
21	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Foram interpostos dois recursos de teor idêntico, invocando o argumento de que o enunciado seria vago e que estaria em conflito com determinada lei federal.

Contudo, da leitura do enunciado verifica-se que há expressa orientação para que o candidato examine o caso hipotético de acordo com a Lei Orgânica Municipal, senão vejamos:

- “Betina, servidora da área de Recursos Humanos da Prefeitura de Esmeraldas, foi incumbida por sua coordenadora imediata a elaborar cartilha aos novos servidores que serão empossados em razão de concurso público recentemente homologado pela Administração Municipal. Ao elaborar tal documento, Betina pretende fazer constar um resumo da ordem social estabelecida na Lei Orgânica, demonstrando a relevância do serviço público para a sociedade esmeraldense. Entre as orientações que Betina deverá observar, assinale, a seguir, aquela que NÃO corresponde a uma previsão da referida lei.”

Assim, o gabarito apontado como correto para a questão tem respaldo no art. 189, parágrafo único, que dispõe que é dever do Município promover, prioritariamente, o atendimento pedagógico para educação infantil e pré-escolar e o ensino de níveis fundamental e médio, com a participação da sociedade e a cooperação técnica e financeira da União e do Estado. Logo, é incorreto o gabarito ao afirmar que o município deve atuar prioritariamente no ensino de nível superior.

Ratifica-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
23	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A seguir, são expostas as afirmativas presentes na questão guerreada com seus respectivos julgamentos:

- I. Os Poderes do Município (Legislativo, Executivo e Judiciário) exercerão a atividade da administração pública direta ou indireta na estrita observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da razão.
 - Julgamento: incorreto. O Poder Judiciário não faz parte da estrutura do Município de Esmeraldas ou de qualquer outro da federação brasileira. Logo, o item é incorreto.
- II. Havendo compatibilidade de horários, é possível a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

- Julgamento: correto. Conforme art. 46, II, da Lei Orgânica, é possível a acumulação remunerada de cargos públicos se houver compatibilidade de horários e dentro de hipóteses específicas. Uma delas é justamente a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico. Logo, o item é correto.
- III. É garantida a licença, desde que sem remuneração, de servidor ou empregado público, se assim o decidir a respectiva categoria, na forma do estatuto da entidade, para o exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical.
- Julgamento: incorreto. Conforme art. 55 da Lei Orgânica, a liberação de servidor ou empregado público para o exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical se dá sem prejuízo de remuneração e dos demais direitos e vantagens de seu cargo ou emprego. Logo, o item é incorreto.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
24	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o questionamento disposto na questão, temos que:

- A alternativa “A” é incorreta, considerando o disposto no art. 97, §1º, da LOM;
- A alternativa “B” é incorreta, considerando o disposto no art. 97, I, da LOM;
- Por fim, a alternativa “C” também é incorreta, considerando o art. 97, §2º, da LOM.

Assim, o gabarito apontado como correto para a questão é o único correto, pois conforme dispõe o art. 97, III c/c §1º, da LOM, a Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do município, não sendo viável tal proposta de emenda, contudo, enquanto na vigência de estado de defesa.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
26	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de iniciar, cabe-nos informar que houve razão recursal decidida de forma prejudicada, eis que trata-se de argumento que não diz respeito à questão 26 da prova Tipo 1/branca e suas correspondentes. Esta questão analisa questões de eleição de diretores nas escolas, não analisando questão que envolva “matérias de iniciativa do prefeito”

Ademais, em análise ao texto apresentado, o servidor ocupante de função ou cargo das carreiras da educação deve comprovar habilitação mínima em licenciatura plena. O portador de licenciatura é um professor, inicialmente, e este requisito deve ser comprovado para que seja eleito.

Além disso, apesar do edital prever vinculação do profissional a esta lei, 2364/2011, ela não foi objeto de análise, não constando do programa do concurso. Some-se ainda o fato de que a questão indica a Lei Ordinária 1.582/94, como sendo o fundamento da questão.

Sendo assim, improcedente o recurso com manutenção do gabarito.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
27	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cumpramos informar que a questão é totalmente baseada na Lei Ordinária do Município de Esmeraldas 1.582, de 10/08/94, institui o Estatuto do Magistério de Esmeraldas e dá outras providências. No caso específico da questão, o que se afirma nos itens **I, II, III e IV** está **correto** nos termos dos artigos 4º, parte final e 5º; 8º e 9º; 6º, caput C\C 6º, §1º; e 7º, incisos I, II, III e IV, da Lei Ordinária 1582, de 10/08/94, Estatuto do Magistério de Esmeraldas. Sendo assim, a alternativa **A** deve ser a escolha do candidato.

Lei 1.582/94

Art. 4º - O Colegiado é a instância normativa, deliberativa e consultiva nas questões da vida escolar, construindo-se em foro de discussão e decisão, com o número mínimo de 05(cinco) membros.

Art. 5º - O Colegiado será composto nas seguintes proporções: 50% (cinquenta por cento) professores estáveis, 20% (vinte por cento) de pais, 20% (vinte por cento) de alunos, que estejam cursando da 7ª série de 1º grau em diante e 10%(dez por cento) dos demais servidores da Escola.

Art. 6º - Será um coordenador, um vice-coordenador e um Secretário.

Parágrafo 1º - O Coordenador será o Diretor da Escola e os demais membros serão eleitos dentre os componentes o colegiado.

Parágrafo 2º - a duração do mandato dos membros do colegiado será de 02(dois) anos com direito a reeleição.

Art. 7º - Compete ao Colegiado, durante outras questões de interesse da escola: I– definir o calendário, atividades extra curriculares, o regimento e o projeto pedagógico global da unidade escolar. II– avaliar e aprovar os planejamentos e metas, dos professores e das coordenações. III– deliberar sobre questões administrativas e pedagógicas. IV– avaliar os servidores em estágio probatório e para efeito das progressões horizontais. V– opinar sobre a aplicação de penalidades disciplinares ao corpo discente, docente e administrativo da unidade, no que couber. VI– elaborar planejamento financeiro, fiscalizando a aplicação de verbas e aprovar prestação de contas dos responsáveis. VII– rever, em grau de recursos, as decisões da Direção da Escola.

Art. 8º - O Colegiado reunir-se-á ordinariamente a cada mês e extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

Art. 9º - O Colegiado reger-se-á por regulamento próprio, aprovado em Assembleia Escolar e disporá sobre o voto de qualidade do Presidente, para o desempate das decisões.

Por conta disso, improcedente o recurso com manutenção do gabarito.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
28	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cumpre-nos informar que a questão é totalmente baseada na Lei Ordinária do Município de Esmeraldas 1.319, de 10/08/91, que dispõe do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Esmeraldas e dá outras providências. O que se afirma nos itens I, II, III e IV está correto nos termos dos artigos 3º; 4º, §1º; 5º; e 6º da Lei Ordinária 1.319, de 10/08/91, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Esmeraldas e dá outras providências. Sendo assim, a alternativa A deve ser a escolha do candidato.

Lei 1.319/91

Art. 3º - Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades prevista na estrutura organizacional e que devem ser cometidas a um servidor.

(...)

Art. 4º - As carreiras serão organizadas em classes de cargos, observadas a escolaridade e a qualificação profissional exigidas, bem como a natureza e a complexidade das atribuições a serem exercidas, e manterão correlação com as finalidades do órgão ou entidade a que devem atender.

§ 1º - Classe é a divisão básica da carreira, que agrupa os cargos da mesma denominação, segundo o nível de atribuições e responsabilidades.

(...)

Art. 5º - Quadro é o conjunto das carreiras, englobando as classes, integrantes das estruturas dos Poderes do Município, suas autarquias e fundações públicas.

Art. 6º - Função pública é o conjunto de atribuições e responsabilidades, não integrante de carreira, provida em caráter transitório, nas hipóteses autorizadas por lei.

Por conta disso, improcedente o recurso com manutenção do gabarito.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
29	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A priori, o recorrente não aponta o que entente errado, informando legislações que modificaram a Lei municipal 1.319/1991.

Não vislumbrado motivo de reparo ou modificação do gabarito. Cumpre-nos informar que a questão é totalmente baseada na Lei 1.319/91, que dispõe acerca do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Esmeraldas e dá outras providências. No caso específico da questão, o que se afirma nos itens **I e IV** está **correto** nos termos dos artigos 132-A, caput C\C 132-A, §2º; e 126, caput C\C 126, parágrafo único e 129, caput. O que se afirma nos itens **II e III**, está **incorreto** nos termos dos artigos 123 C\C 125; e 132, §1º, daquele normativo, artigos reproduzidos abaixo. Sendo assim, a alternativa **B** deve ser a escolha do candidato.

Lei 1.319/91

Art. 120 - Conceder-se-á ao servidor, licença: I - por motivo de doença em pessoa da família; II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro III - para o serviço militar IV - para atividade política V - licença para tratamento de saúde; VI - para tratar de interesse particulares VII - para desempenho de mandato classista VIII - licença prêmio VIII-A - licença maternidade(Incluída pela Lei nº 2219/2009)

(...)

SEÇÃO III DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 122 - Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, de ascendente, descendente, padrasto, madrastra ou ainda pessoa que viva sob sua dependência econômica. (Redação Dada pela Lei nº 2284/2010) § 1º - a licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado, através de acompanhamento social. § 2º - A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até noventa dias, mediante parecer de junta médica, e, excedendo estes prazos, sem remuneração.

SEÇÃO III DA LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CÔNJUGE

Art. 123 - Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que for deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos poderes Executivo e Legislativo. Parágrafo Único - A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.

SEÇÃO IV DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR

Art. 124 - Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica. Parágrafo Único - Concluído o serviço militar, o servidor terá até trinta dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

SEÇÃO V DA LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS

Art. 125 - O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral. Parágrafo Único - A partir do registro da candidatura e até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus a licença como se em efetivo exercício estivesse, com o vencimento próprio de seu cargo.

SEÇÃO VI DA LICENÇA PRÊMIO

Art. 126. Após cada 05(cinco) anos de efetivo exercício no serviço público do Município de Esmeraldas, o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo fará jus a 03(três) meses de férias-prêmio. (Redação Dada pela Lei nº 2494/2015) Parágrafo único - É facultado ao servidor fracionar a licença de que trata este artigo, em até três parcelas. Art. 127 - Retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na sua exata proporção: I - as faltas injustificativas; II - a suspensão disciplinar; III - o afastamento do cargo em virtude de: licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração; licença para tratar de interesses particulares; condenação e pena privativa de liberdade, por sentença definitiva; afastamento para acompanhar o cônjuge ou companheiro; e desempenho de mandato classista Art.128 - O número de servidores em gozo simultâneo de licença prêmio não poderá ser superior a 30%(trinta por cento) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade, em cada ano. Art. 129 - Por opção do servidor, a licença prêmio pode ser convertida em espécie, tomando-se como base a remuneração devida no mês de

pagamento. Parágrafo Único - Será deferido a cada servidor a conversão em espécie de, no máximo 02(dois) meses de férias prêmio pro ano, salvo no caso de aposentadoria, em que o pagamento será imediato e integral. Art. 130 - Para efeito de aposentadoria, será contado em dobro do tempo de licença prêmio que o servidor não houver gozado ou convertido em espécie.

SEÇÃO VII DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art.131 - A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração. § 1º - A licença poderá ser renovada ou interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse da Administração. (Redação Dada pela Lei nº 1746/1998) § 2º - Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término da anterior.

SEÇÃO VIII DA LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 132 - É assegurado ao servidor o direito a licença para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, sem prejuízo da remuneração e demais direitos e vantagens de seu cargo. § 1º - Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de um, por entidade. § 2º - A licença terá duração igual à do mandato podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, por uma única vez.

Seção VIII - A DA LICENÇA À GESTANTE, NUTRIZ E À ADOTANTE

Art. 132-A. - À servidora gestante, à nutriz e à adotante será garantida a prorrogação de 60 (sessenta) dias além da licença por concessão do Regime Geral da Previdência Social. § 1º - À adotante fica garantida a prorrogação de que trata o caput, além daquela garantida pelo R.G.P.S. por faixa etária do adotado”. § 2º - A prorrogação será garantida à servidora pública municipal mediante requerimento protocolado até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o Art. 7º, XVIII, CR/88. § 3º - Durante o período de prorrogação da licença maternidade, a servidora municipal terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo Regime Geral de Previdência Social. § 4º - Durante a prorrogação da licença-maternidade de que trata esta Lei, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar. § 5º - Em caso de descumprimento do disposto no parágrafo quarto, a servidora pública perderá o direito à prorrogação da licença bem como da respectiva remuneração. (Incluída pela Lei nº 2219/2009)

Por conta disso, improcedente o recurso com manutenção do gabarito.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
33	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, de acordo com Anexo I MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG EDITAL Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2024.**

De acordo com Art. 53 *A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:*

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Portanto, a alternativa C, está em desacordo (exceto) com o ECA, pois o inciso V, de acordo com nova redação dada pela lei nº 13.845, de 2019 prevalece **o acesso a escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-**

se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
34	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos que dispõem acerca da alternativa B, tratar se do gabarito correto não procedem, segundo SILVA, T. T. da (2007) nas teorias críticas não existe uma teoria neutra, já que toda teoria está baseada nas relações de poder. Isso está implícito nas disciplinas e conteúdos que reproduzem a desigualdade social que fazem com que muitos alunos saem da escola antes mesmo de aprender as habilidades das classes dominantes, *portanto, percebe o currículo como um campo que prega a liberdade e um espaço cultural e social de lutas.*

Já as Teorias pós críticas com solicitado no comando da supracitada questão, criticam a desvalorização do desenvolvimento cultural e histórico de alguns grupos étnicos e os conceitos da modernidade, como razão e ciência. **Outra perspectiva desse currículo é a fundamentação no pós-estruturalismo que acredita que o conhecimento é algo incerto e indeterminado. Questiona também o conceito de verdade, já que leva em consideração o processo pelo qual algo se tornou verdade.** Portanto, alternativa D é o gabarito correto.

Fontes:

- SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículos e Programas no Brasil. Campinas: Papirus, 1990.
- MOREIRA (org.) Antônio Flávio Barbosa. Currículo: Políticas e práticas. Campinas: Papirus, 1999.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
36	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Destaca-se que a questão aborda um dos **temas contemporâneos: transtornos alimentares na adolescência**, de acordo com o conteúdo programático Anexo I MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG EDITAL Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2024, deste certame. Apesar da **ortorexia nervosa** ser caracterizado pela obsessão patológica por alimentos saudáveis, e ainda não ser reconhecido oficialmente como um transtorno alimentar pelo DSM 5 (o manual de diagnóstico de transtornos mentais feito pela Associação Americana de Psiquiatria – APA), ainda assim, é um problema cada vez mais comum. Atinge normalmente adolescentes e adultos jovens, entre 16 e 25 anos, que vêm restringindo a alimentação, a vida social e o convívio familiar por acreditar que apenas determinado tipo de alimento faz bem para a saúde. Não há dúvidas de que manter uma alimentação saudável é essencial para a saúde do corpo e da mente — além de prevenir doenças, uma dieta equilibrada melhora a qualidade de vida e a disposição. No entanto, quando a pessoa busca por uma alimentação excessivamente saudável, isso pode sinalizar um transtorno alimentar, ou seja, a ortorexia.

A ortorexia nervosa é um transtorno alimentar caracterizado pela preocupação exagerada com o que se come, levando a uma obsessão para ingerir apenas alimentos saudáveis, de forma certa, com extremo controle de calorias. O termo deriva das palavras gregas *orexis* ("apetite") e *orthós* ("correto"). A pessoa ortoréxica busca intensamente uma dieta perfeita. Entre os sintomas, está estudar muito sobre alimentação saudável, consumir sempre produtos orgânicos, planejar rigorosamente as refeições, evitar comer fora de casa e retirar alimentos processados ou ricos em gorduras e açúcar. Quem sofre desse transtorno tem uma rigidez alimentar acentuada. Dessa forma, o consumo de produtos considerados inadequados causa sentimentos de angústia, culpa exagerada, sensação de impureza e vergonha.

Assim, pelo termo transtorno, pode-se entender uma confusão, uma desordem, um conflito, uma crise, entre outras tantas palavras encontradas numa pesquisa em dicionário. A questão apresenta uma situação hipotética, onde apenas uma alternativa a representa. Portanto, o termo utilizado no comando da supracitada questão não influencia a interpretação e o entendimento da resposta correta, ou induz ao erro, uma vez que há apenas uma alternativa correta à situação apresentada.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado “A”.

Fontes:

- <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/programas-projetos-e-aco-es/pro-vida/dicas-de-saude/pilulas-de-saude/ortorexia-entenda-o-transtorno-dos-obcecados-por-alimentacao-saudavel#:~:text=Esse%20quadro%2>
- https://www.google.com/search?q=dicionario+sin%C3%B4nimos+transtorno&sca_esv=5de61c6dbcae3990&rlz=1C1GCEA_enBR1087BR1087&sxsrf=ADLYWIIhO9MvZrdKMJqVXXwliN16VT2_GQ%3A1727900087660&ei=t6n9Ztv-J_qV5

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
37	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Psicologia da Aprendizagem se vale de teorias que procuram explicar, através de diferentes enfoques, como os indivíduos aprendem, como se expressa o desenvolvimento mental de uma pessoa e como se estruturam os modelos institucionais. O enfoque humanista vê o aprendiz em sua totalidade. Nesta abordagem, o importante é a autorrealização, o crescimento pessoal. A aprendizagem significativa é autocentrada e estimulada pelo relacionamento entre aluno e o facilitador da aprendizagem. Para Rogers, principal representante desta abordagem, as experiências de vida, o clima psicológico da sala de aula, a integração professor (facilitador) aluno são fatores importantes para a aprendizagem. Rogers enfatiza os aspectos dinâmicos e ativos do ensino do ensino que reforçam o processo de interação na aprendizagem e considera o aluno capaz de autodireção, desde que em ambiente propício e interessante. Portanto, a educação é não diretiva, ou seja, centrada no aluno e em sua autorrealização.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado B.

Fontes:

- EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. *Cognitive psychology: a student's handbook*. United Kingdom: British Library Cataloguing in Publication Data, 1994.
- POZO, Juan Ignacio. *Teorias Cognitivas da aprendizagem*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- STENBERG, Robert J. *Psicologia Cognitiva*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
39	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para Saviani (2008, p. 98), “é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar”. No entanto, essa reorganização escolar, que deveria assegurar aos alunos o acesso ao conhecimento científico e à cultura socialmente produzida, depende da atuação de todos os setores da escola, orientados e incentivados pelo diretor, como gestor democrático. Quanto à sala de aula, o professor gestor tem que ser um profissional comprometido com o que foi estabelecido pelo coletivo da escola e, ao mesmo tempo, ser capaz de construir o espaço adequado à aprendizagem dos conteúdos. Segundo Libâneo (2004), o ensino pode ser definido como uma atividade conjunta de professores e alunos e que, sob a direção dos professores, tem a finalidade de promover condições e meios para que os alunos possam assimilar conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções. Isto implica que o ato educativo, como o trabalho pedagógico, não pode ser neutro, pois, se assim o for, torna-se uma prática sem compromisso com a promoção do educando, ou seja, reduz-se à mera transmissão de

conteúdos de ensino. Para que os conteúdos sejam assimilados pelos alunos, a disciplina é fator primordial. Isso requer que o professor, ao planejar a aula, selecione e organize de forma intencional e sistemática os procedimentos que irá utilizar. Dessa forma, ele orienta a conduta que os alunos devem adotar para desenvolver as atividades de ensino-aprendizagem, de forma a garantir a apropriação do saber sistematizado. A organização da sala de aula para a condução do trabalho didático, especialmente no que se refere à relação humana e à produção de conhecimento, exige do professor, além do domínio dos conteúdos programáticos, algumas condições e atitudes mínimas, como autenticidade, cooperação, determinação, solidariedade e respeito mútuo, enfim, comportamentos considerados democráticos. Isto porque, do nosso ponto de vista, a postura do professor será um argumento capaz de convencer o educando sobre a importância da escola e do trabalho ali desenvolvido para sua vida. A gestão e a organização da sala de aula dependem da construção de regras e procedimentos coletivos, do acompanhamento e da mediação dos comportamentos. **Desta maneira, é possível que a ordem seja alcançada na sala de aula, de modo a favorecer as atividades de ensino-aprendizagem. Também a adequação do espaço, para que os alunos construam o conhecimento, requer o envolvimento de todos e depende da forma como o professor realiza a gestão da sala de aula. Portanto, a aprendizagem dos conteúdos científicos e da vivência no contexto da escola não prescinde, do diálogo e da tomada de decisões pelo conjunto dos sujeitos envolvidos no processo. Assim, apenas itens II, III e IV, estão corretos. Dessa forma, ratifica-se o gabarito publicado D.**

Fontes:

- LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
- SAVIANI, D. Escola e democracia: polêmicas de nosso tempo. 40. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
42	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos dos candidatos, são improcedentes, pois o ensino fundamental de 9 anos é uma política nacional e não local. O candidato não pode considerar a política apenas pela sua localidade. O Brasil, além de seu extenso território é um país comprovadamente desigual. A questão exige senso crítico e conhecimento da legislação, bem como da realidade brasileira. Além disso, o próprio enunciado da questão traz o ponto de análise da questão. Não há opinião tendenciosa, visto que várias pesquisas educacionais mostram essa realidade desigual do país. Isso é basicamente afirmado no próprio documento do MEC para a implementação da política mencionada na questão.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
44	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é improcedente, pois a tirinha da Mafalda exatamente critica o modelo tradicional (e não linear) de alfabetização, o que pode ser comprovado no último quadrinho, onde ela explicita isso. A única opção correta é a letra B, pois quanto ao letramento ocorrer após a alfabetização não é pertinente, visto que o letramento faz parte do trabalho e do processo de alfabetizar, ele é uma opção metodológica, não uma etapa. A letra C está totalmente errada, pois é impossível que todas as crianças tenham o mesmo desenvolvimento concomitantemente. Aliás, em nenhum ano ou série isso ocorre. A letra D está errada, pois o sentido que a criança possa dar à leitura e à escrita depende da metodologia adotada e não de sua idade.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
49	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há que se falar em erro na questão. Sobre o argumento que defende a alternativa da função de controle da avaliação, Libâneo (teórico utilizado na questão), defende que haja controle, mas do professor e não da coordenação pedagógica. Libâneo trata do controle do professor sobre a avaliação e a aprendizagem argumentando que a função diagnóstica somente funciona se houver controle, mas por parte do professor. Em momento algum ele associa o controle da coordenação sobre o professor como elemento intrínseco à avaliação (Didática, p. 218 e 219). Quanto à função didático-pedagógica ter a palavra formativa, Libâneo não traz esse conceito em seu livro (p. 218-219). Ele fala somente em função diagnóstica e pedagógico-didática. Quanto à avaliação diagnóstica estar correta, não está, pois ela também deve ocorrer durante o processo, segundo Libâneo (p. 218). A alternativa C é a correta, conforme p. 217-218.

Cargo: Técnico de Nível Superior em Psicologia

Tipo 1 - BRANCA
3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “Quando me ergui e fui à varanda olhar o mar [...]” e “[...] eu me sentia fatigado e naufrago nesse começo de noite”, o pronome é reflexivo, pois o elemento exerce a ação sobre si mesmo, de modo que o termo sublinhado exerce função sintática relevante, o que torna infundada sua classificação como partícula expletiva. As alternativas são, portanto, incorretas.

Em “[...] de manhã eu vira rolas se amando sobre o telhado [...]” , o pronome é reflexivo recíproco, pois um elemento exerce a função sobre outro, de modo que o termo sublinhado exerce função sintática relevante, o que torna infundada sua classificação como partícula expletiva. A alternativa é, portanto, incorreta.

Já em “Os pássaros já se tinham ido [...]” tem valor tão somente estilístico, e não sintático, o que torna correta a alternativa que o traz. Abaixo, segue previsão de Cegalla para o caso em questão, incluindo exemplo de situação em que o pronome constitui partícula expletiva quando acoplado ao verbo “ir” :

Palavra expletiva ou de realce. Neste caso o pronome se, sem ser rigorosamente necessário, transmite à ação verbal mais vigor, ênfase, ou certa espontaneidade:

As moças sorriam-se, agradecidas. [As moças sorriam, agradecidas.]

"Vai-se a primeira pomba despertada..." (RAIMUNDO CORREIA)

"O auditório riu-se ao ouvir tantas afirmações tolas." (AURÉLIO)

No caso em apreço, o pronome se, não tendo valor gramatical, mas apenas estilístico, não exerce função sintáticas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Tipo 1 - BRANCA
4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Tucanos, araras lindas, papagaios peripatéticos contando histórias [...]” é um exemplo de prosopopeia porque envolve a atribuição de características humanas a animais. Os tucanos, as araras e os papagaios estão realizando uma ação tipicamente humana – contar histórias – o que não é uma característica natural ou comum desses animais. Isso cria uma imagem vívida e imaginativa, o que se destaca como um uso da prosopopeia.

“[...] os açougues, à noite, ficam de luzes acesas: ‘A carne é vaidosa’” é outro exemplo de prosopopeia. Neste caso, a carne é descrita como “vaidosa”, uma característica humana que implica vaidade e orgulho quanto aos próprios

méritos. A ideia de que a carne é vaidosa é apresentada como se a carne tivesse a capacidade de demonstrar vaidade, como uma pessoa vaidosa faria.

A descrição “*varanda triste*” é um exemplo de prosopopeia porque atribui uma emoção humana, a tristeza, a um objeto inanimado, a varanda. A tristeza é um sentimento característico dos seres humanos, e dizer que uma varanda é triste implica que ele possui essa qualidade emocional. Essa figura de linguagem é usada para criar uma atmosfera ou transmitir uma sensação específica sobre o ambiente, em emprego da prosopopeia.

Já o trecho “*Recebo um cartão de Paris, não é de amante nem namorada [...]*” não apresenta contexto que demonstre a atribuição de características humanas a animais ou objetos inanimados, de modo que a alternativa que a contempla é a correta, pois constitui a exceção requerida pelo enunciado.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Tipo 1 - BRANCA
12

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A razão recursal indica que houve Emenda à Lei Orgânica do Município, datada de dezembro de 2023, Emenda número 08, a qual alterou o número de vereadores de 11 (onze) para 15 (quinze). Verificada a questão, a emenda consta das publicações legislativas do Município, ainda que não tenha sido feita, até o presente momento, indicação da alteração no texto base da legislação, presente no site da Câmara Municipal e da Prefeitura. Inobstante o fato, a Emenda 08 fez a alteração no Art. 66 da legislação, alterando o número de vereadores, ainda que de forma válida apenas para a próxima eleição e transformando a questão em “sem resposta correta” dentre as opções apresentadas. Desta feita, reconhece a necessidade de anulação da questão por não possuir uma resposta correta dentro da legislação vigente.

Tipo 1 - BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recursos apresentados objetivando a alteração da resposta da questão e/ou a anulação da questão. Argumentando que a questão de refere ao princípio da **INTEGRIDADE** da proteção social, quando deveria falar de **INTEGRALIDADE** da proteção social.

Analisando a questão e as opções presentes temos que a questão foi formulada com as definições legais que estão presentes na lei, todos no Art. 4º. Quais sejam:

"I – Universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição

III – Integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais

IV – Intersetorialidade: Integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e sistema de justiça.

V – Equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;"

Houve, de fato, erro de datilografia no que tange a parte do princípio uma vez que deveria ter sido redigido **INTEGRALIDADE** ao invés de **INTEGRIDADE**. Entretanto, tal erro não justifica a anulação da questão. Menos ainda permite a interpretação de que o gabarito correto deveria ser o que indica a **UNIVERSALIDADE** enquanto resposta correta.

No que tange à alteração de gabarito, todas as demais opções estão presentes na lei, inclusive a universalidade, não sendo plausível a interpretação de dúvida e/ou incerteza sobre a qual princípio a definição se refere. Inegável que as demais opções estão erradas.

No que cerne ao equívoco de grafia de parte do nome princípio questionado. Data máxima vênia. Trata-se do único princípio que tem em seu bojo a referência direta, da mesma forma que o questionado na questão “da proteção social”, não permitindo sua confusão com os demais. Inobstante, as demais opções se referem a outros princípios presentes na lei, os quais estão definidos da mesma forma que no texto legal, o que elimina todas as demais opções, uma vez que o candidato conheça os princípios presentes na lei. Não há a hermenêutica interpretativa na questão, que induzisse, pela pequena falha de grafia, uma dúvida real sobre a resposta correta.

Não menos importante, a falta de um princípio da INTEGRIDADE DA PROTEÇÃO SOCIAL no texto legislativo, induz, da forma que evidentemente foi feita, os candidatos, a compreenderem que houve mero erro de digitação e a questão se referiria ao princípio da **INTEGRALIDADE DA PROTEÇÃO SOCIAL**, uma que a INTEGRALIDADE não só está definida na opção correta, como é palavra extremamente próxima à que consta na prova.

Desta feita, fazendo uma análise sistêmica da questão, não se vislumbra razão para anular a questão e/ou alterar o gabarito oficial. Atesta-se que a questão, a despeito do pequeno erro de grafia, atinge o objetivo de avaliar o conhecimento dos candidatos no que tange aos princípios que regem a política de assistência social no Município. Gabarito mantido, recursos indeferidos.

Tipo 1 - BRANCA

23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão elaborada teve como objetivo apresentar aspectos teóricos da psicologia em relação a divergência dos autores Freud e Karen Horney. Cabe mencionar que esses autores são referência para atuação do profissional da psicologia. A citação descrita na questão é clara e coerente, a mesma encontra-se na obra citada. Gabarito permanece letra B.

Fonte:

- SCHULTZ, Duane P. & Sydney Ellen Schultz. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Thomson Learning. 8ªed. 2006 p. 405.

Tipo 1 - BRANCA

28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A LETRA C TRAZ A SEGUINTE FRASE: Na dependência, quando o indivíduo passa a ter consciência, mesmo que parcial, dos problemas físicos, psicológicos e sociais que a substância produz em sua vida, o uso é diminuído parcialmente, possibilitando a resolução dos problemas.

O CORRETO DE ACORDO COM A BIBLIOGRAFIA É: Na dependência, quando o indivíduo passa a ter consciência, mesmo que parcial, dos problemas físicos, psicológicos e sociais que a substância produz em sua vida, o uso permanece contínuo.

Portanto, a única alternativa correta é a letra D, como mencionada no gabarito.

Fonte:

- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008 p. 344-345.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Hutz et al (2016), uma entrevista diagnóstica é usada para coletar informações detalhadas para entender os sintomas, a história de vida e o contexto social do paciente. É exatamente o que o psicólogo está fazendo no exemplo do enunciado. De acordo com os mesmos autores e Anastasi e Urbina (2000) e Almeida (2004), a modalidade devolutiva: é quando o psicólogo retorna ao paciente para discutir os resultados de uma avaliação ou de sessões anteriores. Por sua vez, a entrevista para encaminhamento: refere-se a direcionar o paciente para outro profissional ou serviço. E, por fim, a entrevista de intervenção Psicoterapêutica: é quando o psicólogo está diretamente envolvido no processo terapêutico com o paciente, e não só na coleta de informações.

Logo a única alternativa que responde à questão é alternativa B, entrevista diagnóstica.

Fontes:

- Claudio Simon Hutz ... [et al.]. (2016). Psicodiagnóstico [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, e-PUB, p. 413.
- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artmed.
- Almeida, Nemésio Vieira de. (2004). A entrevista psicológica como um processo dinâmico e criativo. *Psic: Revista da Vetor Editora*, 5(1), 5-124. Disponível em: BVS5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conceito de Locus de Controle, do Modelo de Crenças em Saúde, (Letra C), se baseia na ideia de que as crenças pessoais sobre saúde (incluindo percepções de controle interno ou externo) afetam ou influenciam diretamente os comportamentos de saúde de um indivíduo. O Modelo de Crenças em Saúde (Health Belief Model) é uma teoria psicológica desenvolvida para explicar e prever comportamentos de saúde, focando nas atitudes e crenças dos indivíduos. Em termos simples, ele sugere que a disposição de uma pessoa para adotar comportamentos saudáveis depende de suas percepções sobre determinados fatores. Os principais componentes são: (a) susceptibilidade percebida: A percepção do risco de contrair uma doença ou condição de saúde; (b) Gravidade percebida: A percepção de quão séria seria a doença ou condição se fosse contraída; (c) Benefícios percebidos: A crença de que tomar uma ação específica reduz o risco ou a gravidade da doença; (d) Barreiras percebidas: a avaliação das dificuldades em adotar o comportamento saudável; (e) Pistas para a ação: fatores que ativam a prontidão para mudar, como campanhas de saúde pública ou sintomas físicos; (f) Autoeficácia: a confiança na própria capacidade de realizar o comportamento necessário para alcançar o resultado desejado. Esse modelo é amplamente utilizado para desenvolver programas de promoção da saúde e intervenções comportamentais. Ele ajuda a entender por que algumas pessoas seguem recomendações de saúde enquanto outras não. Por outro lado, a medicina Psicossomática aborda a interação entre mente e corpo, mas não se concentra especificamente em Locus de Controle. Por sua vez, a Medicina Comportamental foca em como os comportamentos influenciam a saúde, mas de forma mais ampla; enquanto o Modelo de Atribuição de Causalidade, cuja natureza de estudos é da Psicologia Social Psicológica (Heider, 1958), lida com como as pessoas atribuem causas aos eventos, mas não se alinha perfeitamente com a descrição fornecida. Logo, a única alternativa que responde à questão é letra C.

Fontes:

- ALMEIDA, Raquel Ayres de; MALAGRIS, Lucia Emmanoel Novaes. A prática da psicologia da saúde. *Rev. SBPH*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 183-202, dez. 2011.
- Dela Coleta, M. F. (1999). O modelo de crenças em saúde (HBM): uma análise de sua contribuição à psicologia da saúde. *Temas em Psicologia*, 7(2), 115-122. Disponível em: v7n2a07.pdf (bvshalud.org)
- Heider, F. (1958). *The Psychology of Interpersonal Relations*. New York: John Wiley & Sons
- Mendonça Marques, T., & Dela Coleta, M. F. (2010). *Atribuição de Causalidade e Reações de Mulheres que Passaram por Episódios de Violência Conjugal*. *Temas em Psicologia*, 18(1), 205-218. Disponível em: v18n1.indd (bvshalud.org)

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é (C) “Os grupos vivenciais proporcionam um espaço para os pais compartilharem suas experiências e emoções”. Esses grupos são caracterizados por proporcionar um ambiente de apoio emocional onde os pais podem trocar experiências, desabafar e encontrar compreensão mútua. Em outras palavras, nesse contexto, os grupos vivenciais permitem que os pais expressem suas vivências, desafios e sentimentos relacionados ao TEA, promovendo a troca de experiências e o apoio mútuo. A alternativa (B) não está correta porque, embora possa haver algum compartilhamento de informações, o foco principal dos grupos vivenciais é o apoio emocional e a troca de experiências. A opção (A) está errada porque a interação entre os participantes é essencial nesse tipo de grupo. E, por fim, a opção (D) não é correta porque os grupos vivenciais tendem a ser flexíveis e centrados nas necessidades e emoções dos participantes, ao invés de seguir um roteiro fixo. Logo, a única opção que responde à questão é letra C (Proporcionar um espaço para os pais compartilharem suas experiências e emoções).

Fontes:

- COSTA, Jobert Teixeira; SILVA, Felipe Santos Da; SILVEIRA, Cláudia Alexandra Bolela. As práticas grupais e a atuação do psicólogo: intervenções em grupo no Estágio de Processos Grupais. **Vínculo**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 57-81, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902018000200005&lng=pt&nrm=iso acessos em 12 jul. 2024. <https://doi.org/75d323ad165443c59fb-33b3>.
- Darwich, R. A., & Garcia, M. L. G. (2019). Grupos vivenciais e permanência com sucesso na escola: conquista de direitos. *Revista Katálysis*, 22 (3), 558–565. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p558>
- Lopes, D. A., & Telaska, T. S. (2022). *Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: Revisão sistemática a da literatura*. *Revista Psicopedagogia*, 39(1), 12-24. Disponível em: **BVS** . Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: Revisão sistemática da literatura (bvsalud.org)
- Ramos, A. (2022). *A Inclusão da Criança com Transtorno do Espectro Autista na Educação*. Disponível em: **Capex** . EBOOK_PROFEI_AndreaRamos_2022_VersaoFinal.pdf (capes.gov.br)

Cargo: Técnico de Nível Superior em Serviço Social

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O único questionamento recursal interposto sobre a questão, na verdade não rebate nenhum fato técnico abordado na questão, ou seja, o recurso não se refere à questão de Língua Portuguesa.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “Quando me ergui e fui à varanda olhar o mar [...]” e “[...] eu me sentia fatigado e naufrago nesse começo de noite”, o pronome é reflexivo, pois o elemento exerce a ação sobre si mesmo, de modo que o termo sublinhado exerce função sintática relevante, o que torna infundada sua classificação como partícula expletiva. As alternativas são, portanto, incorretas.

Em “[...] de manhã eu vira rolas se amando sobre o telhado [...]”, o pronome é reflexivo recíproco, pois um elemento exerce a função sobre outro, de modo que o termo sublinhado exerce função sintática relevante, o que torna infundada sua classificação como partícula expletiva. A alternativa é, portanto, incorreta.

Já em “*Os pássaros já se tinham ido [...]*” tem valor tão somente estilístico, e não sintático, o que torna correta a alternativa que o traz. Abaixo, segue previsão de Cegalla para o caso em questão, incluindo exemplo de situação em que o pronome constitui partícula expletiva quando acoplado ao verbo “ir”:

Palavra expletiva ou de realce. Neste caso o pronome se, sem ser rigorosamente necessário, transmite à ação verbal mais vigor, ênfase, ou certa espontaneidade:

As moças sorriam-se, agradecidas. [As moças sorriam, agradecidas.]

"Vai-se a primeira pomba despertada..." (RAIMUNDO CORREIA)

"O auditório riu-se ao ouvir tantas afirmações tolas." (AURÉLIO)

No caso em apreço, o pronome se, não tendo valor gramatical, mas apenas estilístico, não exerce função sintáticas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Tipo 1 - BRANCA

12

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A razão recursal indica que houve Emenda à Lei Orgânica do Município, datada de dezembro de 2023, Emenda número 08, a qual alterou o número de vereadores de 11 (onze) para 15 (quinze). Verificada a questão, a emenda consta das publicações legislativas do Município, ainda que não tenha sido feita, até o presente momento, indicação da alteração no texto base da legislação, presente no site da Câmara Municipal e da Prefeitura. Inobstante o fato, a Emenda 08 fez a alteração no Art. 66 da legislação, alterando o número de vereadores, ainda que de forma válida apenas para a próxima eleição e transformando a questão em “sem resposta correta” dentre as opções apresentadas. Desta feita, reconhece a necessidade de anulação da questão por não possuir uma resposta correta dentro da legislação vigente.

Tipo 1 - BRANCA

15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recursos apresentados objetivando a alteração da resposta da questão e/ou a anulação da questão. Argumentando que a questão de refere ao princípio da **INTEGRIDADE** da proteção social, quando deveria falar de **INTEGRALIDADE** da proteção social.

Analisando a questão e as opções presentes temos que a questão foi formulada com as definições legais que estão presentes na lei, todos no Art. 4º. Quais sejam:

"I – Universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição

III – Integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais

IV – Intersetorialidade: Integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e sistema de justiça.

V – Equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;"

Houve, de fato, erro de datilografia no que tange a parte do princípio uma vez que deveria ter sido redigido **INTEGRALIDADE** ao invés de **INTEGRIDADE**. Entretanto, tal erro não justifica a anulação da questão. Menos ainda permite a interpretação de que o gabarito correto deveria ser o que indica a **UNIVERSALIDADE** enquanto resposta correta.

No que tange à alteração de gabarito, todas as demais opções estão presentes na lei, inclusive a universalidade, não sendo plausível a interpretação de dúvida e/ou incerteza sobre a qual princípio a definição se refere. Inegável que as demais opções estão erradas.

No que cerne ao equívoco de grafia de parte do nome princípio questionado. Data máxima vênia. Trata-se do único princípio que tem em seu bojo a referência direta, da mesma forma que o questionado na questão “da proteção social”, não permitindo sua confusão com os demais. Inobstante, as demais opções se referem a outros princípios presentes na lei, os quais estão definidos da mesma forma que no texto legal, o que elimina todas as demais opções, uma vez que o candidato conheça os princípios presentes na lei. Não há a hermenêutica interpretativa na questão, que induzisse, pela pequena falha de grafia, uma dúvida real sobre a resposta correta.

Não menos importante, a falta de um princípio da INTEGRIDADE DA PROTEÇÃO SOCIAL no texto legislativo, induz, da forma que evidentemente foi feita, os candidatos, a compreenderem que houve mero erro de digitação e a questão se referiria ao princípio da **INTEGRALIDADE DA PROTEÇÃO SOCIAL**, uma que a INTEGRALIDADE não só está definida na opção correta, como é palavra extremamente próxima à que consta na prova.

Desta feita, fazendo uma análise sistêmica da questão, não se vislumbra razão para anular a questão e/ou alterar o gabarito oficial. Atesta-se que a questão, a despeito do pequeno erro de grafia, atinge o objetivo de avaliar o conhecimento dos candidatos no que tange aos princípios que regem a política de assistência social no Município. Gabarito mantido, recursos indeferidos.

Tipo 1 - BRANCA

23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que nenhuma alternativa está incorreta. Porém, a alternativa “ B) Maria tem direito à assistência judiciária gratuita para processar o plano de saúde e buscar reparação pelos maus-tratos sofridos”, está incorreta porque o direito a assistência judiciária gratuita é apenas para indivíduos que não possuem condições de pagar e como a renda dela é informada no enunciado de seis mil reais ela não poderá se beneficiar da gratuidade. Conforme expõe a Lei nº 13.105 , o Poder Legislativo Federal decretou e o Poder Executivo Federal sancionou estes requisitos da gratuidade de justiça: Art. 98. *A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.* Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Tipo 1 - BRANCA

36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há, na formação política, histórica e social brasileira, uma espiral histórica que origina o que, hoje, se chama/considera direitos sociais.

Inicialmente, a conquista do direito social mais antigo, no Brasil, foi a previdência social uma vez que a primeira lei de aposentadoria foi datada de 1923 (BRASIL, 2024). Os demais foram sendo conquistados gradativamente e inseridos nas legislações vigentes, sendo os marcos legais e políticos na Constituição Federal de 1988 e suas alterações de 2000, 2010 e 2015.

Isso posto, há apenas uma alternativa correta para questão - alternativa D - Previdência Social.

Assim, o recurso é considerado improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- BRASIL. Constituição Federal do Brasil, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso 02 out de 2024
- BRASIL. Senado Federal. Primeira Lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>. Acesso 02 out de 2024

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os argumentos expostos para alteração do gabarito não apresentam fundamentação teórica.

De acordo com a referência utilizada, temos:

I e IV são Verdadeiras, porque:

I - Conforme Guerra, 2007, pg. 04 - (...) o limite é a propriedade privada, que impõe a noção de cidadania, circunscrita a este horizonte. MARX considera que a verdadeira emancipação supõe não apenas a crítica da sociedade civil, mas da sociabilidade burguesa, fundada na apropriação privada da riqueza social. A emancipação humana, incorporando a emancipação política, vai muito além desta, a contradiz e a nega, porque supõe precisamente a supressão do fundamento dessa emancipação política. Aqui fica evidente que a cidadania burguesa (a garantia de direitos sociais) não pode ser fim, mas meio para a superação da propriedade privada. Isto posto, pode-se inferir que somente a análise marxiana é capaz de demonstrar a necessária supressão da propriedade privada dos meios de produção (...).

IV - Conforme Guerra, 2007, pg. 03; Castel (1995) e Netto (2001) - (...) Somente com a ordem capitalista este “pauperismo” recobre-se de novos contornos, tendo em vista que sua novidade revela-se exatamente na escassez das condições mínimas de sobrevivência humana em meio à incessante capacidade de geração da abundância. Dito de outra forma: o desenvolvimento das chamadas forças produtivas não acompanhou a elevação nos níveis e condições de reprodução social. O pauperismo do século XIX passou a fazer parte da agenda de debates da burguesia dirigente quando “lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação (...), configurando uma ameaça real às instituições sociais vigentes”. Assim, a “questão social” está relacionada aos seus desdobramentos políticos (...);

II e III são Falsas, porque:

II - A partir da ótica marxiana, compreende-se que a consciência política do proletariado requer a superação dialética da simples emancipação política;

III - A obra marxiana nos oferece os insumos teóricos para a compreensão da “questão social” como a expressão mais desenvolvida de um tipo de exploração diferenciada.

Dessa maneira, entende-se que há apenas uma alternativa correta para questão - alternativa B - V - F - F - V.

Assim, o recurso é considerado prejudicado e o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social, Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- GUERRA, Yolanda et al. O debate contemporâneo da "questão social". III Jornada Internacional de Políticas Públicas - Questão Social e desenvolvimento no século XXI. Universidade Federal do Maranhão, 2007. Disponível em https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda_fatima_Joana_Na_dia.pdf Acesso 02 out de 2024
- NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, nº3, 2001.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os argumentos expostos para alteração do gabarito não apresentam fundamentação teórica.

Contudo, como forma de demonstrar a resposta para o quesito, de acordo com a referência utilizada, temos:

- A) Diante do exposto no enunciado e temática da questão, o ponto chave é a proposição da necessidade de reflexão e atuação crítica para que não sejam realizados programas e/ou projetos que fortaleçam práticas assistenciais.
- B) Incorreta - O processo histórico ocorrido nas empresas que buscaram sair dos programas de responsabilidade social e aderir à filantropia por motivos de descontos fiscais está descrito na referência - Da filantropia à responsabilidade social, seção 113-120pg.

C) Incorreta - Os referenciais normativos dos Programas de Responsabilidade Social são as certificações ISO e algumas delas possuem relação com a atuação do Serviço Social

D) Incorreta - Alternativa contrária à Lei da Profissão e Código de ética do Serviço Social.

Ressalta-se nessa análise que há apenas uma alternativa correta para questão - alternativa A.

Assim, o recurso é considerado prejudicado e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- LIMA, Maria José de Oliveira. A responsabilidade social e o Serviço Social nas organizações empresariais apud LIMA, MJO. As empresas familiares da cidade de Franca: um estudo sob a visão do serviço social [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 240 p. ISBN 978-85-7983-037-2. Available from SciELO Books Acesso 02 out de 2024.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas.

Publique-se,

15 de outubro de 2024
INSTITUTO CONSULPLAN